

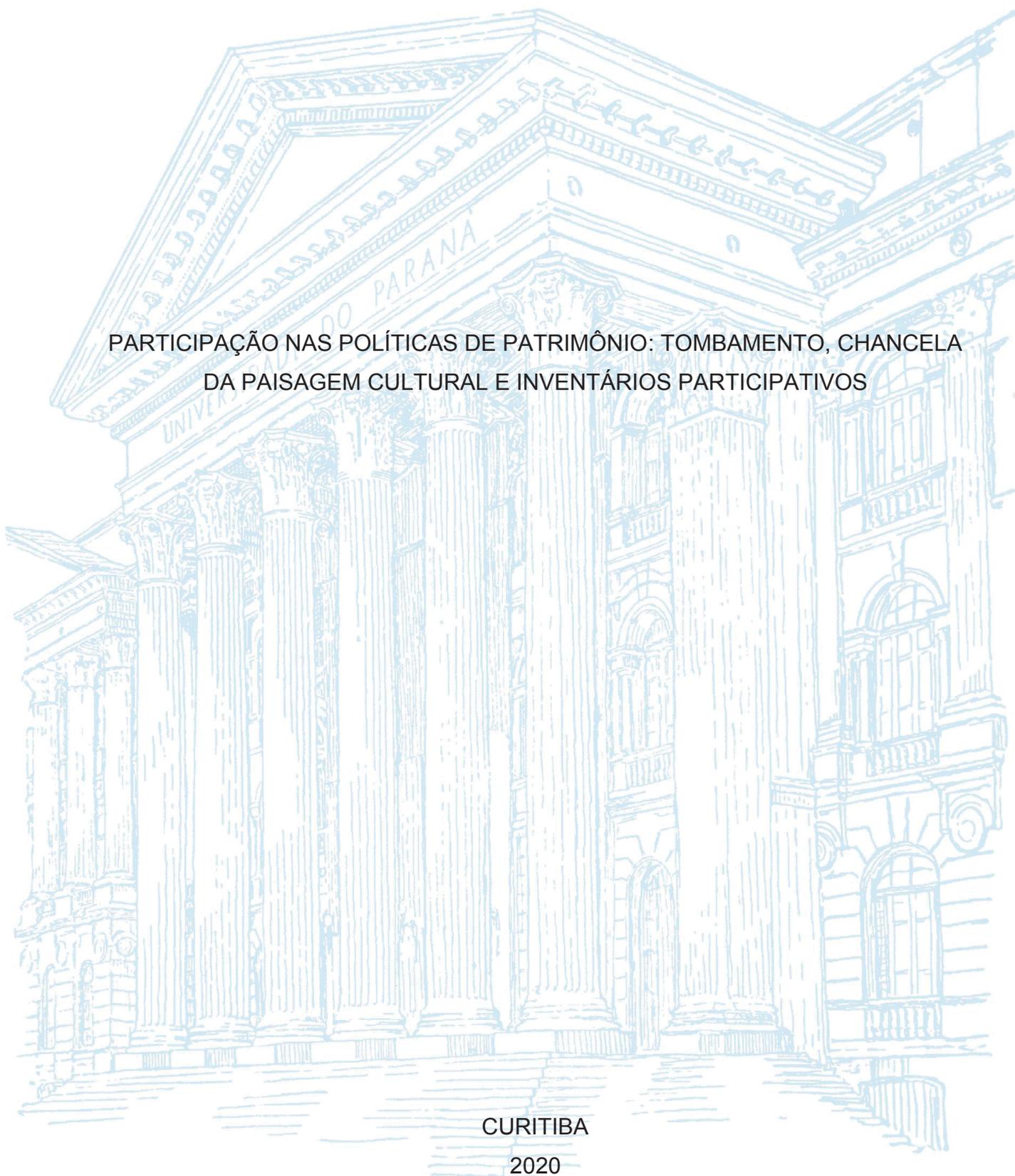
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BERNARD CASSIANO GREIM

PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: TOMBAMENTO, CHANCELA
DA PAISAGEM CULTURAL E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

CURITIBA

2020



BERNARD CASSIANO GREIM

PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: TOMBAMENTO, CHANCELA
DA PAISAGEM CULTURAL E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Daniele Regina Pontes

CURITIBA

2020

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

G824p Greim, Bernard Cassiano
Participação nas políticas de patrimônio: tombamento, chancela da paisagem cultural e inventários participativos [recurso eletrônico] Bernard Cassiano Greim. – Curitiba, 2020.
Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2020.
Orientadora: Daniele Regina Pontes.
1. Patrimônio cultural. 2. Participação social. I. Universidade Federal do Paraná. II. Pontes, Daniele Regina. III. Título.

CDD: 363.69

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BERNARD CASSIANO GREIM** intitulada: **Participação nas Políticas de Patrimônio: tombamento, chancela da paisagem cultural e inventários participativos**, sob orientação da Profa. Dra. DANIELE REGINA PONTES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Junho de 2020.

Assinatura Eletrônica
17/06/2020 18:23:39.0
DANIELE REGINA PONTES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
19/06/2020 11:41:36.0
SIMONE SCIFONI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
19/06/2020 09:23:39.0
CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL
Avaliador Externo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL)

Assinatura Eletrônica
17/06/2020 20:20:28.0
MARCELO MIGUEL CONRADO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o patrimônio cultural com ênfase em seu caráter material, no contexto das políticas públicas do Estado brasileiro no âmbito do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Buscou-se identificar qual a incidência da participação da população nos processos de patrimonialização na contemporaneidade, tanto no discurso como na prática. Tal questionamento foi levantado pelo fato de, em alguma medida, a Constituição de 1988 haver deslocado o eixo da matriz de atribuição de valor ao patrimônio cultural, do Estado para a sociedade. A discussão baseou-se na interpretação de patrimônio a partir da noção de referência cultural, focada nos indivíduos e grupos sociais a quem os bens culturais estão relacionados. Fez-se também uma revisão sobre a participação em políticas públicas, evidenciando-se os diferentes graus de incidência que podem adquirir as práticas participativas, e adotando-se participação como sinônimo de poder cidadão. Para responder aos questionamentos buscou-se entender de que forma o IPHAN procura renovar suas políticas e revisar seus instrumentos para ações futuras e de que forma os processos ocorreram na prática nos anos recentes. Para tanto foram analisados documentos legais e textos internos da instituição, atas de reuniões do Conselho Consultivo onde foram debatidos tombamentos de conjuntos urbanos, e estudos de caso, enfatizando o Tombamento, a Chancela da Paisagem Cultural e os Inventários Participativos. Confirmou-se a hipótese de que a participação da população no processo de patrimonialização das referências culturais materiais concretizou-se de maneira parcial, sendo mais intenso nas iniciativas de educação patrimonial e decrescendo nas ações de reconhecimento e proteção. Além disso, constatou-se que o grau de participação não depende somente dos instrumentos, mas também de outras condicionantes como ambiente político, postura dos técnicos institucionais, e mobilização dos grupos sociais ligados ao patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Participação social; Referência cultural.

ABSTRACT

The present work has as its object the cultural heritage with emphasis on its material character, in the context of the public policies of the Brazilian State within the scope of IPHAN - *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. We sought to identify the incidence of population participation in contemporary heritage processes, both in discourse and in practice. This question was raised by the fact that, to some extent, the 1988 Constitution shifted the axis of the matrix for assigning value to cultural heritage, from the State to society. The discussion was based on the interpretation of heritage from the notion of cultural reference, focused on individuals and social groups to who cultural assets are related to. There was also a review of participation in public policies, highlighting the different degrees of impact that participatory practices can acquire, and adopting participation as a synonym for citizen power. To answer the questions, we sought to understand how IPHAN seeks to renew its policies and revise its instruments for future actions and how the processes have occurred in practice in recent years. To this end, legal documents and internal texts of the institution were analyzed, minutes of meetings of the Advisory Council where *tombamentos* of urban settlements were discussed, and case studies, emphasizing *Tombamento*, the *Chancela da Paisagem Cultural* and the *Inventários Participativos*. The hypothesis was confirmed that the participation of the population in the process of patrimonialization of material cultural references were partially realized, being more intense in heritage education initiatives and decreasing in recognition and protection actions. In addition, it was found that the degree of participation does not depend only on the instruments, but also on other conditions as a political environment, posture of institutional technicians, and mobilization of social groups linked to heritage.

Keywords: Cultural Heritage; Social Participation; Cultural Reference.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objeto el patrimonio cultural con énfasis en su carácter material, en el contexto de las políticas públicas del Estado brasileño en el ámbito de IPHAN - Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional. Buscamos identificar la incidencia de la participación de la población en los procesos del patrimonio contemporáneo, tanto en el discurso como en la práctica. Tal cuestionamiento surgió por el hecho de que, en cierta medida, la Constitución de 1988 cambió el eje de la matriz para asignar valor al patrimonio cultural, del Estado a la sociedad. La discusión se basó en la interpretación del patrimonio basada en la noción de referencia cultural, enfocada en individuos y grupos sociales con los cuales los bienes culturales están relacionados. También se realizó una revisión de la participación en las políticas públicas, destacando los diferentes grados de impacto que las prácticas participativas pueden adquirir, y adoptando la participación como sinónimo de poder ciudadano. Para responder a las preguntas, buscamos entender cómo IPHAN busca renovar sus políticas y revisar sus instrumentos para acciones futuras y cómo los procesos han ocurrido en la práctica en los últimos años. Con este fin, se analizaron documentos legales y textos internos de la institución, actas de reuniones del Conselho Consultivo donde se debatieron tombamientos de conjuntos urbanos y estudios de casos, enfatizando el Tombamento, la Chancela da Paisagem Cultural y los Inventarios Participativos. Se confirmó la hipótesis de que la participación de la población en el proceso de patrimonialización de referencias culturales materiales se logró parcialmente, siendo más intensa en las iniciativas de educación patrimonial y disminuyendo en las acciones de reconocimiento y protección. También se descubrió que el grado de participación no depende solo de los instrumentos, sino también de otras condiciones, como el entorno político, la posición de los técnicos institucionales y la movilización de grupos sociales vinculados al patrimonio.

Palabras-clave: Patrimonio cultural; Participación social; Referencia cultural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO NO URBANO	15
2.1 PATRIMÔNIO COMO REFERÊNCIA CULTURAL.....	15
2.2 PARTICIPAÇÃO: DO URBANO AO PATRIMÔNIO	19
3 UMA POLÍTICA EM REVISÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL BRASILEIRO	27
3.1 NOVAS LEITURAS SOBRE O TOMBAMENTO	31
3.2 REVISÃO DA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL.....	37
3.3 INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS	44
3.4 SÍNTESE PARCIAL.....	48
4 TOMBAMENTO DE CONJUNTOS URBANOS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS: ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO CONSULTIVO	50
4.1 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO.....	57
4.1.1 Participação Mínima	60
4.1.2 Participação relacionada ao Patrimônio Imaterial	60
4.1.3 Participação como Adesão Antecipada	66
4.1.4 Participação como Impugnação	69
4.1.5 Participação com Resolução de Crises	76
4.1.6 Participação como Presença.....	85
4.2 O TOMBAMENTO ENTRE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES.....	89
5 PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: TOMBAMENTO, CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS	92
5.1 O TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE IGUAPE 92	
5.2 CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO 107	
5.3 O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO MINHOCÃO CONTRA GENTRIFICAÇÃO .	122
5.4 OS CAMINHOS DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS	138
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIO PARA QUEM?	141
REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a discussão sobre a preservação de bens de interesse histórico-cultural tornou-se recorrente no início do século XX, num período de transformação do contexto urbano nacional. Segundo Zagato (2017), nesse tempo as principais cidades do país passavam por alterações que modificavam sua fisionomia e as elites econômicas, políticas e culturais buscavam passar para o mundo a imagem de um estado moderno e disputavam entre si a construção de uma memória da nação. Nesse contexto, embora na década de 20 já houvessem intenções de criação de órgãos e leis para proteção do patrimônio, foi somente com a ascensão de Getúlio Vargas através da Revolução de 1930 que se criaram as condições efetivas para a implementação de uma política nacional.

Como aponta Souza Filho (2005) na década de 1930 começaram a surgir novidades jurídicas como o Decreto 22.928 de 1933, que erigiu a cidade de Ouro Preto a monumento nacional. Neste decreto pela primeira vez é enfatizado o dever do Poder Público em defender o patrimônio histórico e artístico nacional. Essa ideia de proteção por parte do Estado é incorporada na Constituição de 1934, mesmo ano em que Gustavo Capanema assume o Ministério de Educação e Cultura. A gestão de Capanema é lembrada por dois marcos na trajetória da preservação do patrimônio nacional. O primeiro foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E o segundo a promulgação do Decreto-lei nº25 de 1937, que instituiu o instrumento do Tombamento.

Organizado em cinco capítulos, o Decreto-lei nº25 de 1937 dispôs que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional os bens cuja relevância de conservação seja de interesse público, devido a estarem ligados a fatos importantes da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Segundo o Decreto, só devem possuir proteção legal os bens ou conjuntos que forem tombados, ou seja, passarem pelo processo de

¹ Após a nomenclatura Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1946 passou a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN passa a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979 cria-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1990 a secretaria é extinta e formula-se o IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Em 1994 a instituição volta a chamar-se IPHAN, permanecendo até os dias atuais.

identificação e inscrição em algum dos quatro livros Tombo instituídos (Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Tombo Histórico; Livro Tombo das Belas Artes; e Livro Tombo das Artes Aplicadas) (BRASIL, 1937). Nessa concepção o Estado tem um poder instituinte do que integra o patrimônio cultural brasileiro.

Os intelectuais modernistas que atuaram nos primeiros anos do SPHAN, como Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, moldaram a noção inicial de patrimônio histórico e artístico nacional. A ação destes intelectuais estava intimamente ligada à consolidação da arte moderna como a nova arte brasileira e às intenções de se fabricar uma identidade nacional a partir de uma identidade artística. Dessa forma, esse grupo identificou o barroco mineiro como a síntese do encontro entre a cultura portuguesa e africana, sendo uma produção autenticamente brasileira (SANTOS, 2014).

Segundo Lyra (2016) nos primeiros 30 anos de atuação do SPHAN (1937-1967), a seleção dos conjuntos urbanos a serem tombados foi baseada preponderantemente em critérios estéticos, e a homogeneidade e integridade do conjunto foram compreendidas como fatores determinantes. Esses conjuntos eram caracterizados com arquitetura típica dos séculos XVII e XVIII e traçado urbanístico espontâneo, representando o modo de urbanização mais recorrente durante a colonização portuguesa na América. Nessas três décadas, foram efetivados 39 tombamentos de áreas urbanas. Esse valor corresponde a 5% no número de tombamentos realizados no período, ou seja, havia uma tendência a realização do tombamento de bens isolados, e não conjuntos urbanos. Outro fator apontado por Santos (2014) é a predominância de tombamentos de cidades que se encontravam estagnadas economicamente. Isto é explicado devido ao fato de os intelectuais responsáveis pelo processo de patrimonialização possuírem ligação com o movimento modernista, que defendia grandes transformações urbanas. Dessa forma, não lhes ocorria tomar cidades que estivessem em pleno desenvolvimento, uma vez que o tombamento poderia impedir o crescimento e as alterações necessárias. Assim, preferia-se proteger núcleos urbanos estagnados, onde o tombamento não alteraria significativamente a dinâmica local.

O foco em identificar e proteger somente bens de excepcional valor monumental, histórico e artístico fez com que os primeiros anos de atuação da política nacional de patrimônio fosse limitada. Com as atenções voltadas exclusivamente para o legado da colonização portuguesa e do período imperial, a

ação do IPHAN ficou concentrada nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, sendo pouco representado o restante do país (PORTA, 2012).

Após essa fase inicial, o caráter desenvolvimentista do período da ditadura militar também repercutiu nas políticas de preservação do patrimônio. Para Santanna (2015), o desenvolvimentismo baseado em grandes obras de infraestrutura, principalmente obras viárias, rasgou o tecido histórico das cidades de maior porte, levando à degradação e esvaziamento dessas áreas. O novo contexto também colocou em xeque o modelo centralizador e baseado apenas em aspectos culturais do IPHAN. Dessa forma surgem as iniciativas de articular a preservação ao planejamento urbano e ao desenvolvimento turístico.

Considerando a busca de uma política mais integrada surge o Programa das Cidades Históricas (PCH), executado entre 1973 e 1983 e inicialmente concebido para atuar somente no Nordeste, com o nome de Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Ressonando debates internacionais, nesse momento também são instaurados os órgãos em instância estadual e local. No âmbito do PCH, os planos diretores despontaram como tentativa de integrar a preservação e o desenvolvimento urbano, porém as diretrizes genéricas, e a falta de articulação com as populações e governos locais levaram ao fracasso das iniciativas. Essa ineficiência dos planos diretores na questão da preservação levou a manutenção da preponderância da atuação do órgão federal em relação às instâncias locais. Entretanto essa tentativa de integrar o patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico e turístico, premissa da época, contribuiu para ampliar o entendimento do patrimônio como algo além das características essencialmente monumentais e estéticas, tornando a preservação mais pragmática (SANTANNA, 2015)

Outro fator desse momento histórico, segundo Fonseca (2000), é que a partir da década de 1970, o eixo das questões de preservação deslocou-se de um caráter eminentemente técnico para um campo de negociação política, com a participação de diferentes agentes. A valoração dos bens que antes era baseada apenas em aspectos monumentais, materiais e simbólicos foi gradativamente substituída pela noção de referência cultural, em que determinados sujeitos ou populações lhe atribuem sentidos e valores. Ao falar em referência cultural, pressupõe-se grupos a quem essa referência faz sentido, ou seja, para ser referência precisa ser referência para alguém. A inserção dessa noção no

vocabulário das políticas culturais propiciou uma série de indagações, como de quem é a legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, com base em quais valores, e em nome de quais interesses ou de quais grupos.

A negociação política apontada por Fonseca pode ser sintetizada em dois grupos de atores apresentados por Motta (2017). Os primeiros são os sujeitos institucionais, portadores de um saber técnico e especializado e responsáveis por reconhecer os valores de patrimônio nas diferentes instâncias governamentais. Os segundos são os sujeitos locais, ou seja, a população leiga que vivencia o patrimônio no dia a dia. Dessa forma, Maia e Faria Filho (2018) afirmam que se no início os entes estatais concentravam todo o poder e atribuições, com o tempo houve uma descentralização do modelo de gestão patrimonial e cultural brasileiro.

Esse debate que já estava presente no meio acadêmico e em alguns setores do meio profissional culminou no alargamento do conceito de patrimônio cultural na Constituição de 1988.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL. Constituição (1988).

Entre as alterações estão a relativização da noção de excepcionalidade, substituindo-a pelo valor de representatividade, o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio, e o compartilhamento da tutela do patrimônio entre os poderes públicos e a comunidade. Dessa forma, os adjetivos 'Histórico e Artístico' foram substituídos pelo termo 'Cultural' e o conceito passou a incluir a produção

cultural de diversos agentes da sociedade. Outra transformação relevante diz respeito à proteção dos bens. Souza Filho (2005) lembra que enquanto no Decreto-lei de 1937 apenas os bens tombados são protegidos, a Constituição de 1988 expande a proteção aos bens culturais independente do tombamento, que perde sua hegemonia como única via para inserção de bens no rol do patrimônio cultural brasileiro. Para Meneses (2012), o texto da Constituição deslocou o eixo da matriz de valor do patrimônio, do Estado para a sociedade. Se antes era o Estado que instituíam o que era o patrimônio, o novo texto reconheceu o patrimônio como fato social oriundo da sociedade, cabendo ao poder público um poder declaratório e de colaboração com a comunidade em sua gestão.

Embora o texto constitucional tenha trazido avanços, Porta (2012) aponta que o início da década de 1990 foi marcado pelo desmonte da política nacional de patrimônio, levando a quase paralisação das atividades. A decisão governamental de diminuir os investimentos e a ação do estado durante aquela década retardou a atualização dos órgãos e implementação das novas práticas. Somente nos anos 2000 a política de preservação ressurgiu como uma política de estado, através do aumento de aportes financeiros, do reconhecimento da pluralidade cultural nacional, da aplicação de novos instrumentos e da tentativa de protagonismo da participação social.

De acordo com Pissato (2018), os anos 2000 foram marcados por novas práticas na gestão do patrimônio cultural. A partir do primeiro governo Lula o IPHAN fortaleceu-se através de reordenamento interno da instituição, ingresso de novos funcionários após um longo período sem concursos, e maior capilaridade e inserção da instituição no território nacional, passando a possuir superintendências em todos os estados desde 2009. Além disso, o órgão passou a esforçar-se para que instrumentos já existentes como o tombamento começassem a ser aplicados de forma a reconhecer as referências culturais de grupos antes ignorados social e geograficamente. As duas últimas décadas foram marcadas também pela regulamentação de novos instrumentos de gestão do patrimônio cultural, como o Decreto 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a Chancela da Paisagem Cultural de 2009, o Cadastro do Patrimônio Ferroviário de 2007, a instauração das Casas do Patrimônio, e os Inventários Participativos de 2016.

Em 2018 o IPHAN lançou a sua Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), documento normativo que organiza e consolida as práticas do órgão em relação ao patrimônio cultural material em um só documento. Entre seus princípios, premissas e objetivos, o documento enfatiza diversas vezes a participação social como parte essencial dos processos de gestão do patrimônio. Além disso, ficou estabelecido que diversas portarias que regulamentam a utilização dos instrumentos relacionados ao processo de patrimonialização deveriam ser revistas.

Dessa forma são identificáveis vários movimentos institucionais, principalmente no nível do discurso, para tornar as políticas de patrimônio mais participativas. Por outro lado, Meneses (2012) aponta que decorrido um considerável tempo desde a promulgação da Constituição e a mudança da matriz de valor do Estado para a sociedade, parece que as intenções se concretizaram apenas nas políticas de patrimônio imaterial, ficando o patrimônio material ainda amarrado às antigas práticas. Fazendo-se um paralelo entre a visão de Meneses e os níveis indicados por Lefebvre (1999) para analisar o fenômeno urbano, pode-se dizer que nas políticas de patrimônio material persiste um predomínio de cima para baixo, ou seja, do nível global (o nível do Estado) sobre o nível do cotidiano, o nível do habitar. Para as políticas estarem de acordo com o texto constitucional deveria haver uma inversão, pois a atribuição de valor ao patrimônio cultural parte de baixo para cima, do cotidiano (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2005) para a institucionalização.

Por fim, cabe lembrar que como demonstrado por Arnstein (1969) a participação social pode adquirir escalas e níveis de incidência muito variados, podendo caracterizar-se desde uma manipulação ou falsa participação, até altos níveis de controle cidadão. Em outras pautas que envolvem o urbano, como a campanha pelos Planos Diretores Participativos e a Reforma Urbana, o assunto já foi amplamente debatido, e autores como Maricato (2008) registram a necessidade de questionar que tipo de participação ocorre e em que medida ela traz resultados efetivos.

Essa relação entre variação de participação e poder efetivo pode ser observada dentro de um mesmo campo, como ocorre nas políticas de patrimônio material brasileiras. Instrumentos mais tradicionais e que levam a uma proteção legal mais restritiva como o tombamento apresentam uma resistência maior em incluir a participação. Em um meio termo, um instrumento de reconhecimento com formatação mais de acordo com os conceitos contemporâneos, como a Chancela da

Paisagem Cultural, encontra dificuldade em sua aplicação justamente por caracterizar-se como um pacto de gestão entre instâncias do poder público e a sociedade civil. Na outra ponta, as atividades de educação patrimonial, como os Inventários Participativos, possuem um caráter essencialmente participativo, porém não têm a finalidade de levar a uma institucionalização, ou reconhecimento oficial do patrimônio.

Dessa forma, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Com o deslocamento a partir da Constituição de 1988 da matriz de atribuição de valor ao patrimônio cultural do Estado para a sociedade, em que medida se concretizou a participação da população na patrimonialização das referências culturais materiais?

Tem-se por hipótese que a participação da população no processo de patrimonialização das referências culturais materiais concretizou-se de maneira parcial, sendo mais intenso nas iniciativas de educação patrimonial e decrescendo nas ações de reconhecimento e proteção.

O objetivo geral do trabalho foi verificar se as políticas de patrimônio cultural material no período pós 1988 são coerentes com as definições presentes na Constituição, e em que medida a população envolvida possui canais efetivos para participar do processo de patrimonialização.

Entre os objetivos específicos estiveram perceber quais medidas efetivas o IPHAN tomou ao longo dos últimos anos para promover uma participação concreta da comunidade nas ações referentes ao patrimônio cultural material, e como a instituição se projeta para os próximos anos; Compreender de que forma os instrumentos existentes no período anterior, principalmente o Tombamento, foram reinterpretados em sua aplicação a partir da Constituição de 1988, e em que medida a sociedade envolvida pôde participar dos processos de instrução; Entender de que forma a participação da população foi abordada tanto no texto como na aplicação dos novos instrumentos e políticas criadas; Investigar sobre quais foram as metodologias participativas utilizadas nos últimos anos referentes à patrimonialização das referências culturais materiais, quais seus limites, abrangência e capacidade de replicação.

Metodologicamente, o trabalho foi dividido em três etapas. A primeira consistiu em analisar o conteúdo dos documentos legais e textos internos do IPHAN, e a forma como a participação e atribuição de valor é abordada. Foram analisadas a PPCM - Política do Patrimônio Cultural Material (2018), a Portaria nº11 (1986) e sua

revisão (em elaboração) referentes à instauração do processo de Tombamento, a Portaria nº 127 (2009) e sua revisão (em elaboração) referentes à Chancela da Paisagem Cultural, e o Manual de Aplicação dos Inventários Participativos (2016). Na segunda etapa pretendeu-se identificar o nível de participação das comunidades nos processos de tombamento realizados no período de dez anos entre 2009 e 2018. Como fonte foram utilizadas as atas das reuniões do Conselho Consultivo quando foi deferido o tombamento, com a finalidade de identificar questões como metodologia utilizada durante os estudos, valores atribuídos, atores envolvidos, pedidos de impugnação, apoio ou rejeição da população. A terceira etapa consistiu em analisar três estudos de caso onde notadamente foram utilizadas metodologias participativas na identificação do patrimônio cultural material. Os estudos de caso tiveram por objetivo a análise das categorias: Educação Patrimonial (Inventário Participativo Minhocão contra Gentrificação), Reconhecimento (Chancela da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco) e Proteção (Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape).

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO NO URBANO

2.1 PATRIMÔNIO COMO REFERÊNCIA CULTURAL

O patrimônio cultural é ao mesmo tempo suporte e manifestação das relações sociais dos grupos a ele relacionados. Falar de bens culturais não é falar de coisas que tem um significado intrínseco, como se seus valores fossem inerentes a si. Na visão de Meneses (2012) interpretar o patrimônio é na verdade abordar o sentido atribuído aos bens. Coisas ou práticas que amparadas em sua natureza material são mobilizadas pelos variados grupos como forma de socializar suas crenças, afetos, ideias, significados, normas, ou seja, seu conjunto de valores. Para o autor, os valores e uma visão focada nas práticas sociais são a peça chave para o entendimento do patrimônio cultural, uma vez que a significação autônoma de um bem seria um fetiche. Dessa forma cabe questionar: se os valores são algo atribuído, à quem cabe atribuí-los? Quem cria o valor? Nesse ponto a Constituição de 1988 consolidou a mudança da matriz de atribuição de valor. Quando a comparamos com o Decreto-lei 25/37, percebe-se que na definição do Decreto o poder público era responsável por definir o que era o patrimônio nacional, através do tombamento. Por sua vez a Constituição Federal reconheceu a posição já consolidada nas ciências sociais de que os valores culturais não são instituídos pela ação oficial, e sim construídos pela sociedade. Na opinião de Meneses (2012, p. 33-34) “O patrimônio é antes de mais nada um fato social - essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalo e causava mal-entendidos”. Assim, mesmo sem qualquer intervenção do estado, o patrimônio cultural da nação existe como fruto de relações sociais. Entretanto, a ação institucional pode até certo ponto valorizar ou marginalizar determinadas manifestações culturais. Nessa visão o poder público não possui um caráter gerador, mas sim uma função declaratória e de proteção dos valores culturais em cooperação com as comunidades ligadas a eles.

Ao analisar o contexto mexicano na década de 1990, Canclini (1994) aponta percepções próximas às apresentadas por Meneses. O autor assinala um movimento de reconceitualização do patrimônio com três pontos principais. O primeiro seria que o patrimônio não inclui somente a ‘herança morta’ como a arquitetura antiga, os sítios arqueológicos ou objetos antigos, mas também

manifestações visíveis e invisíveis como conhecimentos, línguas, formas de comunicação e documentação. Em segundo a busca pela integração através das políticas de patrimônio do que foi produzido no passado com as necessidades contemporâneas da sociedade. E por último, a superação da seletividade patrimonial que privilegia apenas as obras relacionadas às classes hegemônicas, como igrejas, palácios e pirâmides, reconhecendo-se que o patrimônio da nação é formado por manifestações dos diversos grupos sociais. Entretanto, embora tenha ocorrido essa ampliação conceitual do campo do patrimônio e o discurso tenha sido acolhido pelas instituições, a legislação existente ainda era considerada insuficiente pelo autor para promover a salvaguarda de manifestações culturais tão diversificadas.

Na conjuntura brasileira, Meneses (2012) diagnostica certa esquizofrenia nas práticas de preservação do patrimônio. Isso porque as premissas constitucionais de foco nos sujeitos sociais só se concretizaram de fato nas políticas de patrimônio imaterial, ficando as ações ligadas ao patrimônio material ainda fetichizadas, com atribuição de valor baseando-se em características intrínsecas do bem. Para Luchiarri (2005) a escolha dos patrimônios é sempre um processo socialmente seletivo, dependendo do olhar de quem valoriza ou não determinadas manifestações culturais. Meneses (2012) aponta para a iminência de uma polarização entre valor técnico e valor social. Dessa forma seria necessária uma revisão quanto à atribuição de valor cultural, de forma que sem a exclusão da visão do especialista, seja incluída também a visão do usuário, uma vez que ele é de fato o produtor do valor relacionado ao bem cultural.

Motta (2017) aponta a necessidade do estabelecimento de um diálogo entre o saber leigo e o saber especializado sem desqualificação mútua como a trilha para a construção de valor do patrimônio. Através desse diálogo entre as diferentes formas de conhecimento e saber é possível estabelecer a relação entre os moradores do local e os responsáveis pela implementação de políticas de patrimônio. Além disso a interação com o sítio como bem cultural deve ser entendida através de uma multiplicidade de sujeitos. Numa escala está o sujeito local, ou seja, aquele que vivencia o espaço em seu cotidiano. Há também o sujeito da cidade, que apesar de certo distanciamento, interage e reconhece determinado sítio como referência cultural. Pode-se citar também o sujeito nacional, que valoriza o sítio mesmo sem ter contato físico direto. E por fim os sujeitos institucionais, que tem a atribuição de construir as políticas patrimoniais dentro das instituições. É nessa

instância onde os portadores do saber especializado devem incorporar as demandas e considerações feitas pelos leigos na elaboração de ações voltadas à memória e identidade, ou trabalhos urbanísticos.

Neste ponto relacionado à institucionalização, segundo Canclini (1994) são identificáveis pelo menos quatro paradigmas político-culturais ligados à preservação do patrimônio: o tradicionalismo substancialista, o mercantilista, o conservacionista e monumentalista, e o participacionista. O tradicionalismo substancialista é a valorização da coisa pelo valor que tem em si mesma, independente do uso atual. É a visão do patrimônio como algo excepcional, descolada das condições e atores que o produziram, tendo por objetivo a salvaguarda de modelos estéticos e simbólicos, representantes de um passado desvanecido. A concepção mercantilista é voltada para as questões econômicas, com o patrimônio ora sendo visto como possibilidade de valorização do espaço, ora como uma condicionante que impede o progresso. Nessa visão, onde empresas privadas assumem o protagonismo, o patrimônio atinge prestígio na medida em que pode gerar retorno financeiro, e está muitas vezes relacionado à processos de espetacularização. O protagonismo do Estado na salvaguarda do patrimônio está relacionado ao paradigma conservacionista e monumentalista. De maneira geral o Estado busca salvaguardar bens culturais históricos que evoquem a exaltação da nacionalidade, dando uma noção de grandiosidade e coesão. Ao focar as obras monumentais, corre sempre o perigo de desconsiderar o contexto em que estão inseridas e mascarar problemáticas sociais relacionadas. Além disso, associar o governo às obras monumentais históricas não deixa de ser uma forma de legitimação do sistema político vigente.

O quarto paradigma apresentado por Canclini é o participacionista, onde o patrimônio é ligado às demandas contemporâneas da sociedade. Nessa visão, as questões citadas anteriormente, como os valores intrínsecos dos bens, o caráter econômico e a representatividade simbólica são subordinados às necessidades atuais dos grupos envolvidos com o patrimônio. Dessa forma a seleção do que e como deve ser preservado deve ser feita do modo mais democrático possível, com o envolvimento dos interessados, para que possam trazer seus hábitos e opiniões. Assim passa-se a “...incluir no patrimônio tanto os edifícios monumentais quanto a arquitetura habitacional, os grandes espaços cerimoniais ou públicos do passado e os parques e praças de hoje, os bens visíveis e os costumes e crenças” (CANCLINI, 1994, p.105). O acento na participação também é uma das principais ferramentas

para evitar dois processos indesejáveis que podem acontecer em decorrência de intervenções em sítios patrimoniais. O primeiro deles, é a cidade museu, onde o local esvazia-se do sentido cotidiano, ficando como uma representação histórica de um espaço que ficou sem função. E o segundo é a ‘cidade para snobs’, quando o espaço é apropriado por especuladores e uma elite burguesa, intelectual ou artística que utiliza o sítio como ferramenta para demonstrar sua singularidade.

Em uma perspectiva complementar, Certeau, Giard e Mayol (2005) chamam atenção para consequências que podem ocorrer de uma dualidade entre a ação do Estado e a ação do mercado. Caso não haja um cuidado especial com o tema, as restaurações promovidas pelo Estado podem causar a museificação da cidade, subtraindo as características e dinâmicas que atribuíam valor ao local. “Subtraí a usuários o que apresenta a observadores” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2005, p.195), fazendo com que bens de uso cotidiano passem a ser apenas motivo de curiosidade, informação ou análise. Por outro lado, quando o Estado recua, os sítios podem ficar condicionados à lei do mercado. Nesse caso pode ocorrer a desapropriação econômica, onde os imóveis são tirados de habitantes mais pobres, passam por melhorias e são ocupados por pessoas mais ricas. Os dois tipos de processo tendem a separar dos lugares aqueles que lá vivem. Portanto, caracterizam-se como um jogo de relações de forças entre cidadãos que em teoria são iguais perante a lei. Segundo os autores, para mitigar esses processos os habitantes também devem participar das decisões. Indo mais adiante, os habitantes além do direito à ocupação dos lugares, tem também direito à sua estética. Ou seja, os valores estéticos, principalmente daqueles mais desfavorecidos, são constantemente rebaixados, sendo priorizado apenas o gosto dos técnicos. A arte popular só atinge reconhecimento quando tratada como exótica, ou testemunho de um passado distante. Portanto, na visão de Certeau, Giard e Mayol seria necessário que os anônimos urbanos recuperem seu direito como autores da cidade, pois o patrimônio não é feito apenas de objetos, mas “ das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e “poetizadas” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2005, p.199).

Assim, Canclini (1994) indica que as políticas voltadas ao patrimônio devem ser guiadas por questionamentos como: Para quem estão sendo desenvolvidas? Como é feita a comunicação com o público? A política cultural limita-se a

restaurações e catalogações, ou procura conhecer as necessidades dos usuários? Como os grupos recebem e se apropriam da história?

Por outro lado, embora a questão da participação social e cidadã seja quase uma unanimidade entre os estudiosos do assunto, Fernandes (2017) faz uma ressalva sobre a necessidade de refletir sobre que tipo de participação vem ocorrendo, quais seus limites e armadilhas, para evitar que se torne uma panaceia. Para melhor compreensão desse tema a próxima seção aborda a questão da participação não voltada somente ao patrimônio, mas ao urbano de maneira mais geral, evocando potencialidades e contradições levantadas pela bibliografia consolidada acerca do assunto.

2.2 PARTICIPAÇÃO: DO URBANO AO PATRIMÔNIO

Em seu livro “A Revolução Urbana” publicado inicialmente em 1970, Henri Lefebvre (1999) defende que a sociedade se encontra em uma zona crítica de transição da cidade industrial para uma sociedade completamente urbana, resultante da explosão das antigas formas urbanas. O autor utiliza-se de três níveis de análise para compreender o fenômeno urbano. O nível G é o nível global, das relações mais gerais e abstratas, onde se exerce o poder, o Estado, o espaço institucional e o urbanismo institucional. O nível M, é o misto, mediador ou intermediário, sendo o nível da cidade no entendimento corrente do termo. Do nível M exclui-se o que depende do nível global (prédios públicos, catedrais, ministérios) e os imóveis privados, compondo-se assim das ruas, praças, escolas, edifícios públicos locais. O nível P, é o nível privado, da vida cotidiana. Para o autor existe uma inversão, uma vez que o nível G sobrepõe-se ao nível M, que por sua vez sobrepõe-se ao nível P, que deveria ser considerado o nível mais importante no fenômeno urbano por ser o nível do habitar. Nesse ponto existe uma forte oposição entre os conceitos de habitar e habitat. O habitar é uma prática de milênios, simultaneamente funcional, multifuncional, transfuncional. Uma vez que o ser humano habita como poeta “Isso quer dizer que a relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza, com “ser” e o próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê” (LEFEBVRE, 1999, p. 79). O habitat, por outro lado, está relacionado ao urbanismo institucional, que a partir do final do século XIX reduziu o ser humano a funções simplificadas como comer, dormir, trabalhar, reproduzir-se. O habitat, dominado pela

lógica da cidade industrial, rechaça o habitar, as diferentes formas de viver, a variedade das tipologias urbanas, valores culturais vinculados ao cotidiano, e foi instaurado pelo alto, obrigando o vivido a enclausurar-se num espaço global homogêneo.

Lefebvre faz um paralelo com o pensamento marxista sobre o mundo invertido. Nesse mundo o intermediário (mercador) suplanta o produtor ou criador enriquecendo e empobrecendo os responsáveis pela criação. O Estado que deveria assistir a sociedade por meio da capacidade de organização e racionalidade, por sua vez reforça a exploração do conjunto da sociedade, alçando-se acima da vida social, como uma superestrutura. Assim, a burocracia passa a ter interesses próprios e meios de satisfazê-los. Em consequência, o que é efeito é considerado causa, o fim torna-se meio e o meio fim. Portanto, a hipótese da concretização da revolução urbana seria fundada em uma dupla inversão. A primeira seria a subordinação da lógica industrial à lógica da urbanização. E a segunda a subordinação do nível global, hoje predominante, ao nível urbano, e do urbano ao nível do habitar. O nível da vida cotidiana passa a ser o prioritário e se sobrepõe aos demais.

Esse movimento 'de baixo para cima' pode ser entendido a partir das reflexões de Faranak Miraftab (2016) ao propor um novo tipo de planejamento. Miraftab ao sugerir um planejamento insurgente, aponta que ações podem ocorrer de duas formas: através dos espaços convidados e dos espaços inventados. Os espaços convidados seriam aqueles ligados às instituições, espaços permitidos pelos grupos dominantes, com formas controladas de ação dos cidadãos. Os espaços inventados seriam insurreições e insurgências que tendem a ser negadas e criminalizadas pelo Estado e pelos grupos no poder. Essa insurgência está baseada numa interpretação distinta de justiça, passando da representação para a autodeterminação. Ao invés de uma democracia representativa, onde os cidadãos apenas delegam as decisões sobre seus direitos para representantes políticos, técnicos e burocratas, busca-se uma democracia participativa. Na democracia participativa os cidadãos tomam diretamente as decisões que afetam suas vidas, de forma multicentrada e focada em ações diretas. Portanto, a busca por um planejamento subversivo não seria a busca por uma maior representatividade no modelo liberal consagrado ao longo do século XX, mas uma ruptura com a "inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados" (Miraftab, p. 368, 2016). Deve-se observar que esses dois tipos de espaços mantêm uma

relação dialética e de interação mútua, sem apresentar uma relação binária. Dessa forma, movimentos sociais com objetivos claros constantemente se movem tanto através dos meios convidados como dos meios inventados a partir das necessidades específicas de cada luta. Por exemplo, grupos que lutam para combater processos de gentrificação, utilizam-se dos ‘espaços convidados’ para proteger direitos de inquilinos, estender prazos de aluguel, e dos ‘espaços inventados’ fazendo protestos em frente aos bancos responsáveis pela expulsão dos moradores ou sabotando as remoções.

Uma vez apresentados os conceitos de ‘espaços convidados’ e ‘espaços inventados’, cabe questionar qual o limite de participação social dentro dos ‘espaços convidados’, ou seja, dos espaços institucionais. Em um texto da década de 1960, Sherry Arnstein (1969) fez uma análise de programas sociais nos Estados Unidos, chegando a conclusões sobre os diferentes graus de participação e não-participação nos programas governamentais. A autora chama a atenção ao fato de que a participação é uma ideia inicialmente apoiada de forma geral, devido à sua ligação com o próprio caráter democrático de uma nação. Entretanto à medida que a participação envolve grupos marginalizados, ou é requerida uma real concessão de poder, o apoio à ideia decresce, e assim “... o forte aplauso se reduz a leves palmas quando este princípio é defendido pelos grupos dos sem-nada: negros, imigrantes mexicanos, porto-riquenhos, índios, esquimós e brancos pobres” (ARNSTEIN, 1969, p. 01).

Segundo Arnstein a amplitude do uso do termo gera ambiguidade e dificuldade no entendimento do que seria de fato a participação cidadã. Em sua visão, participação cidadã pode ser entendida como o mesmo que poder cidadão. No contexto de seus estudos, a participação seria o meio pelo qual os ‘sem-nada’ poderiam requerer acesso a mudanças significativas que lhes permitissem gozar de condições melhores como o restante da sociedade. Uma das principais contribuições da estudiosa foi a elaboração da escada da participação, onde cada degrau se refere a um nível de poder cidadão. A participação pode se caracterizar como um ritual vazio se não há real influência nos resultados do processo, gerando ainda frustração daqueles que se dispuseram a participar. Além disso, procedimentos participativos esvaziados de sentido e poder de decisão são utilizados de forma recorrente pelos entes responsáveis pelas políticas para

aparentar que todos os atores envolvidos foram ouvidos. Os degraus da escada da participação são sintetizados no quadro a seguir:

QUADRO 1 - DEGRAUS DA ESCADA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Não-participação	<p>1. Manipulação: Participação em comitês ou conselhos consultivos sem real poder de decisão. Propósito de educar os participantes e obter apoio, funcionando como relações públicas dos grupos que detêm o poder de decisão.</p> <p>2. Terapia: Trata-se da terapia grupal disfarçada de participação popular. Com a desculpa de envolver os cidadãos no planejamento, especialistas em psicologia, assistentes sociais e psiquiatras submetem as pessoas à terapia grupal. Assim como a Manipulação, tem um caráter 'curativo' das instituições em relação à população. Moradores são reunidos para 'ajustar valores e atitudes' à sociedade, numa abordagem que desvia o foco de questões mais importantes.</p>
Concessão mínima de poder	<p>3. Informação: O ato de informar a população sobre suas garantias, deveres e opções pode ser considerado o primeiro degrau rumo a uma participação legítima. Entretanto, nesse estágio trata-se de uma informação de mão única, do técnico para a população, através de folhetos, notícias na imprensa e pesquisas de opinião. Pode haver também reuniões, caracterizadas pela transmissão de informações superficiais, esquívamento de perguntas e respostas evasivas. Nesse degrau a comunicação é unilateral e não há poder de negociação.</p> <p>4. Consulta: Quando o ponto de vista dos cidadãos é solicitado através de audiências públicas, pesquisas de opinião e assembleias. Embora seja um passo legítimo, se a Consulta não estiver aliada a outras formas de participação, nada garante que a posição da população será levada em conta nas tomadas de decisão. Assim, esse degrau corre o risco de ser um ritual de fachada, ainda mais quando existe um enfoque em questões estatísticas e a participação é medida com ênfase no número de pessoas que participaram. Ainda, pesquisas de opinião sem todas as informações apresentadas de maneira clara para o entrevistado podem induzir resultados. Outra possibilidade é a geração de insatisfação junto à população, quando não são perceptíveis resultados decorrentes de sua participação.</p> <p>5. Pacificação: A partir desse nível os cidadãos conseguem ter algum tipo de influência, mesmo que limitado. A pacificação é caracterizada pela participação de representantes selecionados em conselhos ou órgãos colegiados. Todavia, se os tradicionais detentores do poder mantêm a maioria das cadeiras, dificilmente os representantes oriundos da comunidade conseguirão impor suas decisões. O nível da pacificação depende da capacidade de organização da comunidade e da qualidade da assessoria técnica independente de que dispõem para definir suas preferências.</p>
Poder Cidadão	<p>6. Parceria: Nesse degrau há efetivamente redistribuição de poder, baseada na negociação entre tomadores de decisão e cidadãos. O planejamento e decisões são compartilhados pelos dois lados, através de conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos. Após a definição das regras básicas de funcionamento, essas não podem ser modificadas de maneira unilateral. Contribui para o sucesso da parceria que a comunidade tenha um mínimo de capacidade financeira para contar com os serviços de advogados, técnicos, e compensar financeiramente lideranças pelo seu trabalho.</p> <p>7. Delegação de poder: Nesse nível os cidadãos assumem o poder deliberativo em determinado plano ou programa, ficando o poder decisório em instâncias onde os cidadãos têm maioria dos votos e atribuições definidas de forma clara. Assim a população tem nas mãos as principais ferramentas para garantir que seus interesses sejam atendidos, e capacidade de negociação com os grupos poderosos.</p>

	<p>8. Controle Cidadão: No mais alto degrau de participação a população requer a capacidade de gerir de forma quase autônoma um programa público ou de uma organização, responsabilizando-se pelo gerenciamento e definição de ações, e podendo negociar até que ponto agentes externos terão capacidade de incidir ou introduzir mudanças. Exemplos de controle cidadão são as corporações comunitárias que têm alcance a fonte de financiamento direto, sem a necessidade de intermediários.</p>
--	--

FONTE: O autor (2019), com base em Arnstein (1969)

Os primeiros degraus da participação 1. Manipulação e 2. Terapia caracterizam-se como uma não-participação, sendo utilizados como uma forma de se esquivar de uma participação verdadeira. Nesse estágio a população não tem uma participação efetiva, mas sim é 'educada' ou 'curada' pelos responsáveis pelas políticas. Nos degraus 3. Informação e 4. Consulta as pessoas tem a abertura de ouvir e ser ouvidas. Segundo a autora, o nível máximo de participação geralmente alcançado nas políticas limita-se a esses degraus. Nesses casos os cidadãos não têm garantias de que suas opiniões serão aceitas e incorporadas. O degrau 5. Pacificação apresenta características semelhantes aos dois níveis anteriores, possuindo apenas maior capacidade de incidência dentro da concessão mínima de poder. Os degraus 6 a 8 são os que representam de fato o poder cidadão. No nível 6. Parceria a população pode negociar de igual para igual com os detentores do poder. Nos degraus 7. Delegação de poder e 8. Controle cidadão, a população detém o comando das tomadas de decisão ou até mesmo o completo poder gerencial. Embora os oito degraus sejam uma simplificação, são uma forma de lançar luz para a questão de que a participação, tratada discursivamente diversas vezes de forma abstrata, ocorre de formas variadas e com diferentes níveis. Embora o estudo de Arnstein seja feito com programas sociais norte-americanos, a autora afirma que os degraus podem ser facilmente utilizados na leitura de outras realidades onde há reivindicação de concessão de poder. "Os temas básicos são essencialmente os mesmos em todos os casos: os "ninguém" destas arenas estão tentando se tornar "alguém" com poder suficiente para tornar suas organizações mais adequadas às suas opiniões, aspirações e demandas" (ARNSTEIN, 1969, p. 03). Uma última observação a ser feita é de que a análise feita a partir de dois grupos, os "sem-nada" e os detentores do poder, é uma simplificação, visto que não são grupos monolíticos internamente, e pelo contrário, apresentam variações e contradições de pontos de vista entre si.

A partir das possibilidades apresentadas, é possível realizar a análise sobre o contexto brasileiro. O período da ditadura militar brasileira (1964-1985) foi marcado pela centralização durante a institucionalização da política urbana. Durante esses anos o foco principal foi o desenvolvimento, seja em seu caráter econômico, seja em seu caráter urbano. Dessa forma, o planejamento teve a função de promover o desenvolvimento de modo articulado, com a finalidade de obter alta taxa de rentabilidade dos investimentos urbanos. Na época era difundida a opinião de que as ações urbanas realizadas em períodos anteriores foram executadas de maneira irracional. Assim o planejamento foi utilizado como o instrumento central para o desenvolvimento, visto que seria uma expressão de racionalidade. O desenvolvimento econômico passa a ser a finalidade principal, sobrepondo-se à solução dos problemas urbanos, e principalmente dos problemas sociais. Nesse contexto de centralização, racionalização e autoritarismo, surgiu a expectativa de outro tipo de planejamento. Pode-se dizer que essa expectativa manifestou-se no movimento da Reforma Urbana, na Constituição de 1988 e no Estatuto das Cidades, que buscaram o protagonismo dos municípios (descentralização), a politização dos planos e o aumento da participação popular em relação ao predomínio técnico-científico do período autoritário (BERNARDES, 2007; MONTE-MÓR, 2008; LOEB, 1975).

O período da redemocratização foi marcado por uma tendência à descentralização em resposta à concentração de poder, recursos e gestão do período ditatorial anterior. Era consenso à época que transferir autoridade e responsabilidades para os governos locais e intermediários fortaleceria a democracia. Essa ideia foi defendida tanto por prefeitos e governadores que tiveram papel ativo na Assembleia Nacional Constituinte, como por formadores de opinião e movimentos sociais. A descentralização significou na maioria dos fatores a municipalização, tanto com o município sendo responsável por decidir a forma e conteúdo das políticas, quanto sendo responsável por executar e gerir programas definidos em nível federal. No período pós-88 cada uma das áreas, como saúde, educação, assistência social e habitação, concretizou a descentralização em padrões e níveis diferentes (ARRETCHE, 2005 e ALMEIDA, 2005).

Nos anos 2000 houve um aumento significativo das ações de planejamento urbano em esfera municipal, com o auge dos Planos Diretores entre os anos de 2005 e 2008. Além da obrigatoriedade imposta pelo Estatuto de Cidade aprovado

em 2001, os Planos Diretores adquiriram um novo sentido durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e foram alçados como principal instrumento para promover a reforma urbana. A partir de 2003 com o primeiro governo Lula é criado o Ministério das Cidades, com a finalidade de integrar as políticas urbanas, e feita uma ampla campanha em favor dos Planos Diretores Participativos (FARIA, 2016). Burnett (2011) ao realizar uma crítica afirma que os Planos Diretores Participativos são fetichizados. O autor retoma o conceito marxista de fetiche, onde as relações entre pessoas são fetichizadas em mercadorias. Para ele o mesmo ocorre com os instrumentos da reforma urbana, que são fetichizados como sendo a possibilidade de criar uma cidade distinta. O Plano Diretor e os instrumentos seriam na verdade a expressão das relações sociais, econômicas e de poder. Por si só não seriam capazes de promover a reforma urbana, e o que estaria realmente em jogo seria a capacidade de incidir nas relações de poder através dos instrumentos até onde possível.

Em um texto denominado “Nunca fomos tão participativos”, Ermínia Maricato (2008) faz uma crítica ao que denomina hegemonia do ‘participativismo’, que afastaria da sociedade a possibilidade de debater problemáticas estruturais. Embora a pauta da participação democrática esteja atualmente presente em quase todas as agendas voltadas às políticas públicas, essa participação apresenta efeito praticamente nulo sobre o capitalismo global, ou sobre a mudança do *status quo*. A autora utiliza-se do exemplo da defesa entusiasmada da participação democrática feita pela representante do Banco Mundial em um evento sobre Participação e Redução da Pobreza. No caso a participação cabível aos grupos vulneráveis limitava-se a debater a aplicação dos ínfimos recursos destinados à comunidade. Questões como discutir a enorme transferência em países periféricos de verba pública para o setor financeiro jamais seriam incentivadas. Ou seja, a participação e o debate ocorrem de forma pontual e limitada, não havendo espaço para o questionamento de temas basilares. Essa postura de postergar um debate global adotada pelos atores institucionais é também observada na maioria dos movimentos sociais. Na visão de Maricato, salvo algumas exceções, a maior parte das organizações apresenta forte atração pelo espaço institucional e pela institucionalização das práticas participativas como se constituíssem um fim em si. O controle social sobre o Estado ocasionado por essa institucionalização pode trazer ganhos e resultados positivos, embora por outro lado possa causar a cooptação e

enfraquecimento de determinadas demandas, situação também apontada por Arnstein (1969).

Ainda de acordo com Maricato (2008), os movimentos urbanos alcançaram considerável unidade em torno da pauta da Reforma Urbana, ou seja, o direito à cidade e à cidadania em especial para os excluídos territorialmente. Essa unidade logrou diversos ganhos jurídicos e institucionais, como capítulos na Constituição de 1988, o Estatuto das Cidades, a criação do Ministério das Cidades, e a campanha pelos Planos Diretores Participativos. Porém as conquistas legais e institucionais devem ser apreciadas com cautela, visto que o avanço efetivo no direito à cidade e acesso à terra não se concretizou na medida esperada. O Plano Diretor Participativo, por exemplo, é um instrumento que permite aos cidadãos ficar mais inteirados dos processos que ocorrem no espaço urbano e incorporar atores ao processo político e controle relativo do poder público. Entretanto é necessário entender que isso não é suficiente para contornar forças como a especulação imobiliária, muitas vezes parte integrante do poder municipal. Embora os textos dos Planos Diretores sejam geralmente bem-intencionados, a prática fica muito distante do discurso, com as ações beneficiando os mesmos grupos privilegiados. De forma sintética Maricato incita o questionamento, até que ponto o participativismo traz resultados efetivos ou acaba sendo uma prática que obscurece questões estruturais que são postergadas por uma ilusão de inclusão da população nos processos.

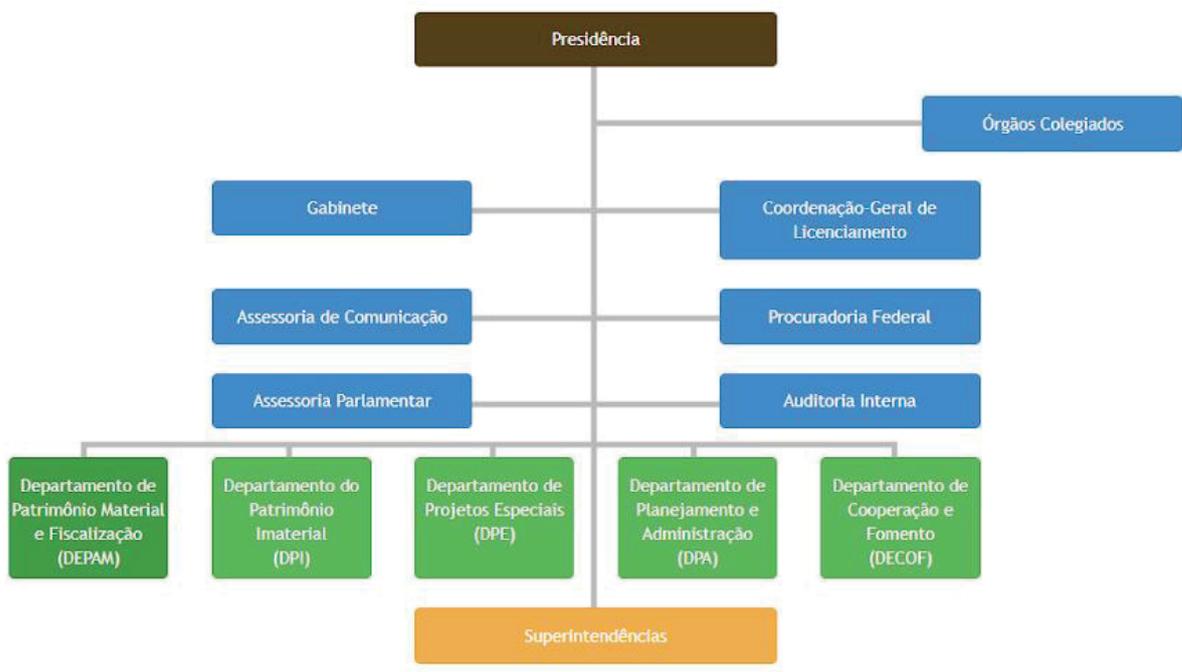
A partir da discussão levantada por Maricato, é possível questionar se estamos passando por um momento de institucionalização da participação no campo do patrimônio cultural, assim como ocorreu no campo da Reforma Urbana? Vista a grande variação presente na participação demonstrada por Arnstein, quais são esses ganhos e seus limites? As reformulações institucionais, através dos 'espaços convidados', representarão de fato o protagonismo da população na atribuição de valor ao patrimônio cultural, ou essa participação efetiva só é possível através dos 'espaços inventados'? Até que ponto a revisão das políticas e instrumentos do IPHAN avança na inclusão da sociedade civil? Os primeiros indícios para responder a esses questionamentos serão apresentados no capítulo seguinte. Serão analisadas a PPCM - Política do Patrimônio Cultural Material (2018), a Portaria n°11 (1986) e sua revisão (em elaboração) referentes à instauração do processo de Tombamento, a Portaria n° 127 (2009) e sua revisão (em elaboração) referentes à

Chancela da Paisagem Cultural, e o Manual de aplicação dos Inventários Participativos (2016).

3 UMA POLÍTICA EM REVISÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL BRASILEIRO

Em 2018, como parte das ações voltadas aos oitenta anos de instituição, o IPHAN lançou a sua Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), documento normativo que organiza e consolida as práticas do órgão. O desenvolvimento do documento foi coordenado pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), que na estrutura organizacional atual do IPHAN (Figura 01) é o responsável por zelar pelo patrimônio material.

FIGURA 01 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPHAN



FONTE: IPHAN (2019c)

Para elaboração da PPCM o DEPAM utilizou-se de insumos colhidos em eventos públicos ao longo dos anos de 2017 e 2018, como seminários, fóruns e oficinas. Minutas prévias também foram apresentadas para discussão em eventos da área, e houve uma consulta pública para que a população e instituições dessem

sua opinião sobre o texto proposto. A consulta ficou aberta no site do IPHAN entre os dias 28 de fevereiro e 28 de abril de 2018, e as contribuições foram encaminhadas por via eletrônica. Das mensagens recebidas, cinquenta foram consideradas pertinentes e incorporadas ao texto final. Essas mensagens foram enviadas em sua maioria por pessoas ligadas a universidades, superintendências estaduais e outros departamentos da própria instituição, museus, grupos de estudos, entre outros (IPHAN, 2018c)

Na PPMC são apresentados princípios, premissas e objetivos, ficando em vários pontos evidente a intenção de enfatizar a participação social nos processos. Nos princípios destacam-se:

(...)

V. Princípio da Colaboração. A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade;

VI. Princípio da Participação Ativa. Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material;

VII. Princípio da Atuação em Rede. A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação;

(...)

XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM. (IPHAN, 2018c, p. 31-32)

Quanto às seis premissas definidas, a terceira aponta para a necessidade de uma leitura do território que considere as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais do local antes de qualquer ação, a de número IV define que deve ser buscada a articulação entre a sociedade e os diferentes níveis de governo, e a quinta que “ As ações e atividades devem buscar estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio patrimônio cultural material” (IPHAN, 2018, p.32). Dentre os cinco objetivos definidos destaca-se:

II. Estabelecer práticas para a elaboração participativa dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante os grupos sociais locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada do patrimônio cultural material; (IPHAN, 2018c, p.33)

Na PPCM são considerados dez processos que estão ligados diretamente ao patrimônio material.

QUADRO 2 - PROCESSOS LIGADOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

I - Educação Patrimonial	II - Identificação	Patrimonialização
	III - Reconhecimento	
	IV - Proteção	
	V - Normatização	Vigilância
	VI - Autorização	
	VII - Avaliação de Impacto	
	VIII - Monitoramento	
	IX - Conservação	
	X - Interpretação, Promoção, Difusão	Interação

FONTE: O autor (2019)

Nos deteremos aqui nos quatro primeiros itens, ligados à educação patrimonial e à patrimonialização. A educação patrimonial possui um caráter transversal, contribuindo para a construção participativa dos demais procedimentos de preservação. Segundo REPEP (201-), a transversalidade é um princípio da educação patrimonial, que deve ser entendida de forma dialógica e estar presente em todos os processos ligados ao patrimônio cultural. Desse modo, transversalidade e caráter dialógico não são elementos isolados na ação patrimonial, mas sim uma dimensão destas ações. Nesse sentido a educação patrimonial não é difusão de conhecimentos, mas é a produção coletiva de sentidos e experiências. Na definição da PPCM:

Art. 7º Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades. (IPHAN, 2018c, p. 34).

Segundo as intenções da PPMC a Educação Patrimonial deve colaborar com a construção democrática do conhecimento, com a criação de canais de interlocução entre as instituições e a sociedade, e a efetiva participação da

sociedade na preservação. Os instrumentos ligados à educação patrimonial são: O Inventário Participativo; As Redes do Patrimônio; e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial. Além desses instrumentos oficiais, outras metodologias podem ser utilizadas quando consideradas adequadas.

A Identificação é o primeiro processo enquadrado dentro da categoria Patrimonialização. A Identificação tem como objetivo localizar, caracterizar e conhecer os bens culturais. Entre as finalidades da Identificação estão o conhecimento de bens culturais de referência para os diversos grupos formadores da sociedade brasileira; a produção de conhecimento para compor a instrução de processos de preservação e formulação de políticas do patrimônio em diversos âmbitos; e subsidiar a articulação entre os variados níveis governamentais e a sociedade civil, além de mobilizar os grupos sociais no conhecimento, valorização e documentação de seu patrimônio cultural. Define-se que “Art. 15. As ações e atividades de Identificação devem contar com a participação social e serem construídos ou executados em diálogo com as demais instituições dos Estados, Distrito Federal e Municípios” (IPHAN, 2018c, p. 35-36). São instrumentos de Identificação: Os Inventários de Conhecimento; Estudos Temáticos ou Técnicos; Dossiês de Candidatura; Pesquisas Arqueológicas; Cadastro de Bens Arqueológicos.

O Reconhecimento tem como objetivo explicitar os valores e a significação cultural atribuídos aos bens materiais. Entre os instrumentos de reconhecimento, o Tombamento pode ser aplicado a quaisquer bens culturais de natureza material. Existem também os instrumentos destinados a categorias específicas: o Cadastro, para bens arqueológicos; a Valoração, para bens ferroviários ligados à extinta Rede Ferroviária Federal; a Chancela, para Paisagens Culturais; e a Declaração, para os Lugares de Memória. A escolha do instrumento a ser utilizado ocorrerá em decorrência dos valores identificados. As ações de Reconhecimento são decorrentes das ações de Identificação, e orientam-se pela compreensão da significação cultural para as comunidades locais, podendo possuir representatividade, significação ou importância nacional, regional, estadual ou municipal, devendo ficar especificada qual é a escala da representatividade do bem ou conjunto em questão. A participação é explicitada no Art. 24 “As ações e atividades de Reconhecimento devem considerar a participação social, bem como, especialmente, os bens

portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2018c, p.37).

A Proteção tem como objetivo a tutela do patrimônio cultural material. Suas finalidades são evitar a destruição, descaracterização ou deterioração dos bens; garantir à sociedade o direito de interagir, conhecer e interpretar os bens culturais, e impedir a evasão, no caso dos bens materiais móveis. Os instrumentos de Proteção são: o Tombamento, aplicável a quaisquer bens materiais desde que possuam representatividade, significação ou importância nacional; o Cadastro, para bens arqueológicos, a Valoração, para bens ferroviários ligados à extinta Rede Ferroviária Federal, e a Proibição de exportação, para obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico. Durante os processos de Reconhecimento e Proteção deve-se buscar construir um Pacto de Preservação.

O Pacto de Preservação consagra os entendimentos gerados sobre o propósito e efeitos do instrumento adotado e sobre os problemas e desafios a serem enfrentados, a partir da participação ou compromisso com as instituições e agentes políticos, econômicos, sociais e culturais interessados e impactados pela proteção. (IPHAN, 2018c, p. 38)

Do Pacto de Preservação devem decorrer diretrizes para atualização e elaboração de instrumentos de atuação, além dos papéis a ser desempenhados na gestão compartilhada pelos diversos órgãos e agentes. O Pacto deverá contribuir também para a elaboração das ações de Normatização e Conservação.

Nas disposições finais do documento, ficou estabelecido um prazo de três meses para o IPHAN publicar ou revisar diversas portarias complementares, de forma que ficassem em consonância com o texto da PPCM. Embora o prazo não tenha sido cumprido, já estão em elaboração as revisões de portarias importantes, como a nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, e a Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, que estabelece os procedimentos a serem observados nos processos de tombamento.

3.1 NOVAS LEITURAS SOBRE O TOMBAMENTO

Na definição do Decreto-lei 25/37 os bens pertencentes à União, aos estados ou municípios serão tombados através de ofício, por ordem do diretor do

Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN²). No caso de bens pertencentes à pessoa natural ou pessoa jurídica do direito privado, o tombamento pode ocorrer de forma voluntária ou compulsória. O tombamento voluntário ocorrerá quando solicitado pelo proprietário e o Conselho Consultivo³ julgar o pedido procedente, ou quando o proprietário anuir à notificação de inscrição do bem no livro tomo. Caso o proprietário discorde do tombamento, este pode ocorrer de maneira compulsória. Após a notificação o proprietário pode entrar com pedido de impugnação no prazo de 15 dias, explicitando suas razões. Dentro de outros 15 dias deverá ser feita vista pelo órgão de onde partiu a iniciativa do tombamento, e em seguida o processo será enviado ao Conselho Consultivo, que emitirá decisão no prazo de 60 dias, não cabendo recurso dessa decisão.

Com a lei 6.292, de 1975, o tombamento passou a depender da manifestação final do Ministro de Estado da Educação e Cultura para homologar a decisão do Conselho Consultivo, em qualquer hipótese. No período anterior a essa lei, o Conselho Consultivo manifestava-se apenas nos casos de tombamento compulsório e de tombamento voluntário a pedido do interessado. Nos casos de tombamento de bens públicos ou de bens privados por iniciativa do órgão e com anuência do proprietário, não era prevista a manifestação do Conselho Consultivo. De acordo com Rabello (2009), o Decreto-lei 25/37 não faz menção aos estudos técnicos utilizados para embasar a decisão do Conselho Consultivo, o que não os torna obrigatórios. Entretanto, mesmo que não sejam exigidos por lei, esses estudos se impõem, uma vez que são necessários para esclarecer as motivações do ato administrativo do tombamento, explicitando a relação entre a eleição de determinado bem e a relevância de sua preservação como interesse público. Os estudos servem

² As nomenclaturas presentes no Decreto-lei 25/37 e na lei 6.292/75 referem-se à estrutura organizacional da época. Atualmente as atribuições do diretor do SPHAN cabem ao presidente do IPHAN, e do Ministro de Estado de Educação e Cultura ao Ministro de Estado do Turismo.

³ O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é o órgão colegiado consultivo e deliberativo de decisão máxima do Iphan, instituído juntamente com a criação do órgão em 1937. Sua organização mais recente é disposta pelo Decreto n° 9963 de 8 de agosto de 2019. É presidido pelo Presidente do Iphan, e deve ser composto por um representante do: Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério do Desenvolvimento Regional; Instituto Brasileiro de Museus; Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Instituto de Arquitetos do Brasil; Sociedade de Arqueologia Brasileira; Associação Brasileira de Antropologia. Além desses nove representantes de instituições públicas e privadas, a sociedade civil será representada por treze profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. Os mandatos são de quatro anos, sendo permitida a recondução. A participação no Conselho é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

não apenas para subsidiar a decisão do Conselho Consultivo sobre o tombamento, como também para especificar o objeto, suas características e de que forma ele se expressa como bem cultural do país.

Com a questão da preservação do patrimônio tornando-se cada vez mais complexa, passou a ser necessária a elaboração de estudos mais detalhados. Essa realidade levantou a demanda do envolvimento de profissionais de diversas áreas. Se no passado quando a valoração estava relacionada quase exclusivamente aos aspectos artísticos a atuação dos arquitetos era suficiente, atualmente com uma visão mais abrangente de patrimônio consolidada, a atuação de demais profissionais passou a ser primordial. De acordo com Rabello (2009, p.53) “Se o fundamental não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva da arquitetura de um prédio, por exemplo, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social”. Segundo Fonseca (2009) os processos de tombamento eram bastante rápidos e sucintos nos primórdios da atuação do IPHAN e somente a partir da década de 1960 começaram a apresentar uma sistemática, passando a constituir-se em reais dossiês, incluindo tanto os documentos oficiais relacionados ao processo como outros tipos de informação (recortes de jornal, abaixo-assinados, plantas, desenhos, etc). Ainda segundo a autora, foi a partir da década de 1970 que os pedidos externos de tombamento começaram a ter um número relevante, sendo que no período anterior a grande maioria dos pedidos partia de dentro da própria instituição. Entretanto, se naquela época houve um aumento significativo na origem de pedidos externos, a relação entre a instituição estatal e a sociedade pouco mudou. As instâncias decisórias continuaram restringidas à atuação do corpo técnico da administração central e do Conselho Consultivo, que só teve aumento de representatividade com uma mudança de composição a partir de 1992.

Os procedimentos vigentes para a instauração do processo de tombamento são definidos pela Portaria nº11, de 11 de setembro de 1986. Essa Portaria define em seu primeiro artigo que a inscrição dos bens nos livros tombo definidos pelo Decreto 25/1937 será precedida de processo. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor a instauração de um processo de tombamento. No caso de bens imóveis, a portaria aponta que a instrução deve apresentar:

No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto, de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação (IPHAN, 1986, p. 1-2)

De acordo com o artigo 10 da Portaria, a Coordenadoria de Proteção⁴ deverá promover a complementação dos elementos necessários para o ajuizamento, e segundo o artigo 11, contará com o apoio de outros órgãos e serviços externos públicos ou privados, quando necessário. Caso essa coordenadoria se manifeste favorável ao tombamento, o processo será enviado à Coordenadoria Jurídica e depois ao Secretário do SPHAN, para a emissão da notificação ao proprietário, que poderá anuir ou pedir a impugnação. Na sequência o processo é distribuído a um dos membros do Conselho Consultivo. Como definido na Decreto-lei 25/37, esse Conselho terá 60 dias para emitir parecer em reunião. A homologação ou não da decisão do tombamento depende do Ministro de Estado da Cultura.

Como disposto no artigo 107 da PPCM instituída pela Portaria 375/2018, o IPHAN está elaborando o texto que irá substituir a Portaria 11/86. Obteve-se por contato eletrônico junto ao IPHAN a minuta prévia da revisão da Portaria que possui o seguinte título “Dispõe sobre os procedimentos de tombamento e rerratificação de tombamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. O texto busca aperfeiçoar os procedimentos para instauração, instrução, decisão e rerratificação dos processos de tombamento, e adequá-los àquilo que é preconizado na PPCM. Enquanto o texto de 1986 é mais sucinto, a nova proposta esclarece detalhadamente os procedimentos que devem ser seguidos.

O processo, que pode ser demandado por qualquer pessoa física ou jurídica, deve ser aberto na superintendência onde o bem estiver localizado, acompanhado de informações básicas. Estando correta a documentação, a superintendência encaminhará o processo ao DEPAM, que após verificar a regularidade do processo

⁴ As nomenclaturas presentes na Portaria 11/1986 referem-se à estrutura organizacional da época. Atualmente as atribuições da Coordenadoria de Proteção cabem ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). Da mesma forma as ações da Coordenadoria Jurídica cabem à Procuradoria Federal; o Secretário do SPHAN ao Presidente do IPHAN; e o Ministro de Estado da Cultura ao Ministro de Estado do Turismo.

o enviará para o Arquivo Central para inclusão do Termo de Abertura de Processo de Tombamento, com sua respectiva numeração. Após o recebimento do número, o processo será encaminhado novamente para a superintendência com cópia ao DEPAM. Recebido o processo de tombamento, a superintendência terá 180 dias para realizar uma análise preliminar, manifestando-se sobre a viabilidade técnica do pedido de tombamento. Caso a conclusão seja de viabilidade técnica do processo de tombamento, deverá ser elaborado cronograma para execução da instrução técnica. Na sequência o processo é remetido ao DEPAM, que irá se manifestar quanto à viabilidade técnica e ao cronograma, encaminhando à presidência em caso positivo. Verificada a viabilidade técnica também pela presidência, o processo é devolvido para a superintendência para a execução da instrução técnica.

A superintendência poderá produzir as informações técnicas para a instrução ou utilizar produção realizada por instituições públicas e privadas. As informações mínimas necessárias para subsidiar a análise do processo de tombamento são definidas no artigo 13 da portaria. O inciso I trata da identificação da natureza do bem; o inciso II dos dados sobre o bem, como localização e propriedade, contextualização e descrição; e o inciso III do parecer técnico:

III – Parecer Técnico contendo:

- a) Dados dos incisos I e II;
- b) Justificativa da recomendação ou não do tombamento, com a apreciação do mérito da sua proteção em âmbito federal, e no caso de recomendação de tombamento, a definição explícita dos valores atribuídos ao bem e dos elementos materiais em que esses valores se expressam;
- c) Análise sobre manifestação social que reflita a importância do bem proposto para tombamento para a comunidade a ele afeta;
- d) Análise do estado de conservação;
- e) Justificativa para a(s) área(s) propostas para tombamento e entorno, relacionadas aos valores identificados, quando for o caso;
- f) Indicação do(s) Livro(s) do Tombo pleiteados para inscrição, de acordo com a justificativa;
- g) Diretrizes de gestão com parâmetros mínimos para preservação dos valores identificados no bem, e os riscos ao bem eventualmente identificados nos estudos (IPHAN, 2019b, p.4)

Nota-se que a recomendação ou não do tombamento está relacionada não apenas aos bens em si, mas sim em seus valores atribuídos, dessa forma aproximando o processo aos conceitos de referência cultural e ao conceito de

patrimônio cultural presente na Constituição de 1988. A menção à análise da manifestação social e relevância que os bens representam perante a comunidade também indicam uma tentativa de atualização dos conceitos já na etapa de instrução do processo de tombamento. A participação é enfatizada novamente através do “Art. 17. A proposta de tombamento deve ser conduzida de forma colaborativa com a comunidade afeta ao bem e a sociedade em geral” (IPHAN, 2019b, p.5)

No Capítulo III, que trata da avaliação técnica da proposta de tombamento, é definido que após a conclusão dos estudos técnicos o processo será remetido novamente ao DEPAM, que analisará e emitirá manifestação sobre diversos tópicos, incluindo “V – A participação social nas ações e atividades de identificação do bem; VI – Representatividade e significação do bem no panorama nacional; (IPHAN, 2019b, p 5). Caso a manifestação do DEPAM seja positiva, o processo passará em seguida pela Câmara Setorial e pela Procuradoria Federal. No capítulo IV, se os pareceres dessas instâncias também forem positivos, será emitida a notificação aos proprietários, e os bens em questão passam ao regime de tombamento provisório. Os interessados terão o prazo de quinze dias caso queiram apresentar impugnação. O restante do processo segue os moldes atuais, passando pela votação no Conselho Consultivo, homologação pelo Ministro de Estado do Turismo e inscrição no livro tombo correspondente.

Diante do exposto percebe-se que ao longo das décadas de existência do tombamento, alterou-se não só a gama de bens elegíveis a ser protegidos por esse instrumento, como também a forma de conduzir os processos. Se no início simples ofícios eram suficientes para tomar um bem cultural, na atualidade são requisitados estudos completos envolvendo diversas categorias de profissionais, ainda mais quando o objeto em questão é complexo, como no caso de conjuntos urbanos. Se com o passar dos anos foi cada vez mais requisitada a ação desses diferentes profissionais, agora é requisitada também a ação da população relacionada ao bem cultural. Comparando o texto da Portaria 11/86 com o novo texto proposto, observa-se uma ênfase muito maior na participação, sendo que no documento de 1986 ela é praticamente inexistente. Por outro lado, embora a nova portaria cite a questão da participação, a coloca como um dentre vários fatores que serão analisados, não deixando claro se é uma sugestão ou algo obrigatório, e em que condições deve ocorrer.

3.2 REVISÃO DA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL

A Portaria 127/2009 que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi criada em um contexto de expansão e atualização do IPHAN. Apenas em 2009 a autarquia federal passou a ter superintendências em todos os estados do país, e para alcançar representatividade perante as diferentes realidades brasileiras, foi necessária uma mudança de olhar sobre o conceito de patrimônio e a criação de novos instrumentos. Buscou-se na instituição um aumento quantitativo de bens protegidos, a superação de desequilíbrios regionais e a compreensão do território de modo ampliado. Entre os anos de 2006 e 2011, sob o comando do arquiteto Dalmo Vieira Filho, as ações do DEPAM representaram um esforço nesse sentido, incluindo a formulação da Coordenação da Paisagem Cultural, para difundir e consolidar o instrumento recém-criado (WEISSHEIMER E MONGELLI, 2017).

Na definição da Portaria 127/2009, “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009c, p.2). A chancela é por sua vez o instrumento que reconhece o valor de determinada paisagem cultural através da abertura de um processo específico. O instrumento não atribui responsabilidades somente para o IPHAN, pois trata-se de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, incidindo a gestão compartilhada daquele território. O plano de gestão a ser firmado entre os diferentes atores envolvidos deve prever todas as ações que serão realizadas para preservar os valores que levaram a paisagem cultural a ser chancelada. Caso os compromissários não cumpram suas responsabilidades, ou o local perca suas características, o IPHAN pode cancelar a chancela. Cabe a qualquer cidadão brasileiro solicitar o reconhecimento de porção específica do território nacional como paisagem cultural através da abertura do processo administrativo, que será analisado e emitido um parecer (IPHAN, 2009c).

De acordo com Vieira Filho (2017) o instrumento da chancela se aplica especialmente para contextos onde o suporte do patrimônio está em constante mutação e depende da ação dos agentes envolvidos para sua continuidade. Portanto, a chancela se diferenciaria dos instrumentos tradicionais divididos em patrimônio material e imaterial por possuir um caráter menos impositivo. A função

principal seria dar destaque ao local e às práticas, valorização (inclusive econômica), fomento à continuidade das atividades através do incentivo aos protagonistas, ao mesmo tempo em que são previstas ações de proteção aos bens agregados e ao sítio. Para o autor a melhor forma de aprimorar o instrumento seria de modo empírico, ou seja, experiências pioneiras poderiam consolidar a chancela da paisagem cultural como um instrumento relevante no campo do patrimônio cultural brasileiro.

Embora tenham sido realizados variados estudos e abertos diversos processos acerca das paisagens culturais brasileiras, mais de dez anos depois da portaria não houve nenhum cancelamento, e atualmente todos os processos encontram-se sobrestados. Para Weissheimer (2012) as maiores dificuldades na aplicação da chancela encontram-se em definir as ações e atribuições de cada signatário, e a assinatura, efetivação e cumprimento do pacto de gestão compartilhada.

De acordo com Pereira (2018), quando a arquiteta Jurema Machado assumiu a presidência do IPHAN em 2012, as prioridades de ação voltaram-se para o campo interno da instituição. Se o período anterior foi marcado por uma ampliação da atuação no território nacional em variadas frentes, a partir de 2012 o IPHAN preocupou-se em olhar para dentro e focar na organização interna e eficiência da gestão pública. Em acordo com o Ministério Público Federal houve também a iniciativa em diminuir a número de processos abertos sem conclusão. Dessa forma decidiu-se pelo não prosseguimento dos processos de chancela da Paisagem Cultural Brasileira, evitando criar um novo passivo, uma vez que já existiam numerosos processos de tombamento abertos sem finalização. A decisão foi discutida e aprovada na 9ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo do Conselho Consultivo do Patrimônio em 2014, levando ao sobrestamento de 17 processos de chancela⁵. Essa interrupção foi justificada a partir de quatro principais

⁵ Os processos sobrestados foram: Paisagem Cultural dos céus de Brasília; Chancela do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural Brasileira; Paisagem Ribeirinha e Ferroviária da cidade de Ribeirão Vermelho; Paisagem Cultural da APA do Encantado; Paisagem Cultural da Carpintaria Naval da Vila de Elesbão; Paisagem Cultural das jangadas de dois mastros de Pitimbu; Paisagem Cultural de Campo Maior; Paisagem Cultural da Vila Velha de Vinhais; Paisagem Cultural do Vale do Rio Preto; Chancela da Paisagem Cultural da foz do Rio São Francisco; Chancela da Paisagem Cultural do cemitério indígena Xocó; Chancela da paisagem cultural da "Rota das Monções"; Chancela da Paisagem Cultural da localidade do Povoação da Barra; Paisagem Cultural do Cais

fatores. O primeiro seria a necessidade de redefinição e atualização das atribuições e abrangência de atuação do corpo técnico do IPHAN em relação ao tema; em segundo o fato de que a chancela é um instrumento estabelecido por portaria interna do IPHAN e portanto não gera obrigações a terceiros; em terceiro a necessidade de abordar questões que vão além das competências do IPHAN para a preservação; e por último a dificuldade em colocar na prática as iniciativas propostas nos pactos e planos de gestão.

Em 23 de março de 2017 foi publicada a Portaria 104 do IPHAN, com o objetivo de instituir um grupo de trabalho para atualização da política da Paisagem Cultural Brasileira, retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação. Esse grupo foi formulado com o objetivo de revisar a Portaria nº127 de 2009, aprimorar os métodos para atuar em relação à paisagem cultural brasileira, aclarar a aplicabilidade do instrumento, propor diretrizes para os desafios de constituição de parcerias para gestão compartilhada, e elaboração de orientações técnicas sobre a implementação da chancela, considerando as etapas de identificação, reconhecimento, gestão, monitoramento, salvaguarda e fomento (IPHAN, 2017b). Dessa forma o grupo de trabalho foi formado por 14 integrantes, e ao longo de 2017 e 2018 foram realizadas 12 videoconferências, uma reunião extraordinária, e um encontro de dois dias em Brasília (IPHAN, 2019a).

Os resultados do grupo de trabalho foram encaminhados em dezembro de 2018, formalizados através do processo 01450.005674/2018-01 disponível no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do IPHAN. O processo é composto pelo Relatório Técnico Final do grupo, pela minuta da nova portaria elaborada para substituição da Portaria 127/2009, e quadro comparativo entre as duas portarias. No dia 08 de julho de 2019 foi aberta a Consulta Pública sobre a Chancela para a Paisagem cultural, onde os interessados puderam consultar os resultados do grupo de trabalho e enviar contribuições via e-mail. A consulta ficou aberta até o dia 30 de setembro de 2019.

A nova minuta proposta pelo grupo de trabalho traz alterações em todas as seções da portaria, sendo aqui apontadas as principais delas. Nos considerandos foi incluído um texto tratando que os grupos sociais atribuem valor ao patrimônio

cultural a partir de suas referências culturais, e reforçou-se a necessidade da participação social e mobilização para as ações “CONSIDERANDO a necessidade de participação social e mobilização para a formulação, implementação e execução de ações referentes ao reconhecimento e à preservação das paisagens culturais; (IPHAN, 2018b, p. 2)

Quanto à definição de paisagem cultural, propõe-se duas opções: a manutenção da redação anterior “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009c, p.2), ou sua substituição para a seguinte :

Paisagem cultural brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, que estão associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2018b, p.2).

Para o grupo de trabalho, enquanto a redação antiga enfatiza como objeto a porção do território, por ser representativa da relação do homem com a natureza, a segunda definição põe ênfase nas relações dos grupos sociais com a natureza, e coloca o território como associado às práticas culturais. Embora em um olhar inicial essa redação aparente maior proximidade com o que é preconizado pela Constituição em relação ao patrimônio cultural, por outro lado pode ser considerada problemática por minimizar a materialidade e base espacial da paisagem. Nesse ponto de vista, a nova definição ao tirar a ênfase do recorte territorial da paisagem cultural diz do que ela é fruto, mas não o que ela é especificamente. Dessa forma a nova definição proposta contradiz tanto a longa discussão acadêmica, principalmente da geografia, sobre o conceito de paisagem, como documentos internacionais de referência. De acordo com Scifoni (2016), internacionalmente a Paisagem Cultural foi criada como uma categoria específica de patrimônio cultural em 1992 no interior da UNESCO. Nos anos seguintes a sua proteção também foi regulamentada no âmbito europeu. A Convenção Europeia da Paisagem, definiu que “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (COE,2000, p.2). Portanto, os conceitos consolidados sempre relacionam a

Paisagem Cultural como parte de um território contemplando as relações entre os grupos sociais e a natureza.

O segundo artigo trata da Finalidade da Chancela da Paisagem Cultural. A redação anterior menciona que a Chancela tem a finalidade de atender o interesse público, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes. Na nova redação, os termos “promoção e proteção” foram retirados, ficando apenas “integrando os instrumentos existentes”. Além disso foram incluídos novas incisos, enfatizando que a finalidade da Chancela é valorizar e reconhecer as paisagens culturais em sua diversidade de expressões (IPHAN, 2018d). Portanto o novo texto propõe a Chancela como instrumento de reconhecimento, e não de proteção, em consonância também com o que foi definido na PPCM.

Sobre a instauração do processo, manteve-se que qualquer pessoa física ou jurídica pode ser o requerente, porém foram adicionados artigos relacionados à participação das populações relacionadas. Define-se que é necessária a manifestação de interesse no reconhecimento como bem cultural por parte dos grupos sociais motivadores ou produtores da paisagem cultural. Caso haja comunidades tradicionais na paisagem cultural, é necessária a anuência de pelo menos um coletivo ou entidade representativa (IPHAN, 2018b, 2018d).

A instauração do processo foi separada em duas etapas, sendo a primeira de análise documental e a segunda de análise de pertinência. A análise de pertinência será realizada pela instância a ser criada chamada Comissão Interdepartamental da Paisagem Cultural, e não mais pelo Departamento do Patrimônio Material (DEPAM). Caso o processo seja considerado pertinente, será encaminhado para a instrução e elaboração do pacto. A nova minuta traz uma definição mais específica do que é o pacto, que deve envolver entidades, órgãos e agentes públicos e privados na gestão e preservação da paisagem cultural brasileira. O pacto é condição anterior ao reconhecimento da chancela, e caso haja a homologação, deve ser complementado pelo Plano de Gestão. Após a instrução e formalização do pacto o processo será encaminhado para novo parecer da Comissão Interdepartamental da Paisagem Cultural. Pela portaria atual, a etapa seguinte seria a análise do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Nessa questão não houve consenso no grupo de trabalho, existindo dúvidas se pela nova portaria o processo deve passar ou não pela análise do Conselho Consultivo,

ficando o tema em aberto para ainda ser definido. Caso aprovado, o processo deve ser encaminhado para a presidência do IPHAN para publicação e ampla divulgação. Após a publicação da chancela, fixou-se o prazo de um ano para a conclusão do Plano de Gestão, que é o instrumento de planejamento de ações relacionadas à paisagem cultural chancelada. Deve-se criar um Comitê de acompanhamento em instância local com os signatários. Este comitê será responsável pela elaboração de relatórios bianuais de acompanhamento da implantação do Plano de Gestão. Retirou-se da nova minuta a necessidade de revalidar a chancela no prazo máximo de dez anos. Pelo novo texto o IPHAN pode cancelar a chancela a qualquer momento, caso sejam identificadas a perda irremediável das características e valores da paisagem cultural (IPHAN, 2018b, 2018d).

Além da minuta para a nova portaria, o grupo de trabalho também elaborou um relatório final que traz uma série de recomendações para a retomada da política da paisagem cultural. Entre os principais pontos estão a necessidade de que quando a chancela for relançada, o tema deve ser priorizado na instituição, prevendo questões orçamentárias e operacionais, além de um alinhamento de discurso e expectativas institucionais. Sugere-se a formação de uma Comissão Interdepartamental da Paisagem Cultural ligada à presidência do IPHAN, como uma maneira de garantir uma estrutura mínima de suporte ao assunto. Aponta-se a necessidade de retirar os processos do sobrestamento, podendo ser analisados, respondidos e encaminhados; e de se criar um mapa da Paisagem Cultural Brasileira. Aconselha-se a definição de um caso para aplicar o instrumento de forma experimental, como um projeto piloto. Recomenda-se a continuidade do grupo de trabalho, além do aproveitamento dos materiais já produzidos na formatação de manuais, guias, entre outros. Enfoque em materiais que orientem como conduzir o processo de chancela, a gestão compartilhada e o uso de metodologias participativas. Preconiza-se que após ser iniciada a formulação do pacto de gestão o IPHAN não deve interromper sua atuação naquele território, e que nenhum processo deveria ser sobrestado. O documento enfatiza ainda a necessidade de continuidade nas políticas e planejamento contínuo, e a importância do manutenção e busca de novos recursos para as ações. Fica sugerida também a realização de seminários e congressos sobre o tema, além da elaboração de um Plano de Comunicação para difusão nas superintendências (IPHAN, 2018e).

Em virtude dos fatos mencionados, nota-se que a Chancela da Paisagem Cultural, no breve período de dez anos de existência, passou por entraves que impossibilitaram a sua aplicação. Esses entraves caracterizaram-se tanto como questões organizacionais e decisões internas da instituição federal, quanto como dificuldade de aplicação na prática em virtude do caráter inovador compartilhado da chancela. Essas questões levaram à necessidade da criação de um grupo de trabalho para revisão do instrumento. Diante do exposto pode-se questionar quais as potencialidades e desafios para a paisagem cultural enquanto política pública de patrimônio nos próximos anos. Em uma leitura otimista, a própria formação do grupo de trabalho para discutir maneiras de melhorar os conceitos e o instrumento pode ser apontada como uma iniciativa positiva. A ideia de utilizar um projeto piloto no relançamento da política também parece promissora. E por fim, o fato de o texto preliminar da nova minuta apresentar ênfase na participação popular e na ação dos grupos detentores do patrimônio, destacando a busca pela promoção do desenvolvimento social e a permanência dos grupos em suas localidades através da valorização de sua cultura e patrimônio.

Em uma interpretação menos favorável, e talvez mais realista, a guinada ocorrida a partir de 2012 foi profunda o bastante para esvaziar o sentido buscado inicialmente para a Chancela da Paisagem Cultural enquanto instrumento. Nessa leitura a caracterização do instrumento na categoria de Reconhecimento, e não de Proteção, na PPCM de 2018, comprometeria sua eficácia na aplicação. Outro fator chave seria a possível atualização do conceito de Paisagem Cultural proposta na nova minuta, que renega a materialidade da paisagem. Essa aproximação somente ao caráter intangível da paisagem seria uma forma de driblar os principais conflitos, visto que o território é o maior campo de disputas, porém entraria em contradição com o conceito de paisagem consolidado internacionalmente. Nesse entendimento, esses dois fatos somados ao sobrestamento dos casos ocorrido em 2014, consolidariam a anulação da paisagem cultural enquanto política, tornando sua retomada ainda mais desafiadora.

3.3 INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

O Inventário Participativo (IPHAN, 2016a) se constitui como uma ação de educação patrimonial, onde as comunidades podem identificar e valorizar suas referências culturais. O Manual de Aplicação desses inventários foi publicado pelo IPHAN em 2016, com livre acesso, e direcionado ao público em geral, podendo ser utilizado sem necessidade de autorização, licença ou cessão de direitos. O manual foi desenvolvido com base em metodologias já existentes e utilizadas anteriormente pelo IPHAN, como o INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, e o Inventário Pedagógico, que foi disponibilizado em 2012 para ser utilizado em escolas como parte do programa Mais Educação, numa parceria entre o IPHAN e o MEC. Após a experiência nas escolas, a metodologia foi adaptada para ser utilizada de maneira mais ampla pela sociedade civil, como foco na mobilização e sensibilização da comunidade em relação ao seu patrimônio cultural, através de uma atividade que abrange participação e produção de conhecimento. Por esse ângulo a comunidade assume o protagonismo em inventariar, classificar, e descrever o que compreende como patrimônio. Na definição do manual:

“Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local” (IPHAN, 2016a, p.7)

Os Inventários Participativos não têm a finalidade direta de servir como ferramenta de identificação ou proteção oficial do patrimônio, apresentando-se como um exercício de cidadania e participação social, com seus resultados auxiliando o Estado a aprimorar seu papel na gestão do patrimônio cultural, e servindo de fonte para estudos, experiências e aprendizados num processo contínuo.

O inventário deve ser organizado em fichas, sendo a primeira a Ficha do Projeto, que conta com informações como o título, nome dos integrantes do projeto, monitores ou responsáveis, nomes de entrevistados, instituições participantes, período de realização e documentação produzida. A Ficha do Território deve conter imagens ou mapas do território, e dados como denominação, referências de localização, descrição, história e dados socioeconômicos. Na sequência devem vir as Fichas das Categorias, que compõem o corpo do inventário. Com base no conceito de referência cultural, sugere-se que as referências identificadas sejam

enquadradas nas seguintes categorias: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes (IPHAN, 2016a).

A categoria Lugares se refere a territórios ou porções de território que tenham significado associado a maneira que um grupo o utiliza ou o valoriza. Podem ser elementos como uma construção, uma praça, um rio, um bosque, um sítio arqueológico, ou um conjunto de elementos que formam uma paisagem inteira.

Os Objetos são aqueles que se relacionam à memória e experiência das pessoas, podendo estar relacionados a fatos significativos de sua história, e por isso configuram-se como uma referência cultural. Podem ser objetos de uso cotidiano, objetos incorporados à arquitetura, objetos de culto, de trabalho, ou objetos criados com intenção artística. Todos esses objetos contam uma história, têm ou tiveram uma função e um significado. Os valores atribuídos a eles são variáveis ao longo do tempo, e investigar essas variações ajuda a compreender a história e o modo de vida dos diversos grupos que os produzem ou utilizam. Além disso, sua produção pode envolver conhecimentos tradicionais, matérias primas e técnicas compartilhadas por determinado grupo.

As Celebrações podem ter motivação religiosa, de lazer, de comemoração de datas especiais para o local. Geralmente passam de geração em geração, e se transformam ao decorrer do tempo, com algumas permanências, alguns aspectos subtraídos e novas práticas incluídas, refletindo as próprias mudanças ocorridas dentro da comunidade. As celebrações frequentemente envolvem várias pessoas em sua preparação, e a participação pode decorrer de motivações variadas. Uma mesma celebração pode atrair um visitante por motivos religiosos, outro por motivo de lazer, outro por motivo de curiosidade, apresentando significados particulares além do significado geral.

As Formas de Expressão manifestam os valores e significados de um grupo, transmitindo a sua visão de vida. Uma comunidade pode se expressar das mais variadas formas, como através da linguagem visual (pintura, escultura, fotografia, cinema, artesanato), da atividade corporal (dança, teatro, espetáculo, procissão), da língua, de expressões literárias, tanto escritas como orais. Uma mesma manifestação cultural pode agrupar várias formas de expressão.

Os Saberes relacionam-se a conhecimentos próprios de um grupo para realização de um produto ou serviço, podendo ter sentido prático ou ritual, ou os dois ao mesmo tempo. Uma receita de comida, a forma de produzir e tocar um

instrumento musical, o ofício tradicional de um pescador, um modo específico de construir uma casa, podem se configurar como saberes. Os saberes geralmente refletem o modo de viver e o território onde o grupo está inserido. Além disso, práticas que são difundidas em vários lugares podem apresentar peculiaridades de acordo com cada sítio onde se manifestam.

As informações a serem preenchidas nas fichas iniciam-se com a Identificação da referência cultural, com dados como nome, o que é, onde está, períodos importantes, história e significados. As demais informações variam de acordo com a categoria em que a referência cultural está inserida, de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 3 - INFORMAÇÕES PARA AS FICHAS DE CATEGORIAS

Lugares	Pessoas envolvidas, Elementos naturais, Elementos construídos, Vestígios, Materiais, Técnicas ou Modos de Fazer, Medidas, Atividades que acontecem no lugar, Manutenção, Conservação.
Objetos	Pessoas envolvidas, Materiais, Técnicas ou modos de fazer, Medidas, Atividades relacionadas ao objeto, Manutenção, Conservação.
Celebrações	Programação, Pessoas Envolvidas, Comidas e bebidas, Roupas e acessórios, Expressões Corporais (danças e encenações), Expressões orais (Músicas, orações e outras formas de expressões orais), Objetos importantes (Instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros), Estrutura e recursos necessários, Outras referências culturais relacionadas.
Formas de Expressão	Etapas, Pessoas envolvidas, Materiais, Produtos e suas principais características, Roupas e acessórios, Expressões corporais (danças e encenações), Expressões orais (Músicas, orações e outras formas de oralidade), Objetos importantes (instrumentos musicais, rituais, decoração do espaço), Estrutura e recursos necessários, Outras referências culturais relacionadas.
Saberes	Etapas, Pessoas envolvidas, Materiais, Modos de fazer ou técnicas, Produtos e suas principais características, Roupas e acessórios, Expressões corporais (danças e encenações), Expressões orais (Músicas, orações e outras formas de oralidade), Objetos importantes (ferramentas, instrumentos utilizados), Estrutura e recursos necessários, Transmissão do saber.

FONTE: O autor (2020), com base em IPHAN (2016a)

Ao final de cada ficha deve ser feita uma avaliação, apontando os principais pontos positivos para que a manifestação continue como uma referência cultural, e pontos que podem determinar seu desaparecimento. Também devem ser feitas recomendações para melhorar as condições de existência, realização e transmissão da referência cultural. Ainda compõem o inventário as Fichas das Fontes Pesquisadas, Ficha do Relatório de Imagens e Ficha do Roteiro de Entrevista.

De acordo com Florêncio (2019), como exemplos de utilização da metodologia dos Inventários Participativos podem ser citados o inventário de referências culturais da região do Minhocão, em São Paulo; o inventário participativo dos engenhos de farinha do litoral catarinense; o inventário participativo das referências culturais do território onde estão inseridas fortificações em Pernambuco; o inventário participativo dos bens culturais em Camaragibe, também em Pernambuco, entre outros.

Segundo Scifoni (2019) os Inventários Participativos ajudam a colocar em evidência o que chama de patrimônio '*latu sensu*'. Enquanto o patrimônio '*strictu sensu*' é aquele declarado ou instituído pelo Estado em um discurso autorizado, o patrimônio '*latu sensu*' é aquele ligado à vida cotidiana, enraizado no vivido e relações de habitualidade. Muitas vezes está ligado a grupos sociais vulneráveis que têm suas referências culturais ameaçadas de desaparecimento por processos de gentrificação desencadeados por políticas públicas de revalorização imobiliária em trechos da cidade. Assim, os Inventários Participativos surgem como uma oportunidade de interpretar as referências culturais desses grupos não hegemônicos, e apontar o seu direito de permanência em seu contexto de inserção e seu direito à memória.

Para Rocha e Cunha (2019) os Inventários Participativos também podem representar um meio efetivo de valorização das referências culturais em cidades de pequeno porte. De acordo com essas autoras, a grande maioria dos municípios brasileiros são pequenos, com menos de vinte mil habitantes. Nesses locais, as referências culturais apresentam um caráter mais modesto e ligado ao cotidiano, não justificando a institucionalização por parte de órgãos ligados à instância federal ou estadual. Órgãos de escala municipal são geralmente inexistentes, ou possuem uma capacidade de atuação muito restrita. Porém, mesmo sem esse patrimônio cultural institucionalizado, as referências culturais estão presentes pois são fruto das relações da sociedade. Na visão das autoras a aplicação dos Inventários Participativos, por seu caráter focado na comunidade e por não demandar uma institucionalização do patrimônio, é um caminho promissor para a valorização das referências culturais nesses municípios.

3.4 SÍNTESE PARCIAL

Nesse ponto já é possível responder parcialmente alguns dos questionamentos levantados no início deste trabalho. Até onde o IPHAN avançou na revisão de seus instrumentos e políticas para incorporar a participação da população? Como a instituição se projeta para os próximos anos? Retomando Lefebvre, as decisões predominam de cima para baixo ou de baixo para cima?

No caso do instrumento mais antigo da instituição, o Tombamento, percebem-se as maiores resistências em incorporar a participação. Nas mais de oito décadas de existência, os processos de tombamento passaram de singelos ofícios para complexos dossiês. Como a Portaria 11/86 não faz menção explícita à necessidade de participação, essa inserção fica à critério dos responsáveis pela elaboração do processo. Na proposta em elaboração da nova portaria a ser seguida, a participação é apontada como um dos itens que devem estar presentes no desenvolvimento dos estudos para o tombamento, porém não fica claro de que forma isto deve ocorrer, e se há realmente uma obrigatoriedade. Com o tema tratado de forma ambígua no texto, corre-se o risco de uma não-participação, nos termos utilizados por Arnstein. Caso exista uma intenção efetiva dos técnicos envolvidos no processo em tomar iniciativas que envolvam a participação, pode-se alcançar níveis enquadrados na categoria de Concessão Mínima de Poder, que vão desde a Informação à Pacificação. Nessa categoria a população consegue ouvir e ser ouvida, mas não tem segurança de que suas opiniões serão aceitas. Dessa forma a comunidade pode ser chamada a contribuir na construção dos valores, da especificação e delimitação do que vai ser tombado, e até mesmo da formulação de um pacto de gestão, porém não tem garantias de quanto suas sugestões serão de fato incorporadas.

Quanto a Chancela da Paisagem Cultural, pode-se dizer que tem na participação a sua maior virtude e seu maior obstáculo. A própria criação do instrumento da chancela é um indicativo de um olhar institucional mais abrangente, pois essa abordagem do patrimônio cultural busca compreender de forma integrada um maior número de elementos e agentes. Entretanto o fato de após mais de dez anos de existência do instrumento nenhuma paisagem cultural haver sido chancelada e todos os processos terem sido sobrestados tem grande relação com a dificuldade de estabelecer um pacto de gestão entre os diversos atores envolvidos.

Utilizando os degraus da participação propostos por Arnstein, pode-se supor que a Chancela da Paisagem Cultural se encontra no nível de Parceria. Além de ser uma forma de reconhecimento do valor cultural de determinado contexto, a chancela é um pacto de compartilhamento de responsabilidades, ou seja, sua essência depende da participação da comunidade envolvida e da definição de atribuições de cada uma das partes. Na revisão da Portaria da Chancela um dos pontos onde avança-se em relação à participação é ao estipular a necessidade de manifestação de interesse no reconhecimento por parte dos grupos sociais produtores da paisagem cultural, e anuência das comunidades tradicionais, caso presentes. Ademais a paisagem só será chancelada se for aprovado o pacto de gestão, envolvendo entidades, órgãos e agentes públicos e privados.

Os Inventários Participativos apesar de serem uma metodologia construída institucionalmente, surgem como uma proposta de evidenciar também referências culturais 'não oficiais', não consagradas. Determinada comunidade, de forma autônoma pode dizer: É isto que consideramos nosso patrimônio, nossas referências culturais. Se levarmos em conta que participação é o mesmo que ter o poder de dizer qual é seu patrimônio, os Inventários Participativos se enquadram na categoria de Delegação de Poder, com o foco de atuação passando dos órgãos oficiais para a comunidade.

Dado o exposto, nota-se que o grau possível de participação nos diversos instrumentos e políticas de patrimônio em questão é bastante variado, o que ocorre de certa forma em virtude de suas diversas naturezas. Como cada instrumento possui características próprias, dificilmente todos eles alcançarão níveis equitativos de participação, e talvez essa nem seja a intenção.

Outro ponto que há que se levar em conta é que se durante muito tempo o Tombamento foi o instrumento hegemônico dentro da política de patrimônio material, atualmente existe uma gama maior de ferramentas que podem ser utilizadas na salvaguarda do patrimônio. A existência dessas novas ferramentas, com seus variados graus de participação, pode ser entendida como um ganho institucional que favorece a inserção dos grupos sociais na gestão do patrimônio. Porém, há que lembrar que, como demonstrado por Burnett (2011), apenas a existência de um instrumento não vai determinar a mudança da realidade. Representam, com efeito, ferramentas para incidir até onde possível em cada contexto, em relações sociais e de poder.

4 TOMBAMENTO DE CONJUNTOS URBANOS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS: ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO CONSULTIVO

Na medida em que no capítulo anterior analisou-se como a instituição federal procura renovar suas políticas e revisar seus instrumentos para ações futuras, nos próximos capítulos busca-se apreender como os processos ocorreram na prática em anos recentes. Neste capítulo foram analisadas atas⁶ de reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN onde foram votados tombamentos de conjuntos urbanos. Como recorte temporal, foi analisado o período de dez anos entre 2009 e 2018. Nem todas as reuniões realizadas no período foram objeto de análise, visto que algumas delas trataram somente do registro de bens imateriais ou tombamento de bens individuais, sem que conjuntos viessem a pauta (Ver Quadro 4).

QUADRO 4 - CONJUNTOS TOMBADOS ENTRE 2009/2018 E RESPECTIVAS REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO

Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, BA	61ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 15/10/2009
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, PR	62ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 03/12/2009
Centro Histórico de Iguape, SP	
Vila Serra do Navio, AM	63ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 15/04/2010
Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Félix, BA	65ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 04/11/2010
Núcleo Urbano de Santa Tereza, RS	
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres - MT	66ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 09/12/2010
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal, RN	
Centro Histórico de Paracatu, MG	

⁶ Por uma questão metodológica, visto que o objetivo é uma leitura geral dos casos durante o período estudado, optou-se por utilizar como fonte de análise somente as atas. Essas atas apresentam a transcrição das discussões ocorridas na reunião, porém reconhece-se que podem ocultar alguns aspectos. Pesquisas futuras que analisem detalhadamente e com maior variedade de fontes cada caso seriam interessantes.

Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luis do Paraitinga, SP	
Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina, PA	67ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 03/05/2011
Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, RS	
Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina, PR	69ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 25/01/2012
Centro Histórico de Manaus, AM	
Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, PI	
Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca, PI	
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Arquipélago de Fernando de Noronha-PE	86ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 22/06/2017
Conjunto Histórico de Pelotas, RS	88ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 15/05/2018

FONTE: O autor (2020)

De maneira geral as reuniões apresentam um mesmo processo sequencial, iniciando-se com explicações da Presidência do IPHAN e da Diretoria do DEPAM. Na continuidade os casos a ser votados são apresentados pelo respectivo Conselheiro Relator, e depois é aberta a discussão entre os demais Conselheiros. Após as ponderações dos Conselheiros é realizada a votação. Algumas reuniões contam ainda com breves intervenções de representantes do local a ser tombado.

Durante o espaço de tempo analisado foram efetivados dezoito tombamentos de conjuntos urbanos, votados ao longo de nove reuniões. Houve três Presidências do IPHAN, a primeira de Luiz Fernando de Almeida até 2012, quando foi aprovada a maioria dos tombamentos; a segunda de Jurema Machado, entre 2012 e 2016, quando não houve tombamento de conjuntos; e a terceira de Kátia Bogéa, quando foram aprovados os dois tombamentos mais recentes. A Diretoria do DEPAM foi ocupada por Dalmo Vieira Filho até 2011, e por Andrey Schlee no período posterior.

Os tombamentos do período caracterizam-se pelo objetivo de aumentar a participação do IPHAN no território nacional, numa medida recorrentemente referida nas reuniões como a necessidade de aumentar o estoque patrimonial nacional. Ao

passo que durante décadas o Instituto concentrou sua atuação em alguns estados, o período recente foi marcado pela iniciativa de estar presente de forma mais efetiva em todas as regiões do país, buscando novas formas de interpretação e abrangência de realidades que antes estiveram à margem das políticas de patrimônio. Também é relevante o fato de que vários desses tombamentos foram tratados em rede, a partir de estudos que não abrangiam apenas o núcleo em si, mas sim territórios culturais, com recortes temáticos ou geográficos (IPHAN, 2009b).

Nessa lógica foram aprovados os tombamentos de Iguape, Paranaguá e Antonina, três municípios incluídos na chamada Repartição Sul, território ligado ao primeiro ciclo da exploração do ouro no Brasil. No estado de São Paulo que até então não possuía nenhum conjunto urbano tombado, além de Iguape foi efetivado também o tombamento de São Luiz do Paraitinga. Jaguarão e Cáceres foram reconhecidos como testemunhos da ocupação de áreas fronteiriças do país no sul e oeste, respectivamente. Oeiras e Piracuruca foram cidades inseridas na proposta de rede patrimonial do Piauí após o tombamento de Parnaíba, sendo locais que são expressão da interiorização da colonização e da economia da criação de gado. Paracatu, fora do circuito das cidades mineiras mais conhecidas, reconhecida como registro de ocupação mais interiorana e do último período da exploração aurífera. No Rio Grande do Sul, o Conjunto Histórico de Pelotas foi tombado como resultante do ciclo econômico do charque, e Santa Tereza por representar os processos de imigração. Outros tombamentos foram interpretados como formas de corrigir distorções realizadas no passado. Dessa forma, o tombamento da Cidade Baixa veio complementar a proteção já existente em Salvador com a Cidade Alta. E foi aprovado também na Bahia o tombamento de São Félix, cidade desmembrada de Cachoeira, e relegada quando foi proposto o tombamento da cidade de origem, apesar de comporem um mesmo conjunto nas beiras do Rio Paraguaçu. No Nordeste ainda houve os tombamentos de Natal e Fernando de Noronha. O IPHAN também ampliou sua atuação da Região Norte, através dos conjuntos presentes em cidades ligadas ao Ciclo da Borracha como Belém e Manaus, e da Vila Serra do Navio, conjunto industrial e modernista localizado no Amapá (IPHAN 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2012, 2017a, 2018a).

Em um nível mais geral a própria existência do Conselho Consultivo é uma maneira de participação, pois envolve representantes da sociedade civil. Como o IPHAN é um órgão do governo federal, os Conselheiros representam entidades de

abrangência nacional. Trata-se de um Conselho com composição altamente técnica, com especialistas que analisam e discutem os interesses da nação em relação ao patrimônio cultural. A composição do Conselho Consultivo é regulamentada por decreto, e o período de estudo abrange duas composições, com o Decreto nº 6.844 de 07 de maio de 2009 e do Decreto nº 9.238 de 15 de dezembro de 2017. Entre esses dois Decretos houve pouca mudança, apenas com a substituição da representação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), por uma representação do Ministério do Meio Ambiente. Porém, ao comparar o Decreto de 2009 com o Decreto que era vigente no período anterior desde 2004, são observadas mudanças mais significativas (Ver Quadro 5).

QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Decreto nº 5.040, de 07 de Abril de 2004	Decreto nº 6.844, de 07 de Maio de 2009	Decreto nº 9.238, de 15 de Dezembro de 2017
Presidente do IPHAN Representantes do: - Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Museu Nacional - Dezoito representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN.	Presidente do IPHAN Representantes do: -Ministério da Educação -Ministério das Cidades -Ministério do Turismo -Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) - Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) -Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) -Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) -Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Treze profissionais de notório saber e experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural	Presidente do IPHAN Representantes do: -Ministério da Educação -Ministério do Meio Ambiente -Ministério das Cidades -Ministério do Turismo -Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) - Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) -Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) -Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) -Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - Treze profissionais de notório saber e experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural

FONTE: O autor (2020)

Na 61ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo em outubro de 2009 iniciaram-se as atividades do novo Conselho. Entre as principais novidades estavam a inclusão de representantes dos demais ministérios, como Educação, Cidades e Turismo. A representação do Museu Nacional foi substituída pelo Instituto Brasileiro

de Museus (IBRAM), órgão recém-criado. Além disso, o Conselho passou a ter uma composição fixa mais multidisciplinar, com as vagas da Sociedade Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Nas palavras do Presidente do IPHAN, com essas mudanças o Conselho ampliou sua representatividade em segmentos que dialogam com a gestão do patrimônio cultural. O período foi de busca de maior integração com agentes do Poder Público, através da inclusão dos demais Ministérios. Ainda na 61ª Reunião foi citada pelo Presidente a gestação do PAC Cidade Históricas, idealizado como a continuidade de um programa anterior chamado MONUMENTA⁷, numa iniciativa de trabalho conjunto entre o IPHAN, Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Turismo e Ministério das Cidades (IPHAN, 2009a). Em 2010, na 66ª Reunião, o processo de tombamento de Paracatu foi relatado pelo Conselheiro representante do Ministério das Cidades. Na ocasião o Relator teceu comentários sobre o entendimento do Ministério das Cidades em tratar o patrimônio cultural como função social da propriedade, em consonância com o entendimento do IPHAN. Após a apresentação do dossiê, os demais Conselheiros também ressaltaram a importância da integração entre os Ministérios, considerando a cultura uma área de convergência em cujas discussões a cidade e suas questões não deveriam estar ausentes (IPHAN, 2010c).

Embora tenha ocorrido a experiência onde o Relator era oriundo do Ministério das Cidades, esse foi um acontecimento pontual. A relação do Conselheiro Relator nos dezoito casos estudados foi a seguinte: 01 (um) Parecer realizado pelo Conselheiro representante do Ministério das Cidades; 02 (dois) Pareceres realizados por 02 Conselheiros representantes do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios); e 15 (quinze) Pareceres realizados por 6 Conselheiros representantes da sociedade civil com notório saber e experiência relacionada ao patrimônio cultural. Portanto apenas 3 casos não foram relatados por Conselheiros ligados à sociedade civil. Além disso, a função de Relator ficou

⁷ O Programa MONUMENTA foi executado entre 1999 e 2012. Foi uma iniciativa do Ministério da Cultura, com recursos da União, estados e municípios, financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e cuja gestão coube ao IPHAN. O programa teve a participação de 26 municípios, abrangendo diversos tipos de obras de conservação/restauração tanto de infraestrutura urbana como de imóveis. Também teve recursos destinados para questões como fortalecimento institucional; promoção de atividades econômicas; treinamento/formação de artífices e agentes locais; e programas educativos. O programa contou com instrumento de financiamento especial para imóveis privados situados em cidades históricas. O MONUMENTA visava a sustentabilidade econômica dos sítios, motivando seus usos econômicos e culturais (LYRA, 2016).

consideravelmente concentrada, sendo que apenas dois desses Conselheiros foram responsáveis por 11 dos processos.

Quanto à procedência dos pedidos de tombamento, estes tiveram origem em Prefeituras Municipais, de demandas do próprio IPHAN, e de Universidades e Organizações da Sociedade Civil, como pode ser observado no Quadro 6.

QUADRO 6 – ORIGEM DOS PEDIDOS E PRESENÇA DE REPRESENTANTES

	Origem do Pedido de Tombamento	Presença de pessoas ligadas ao município na reunião do Conselho Consultivo
Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, BA	Não informado	Não citado
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, PR	1983 – Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística 1988 – Prefeitura Municipal de Paranaguá	-Prefeito Municipal de Paranaguá -Superintendente do IPHAN no Paraná
Centro Histórico de Iguape, SP	2009 – Prefeitura Municipal de Iguape	-Prefeita Municipal de Iguape -Superintendente do IPHAN em São Paulo - Representante do Departamento de Cultura de Iguape
Vila Serra do Navio, AM	1998 – Alunos e funcionários do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará	-Prefeita Municipal de Serra do Navio - Vereador - Representante dos moradores
Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Félix, BA	1987 – Prefeitura Municipal de São Félix	Não citado
Núcleo Urbano de Santa Tereza, RS	2001 – Prefeitura Municipal de Santa Tereza	-Prefeito do Município de Santa Tereza - Diretora de Turismo
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres - MT	1993 – Prefeitura Municipal de Cáceres	-Superintendente do IPHAN no Mato Grosso
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal, RN	2008 - IPHAN	-Superintendente do IPHAN no Mato Grosso
Centro Histórico de Paracatu, MG	2010 – Prefeitura Municipal de Paracatu	-Prefeito do Município de Paracatu
Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luiz do Paraitinga, SP	2010 - IPHAN	Não citado

Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina, PA	1982 – APA (Associação dos Arquitetos do Pará) e IAB (Associação dos Arquitetos do Brasil) 2005 – CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Agronomia)	Não citado
Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, RS	2008 – Chefe da Divisão Técnica da 12° SR. do IPHAN	- Representante da Prefeitura Municipal de Jaguarão -Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul
Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina, PR	2010 – Superintendente Estadual do IPHAN no Paraná	-Superintendente do IPHAN no Paraná
Centro Histórico de Manaus, AM	2010 – IPHAN	Não citado
Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, PI	2010 – Diretor do DEPAM - IPHAN	-Superintendente do IPHAN no Piauí
Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca, PI	2008 – Superintendente da 19° SR. do IPHAN	-Superintendente do IPHAN no Piauí - Representante do Governo Estadual do Piauí
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Arquipélago de Fernando de Noronha-PE	1996 – IPHAN	- Administrador geral de Fernando de Noronha - Superintendente do IPHAN em Pernambuco - Presidente do Conselho Distrital de Fernando de Noronha
Conjunto Histórico de Pelotas, RS	2003 – Andrey Schlee – Professor universitário	- Prefeita de Pelotas - Secretário Municipal de Cultura de Pelotas - Representantes do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Pelotas - Representantes da FENADOCE (Festa Nacional do Doce) - Presidente da Associação de Produtores de Doce de Pelotas

FONTE: O autor (2020)

Entre os dezoito casos estudados, oito pedidos partiram de dentro de setores IPHAN. Como mencionado anteriormente, alguns dos tombamentos realizados nesse período são resultado de estudos temáticos encomendados pela instituição na busca de uma maior representatividade no contexto nacional, justificando a abertura do processo. Outros seis pedidos foram realizados por iniciativa das Prefeituras Municipais. Nessa categoria houve processos que

demoraram muitos anos, sendo concluídos em novas gestões da Prefeitura, e outros aprovados ainda durante a gestão que solicitou o tombamento. Em menor proporção houve pedidos que foram realizados por universidades de arquitetura e organizações da sociedade civil.

Em relação à participação de representantes do local do tombamento na reunião do Conselho Consultivo, na maioria dos casos estiveram presentes pessoas relacionadas aos poderes locais ou superintendências estaduais. É notável que a presença da Prefeitura Municipal na reunião é sempre uma forma de apoio ao tombamento. De outra parte a ausência de representantes ocorreu tanto por motivações técnicas e de agenda, como por razões conflituais. Na 69ª Reunião (IPHAN, 2012) durante a discussão sobre o tombamento de Antonina onde havia um pedido de impugnação realizado pela Prefeitura Municipal, os Conselheiros expressaram desconforto com a ausência do Prefeito. Nos demais casos onde houve a presença das Prefeitas e Prefeitos Municipais, a sua participação caracterizou-se através de rápidas falas no início ou fim da reunião. Em linhas gerais expressam agradecimentos e expectativas positivas em relação aos benefícios econômicos e turísticos que acreditam ser possíveis a partir do reconhecimento do local como patrimônio cultural nacional. Em ocasiões pontuais houve a presença de representante dos moradores, no caso da Vila Serra do Navio; e representantes de organizações comerciais, no caso de Pelotas, onde além do tombamento do Conjunto Histórico foi votado o registro da Tradição Doceira. Em síntese, as presenças nas reuniões caracterizaram-se como apoio e breve intervenção.

4.1 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO

A leitura e análise das atas das reuniões, permitiu identificar algumas tendências presentes na forma como foi desenvolvida a instrução e encaminhados os processos de tombamento. Entre os temas discutidos pelos Conselheiros nas reuniões, destacam-se a preocupação com questões como a destinação funcional dos perímetros a ser tombados, a viabilidade de sustentabilidade econômica e turística, e fatores que dificultam ou estimulam a permanência dos usuários desses locais. Como será visto no detalhamento de alguns casos, somente em experiências pontuais ficou evidente que houve uma inclusão efetiva da população no processo de decisão sobre os valores e demarcação do que deveria ser tombado. A análise

dos casos sob o enfoque do referencial teórico apresentado no Capítulo 2, levanta aspectos que serão aqui discutidos.

Retomando Meneses (2012), que aponta que falar em patrimônio não é falar de coisas que tem valores intrínsecos em si mas sim que são manifestação de relações sociais, nota-se que apesar disso alguns processos de tombamento aparentam uma visão excessivamente focada nas questões arquitetônicas e urbanísticas, e a participação dos grupos sociais na definição dos valores a serem protegidos é mínima. Em outros casos, a dicotomia metodológica entre material e imaterial é superada em algum nível, e nota-se que práticas intangíveis que se manifestam no ambiente urbano são levadas em conta nas definições do tombamento.

Outro ponto a ser observado são os sujeitos envolvidos, podendo ser o sujeito local ou o sujeito institucional, o conhecimento leigo ou o conhecimento técnico (MOTTA, 2017). Em alguns casos existe a adesão antecipada de grupos sociais à ideia de salvaguarda do patrimônio cultural, demandando a sua proteção junto aos espaços convidados descritos por Miraftab (2016), ou seja, os espaços institucionais. Em outros processos o pedido de tombamento pode partir diretamente do nível institucional. Mesmo em processos cuja instrução apresenta pouco envolvimento da comunidade, é garantida pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 uma forma de contestação que são as impugnações. Essas impugnações aos tombamentos podem ser apresentadas pelos variados atores sociais e representar interesses privados individuais, coletivos, difusos, e até mesmo públicos de outras instâncias de Estado. Nas justificativas para essas impugnações, que podem ser as mais variadas, nota-se uma prevalência da concepção mercantilista (Canclini, 1994), que vê no patrimônio um impedimento para o progresso.

Outro aspecto refere-se à abordagem da participação, a aproximação entre os grupos sociais locais e o ente institucional. Mesmo em processos onde inicialmente não houve uma abertura para a participação dos sujeitos locais, esse direito à participação pode ser conquistado por esses sujeitos, forçando um movimento de baixo para cima (Lefebvre, 1999). Essa aproximação também pode ser forçada por questões alheias ao campo do patrimônio cultural, como desastres ambientais ou conflitos de propriedade, mas que caso não seja estabelecido o diálogo para sua resolução podem minar as possibilidades de salvaguarda. Por fim, estão os casos onde é adotada uma abordagem participativista (Canclini, 1994),

onde estabelece-se uma ponte entre a instituição e os sujeitos locais na leitura dos valores a ser salvaguardados. Um aspecto transversal a todos os processos para compreender em que medida foram realmente participativos é a capacidade de poder de decisão (Arnstein, 1969). Ou seja, o processo foi mais participativo na escala em que as conclusões da interação entre grupos sociais e instituição foi incorporada ao tombamento.

A percepção de que os estudos que levaram aos tombamentos foram conduzidos de maneira variada, combinada com os aspectos levantados no referencial teórico, permitiram elencar diferentes Formas de Participação (Quadro 7) que incidiram sobre os níveis de participação da população envolvida com os locais. Não se trata de uma escala de processos mais ou menos participativos, mas sim da interpretação dos diferentes caminhos e formas de abordagem tomados. Essas tendências apresentadas a seguir não são categorias fechadas em si, mas sim a forma que predominou durante o desenvolvimento de determinados processos. Ressalta-se que a análise se baseia somente nas informações contidas nas atas das reuniões, onde são transcritas falas da Presidência do IPHAN, Diretoria do DEPAM, o parecer do Conselheiro Relator, discussões entre os Conselheiros e manifestações de representantes dos municípios.

QUADRO 7 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO

Formas de Participação	Síntese	Aspecto Chave	Aspecto Transversal
Participação Mínima	Ênfase nos valores intrínsecos dos bens; focados na materialidade e com pouca interlocução com os grupos sociais.	Materialidade/ Imaterialidade	Poder de Decisão
Participação relacionada ao Patrimônio Imaterial	As práticas intangíveis dos grupos presentes no território são incorporadas como elemento qualificador nas definições do tombamento.		
Participação como Adesão Antecipada	Por motivações variadas, existe clara adesão prévia de determinados grupos sociais à ideia da salvaguarda do patrimônio cultural.	Apoio/Rejeição	
Participação como Impugnação	Quando indivíduos, grupos ou instituições utilizam o meio previsto no Decreto-lei n°25 de 1937 e apresentam justificativas para contestar o tombamento.	Abordagem	
Participação como Resolução de Crises	Situações críticas pressionam a aproximação entre instituição e outros atores. Pode tanto ser uma demanda de grupos locais, como resultado de fatores externos e imprevistos.		
Participação como Presença	Postura institucional ou de determinados técnicos em estabelecer uma presença prévia junto aos grupos locais, visando a construção conjunta do processo de tombamento.		

FONTE: O autor (2020)

4.1.1 Participação Mínima

A Participação Mínima caracteriza os tombamentos cujos processos apresentam um mínimo de interação e integração da comunidade local com o desenvolvimento dos estudos. Mesmo que mínimo, um nível básico de envolvimento da população sempre existirá, levando-se em conta que o patrimônio cultural é decorrente das relações entre as pessoas e o ambiente. Porém, nos tombamentos com participação mínima as maiores justificativas para delimitação do conjunto possuem ligação com questões como a arquitetura, urbanismo, paisagem, ou questões históricas. Tombamentos como o de Paranaguá, Cáceres e Cidade Baixa de Salvador, apesar de citarem pontualmente as relações das populações que vivenciam o conjunto, não indicam ter havido alguma influência da comunidade e poder de decisão na forma como o processo foi desenvolvido. Dentro dessa classificação o envolvimento da população limita-se ao requerimento inicial de pedido de tombamento, seja por parte de organizações da sociedade civil ou do poder público municipal. Em experiências onde a participação é ainda menor, nem mesmo o pedido inicial de tombamento parte de representações ligadas ao conjunto urbano.

4.1.2 Participação relacionada ao Patrimônio Imaterial

A Participação relacionada ao Patrimônio Imaterial são os casos onde as manifestações intangíveis e as pessoas relacionadas a elas foram decisivas na delimitação do que viria a ser tombado. Pode-se dizer que em todos os casos estudados existem manifestações do patrimônio imaterial, sob a ótica de que o patrimônio cultural é fruto das relações sociais e manifesta-se nas dimensões materiais e imateriais, que são indissociáveis. Entretanto, existem processos de tombamento que fazem pouca alusão às manifestações intangíveis, focando somente na materialidade do conjunto, como se o patrimônio material e o imaterial fossem domínios separados. Em outros casos, como na Cidade Baixa, Paracatu e São Félix, são feitas rápidas menções ao patrimônio imaterial. Na 61ª Reunião, a Conselheira Relatora afirma que embora o documento não enfatize esse aspecto, o espaço urbano da Cidade Baixa de Salvador individualiza-se pelas festas, práticas e

usos tradicionais. As festas religiosas, culinária, artesanato e histórias locais também são citadas brevemente no relato sobre Paracatu. Na reunião relativa a São Félix, a região onde a cidade está inserida foi descrita como uma “overdose de patrimônio imaterial” (IPHAN, 2009a, 2010b, 2010c). Apesar das citações, não fica evidente uma influência significativa dessas relações na delimitação do tombamento.

Por outro lado, há casos onde as manifestações imateriais surgem como uma forte justificativa para a atribuição de valor ao patrimônio material. Nessas situações a população relacionada às práticas do patrimônio imaterial é integrada ao processo como parte dos elementos que valoram o conjunto cultural. Tem-se o exemplo de Oeiras no Piauí, onde o parecer apresentado na reunião traz um volume maior de informações sobre as manifestações presentes; e Pelotas, onde o pedido de Registro da Tradição Doceira foi fundamental para o andamento do tombamento do Conjunto Histórico.

Os tombamentos no estado do Piauí foram pensados em rede, primeiro com Parnaíba, e na sequência Oeiras e Piracuraca. Essas cidades são testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. O processo de Oeiras, além dos tradicionais valores históricos, arquitetônicos e urbanísticos, enfatiza o patrimônio imaterial. O Centro Histórico entendido como o palco de manifestações culturais como festas e procissões. Os estudos para o tombamento foram realizados entre novembro de 2006 e abril de 2010, numa parceria entre a Superintendência do IPHAN no Piauí, o DEPAM e a Universidade Federal do Piauí (IPHAN, 2012). Em seu Parecer, o Conselheiro Relator Luiz Phelipe Andres enfatiza a relevância do patrimônio imaterial em Oeiras:

Gosto de registrar estes valores, pois não me sai da mente a ideia de corpo e alma integrados, da necessidade de atenuar a rigidez desta divisão de patrimônio material e imaterial, necessária reconhecimento, para disciplinar estudos e organizar ações administrativas no âmbito institucional, mas sem perder a visão de que quando tratamos de proteger o patrimônio arquitetônico e urbanístico estamos falando de continentes que têm o seu conteúdo, de um corpo que tem sua alma e estes registros que pude recolher tratam de um pequeno pedaço apenas da encantadora alma de Oeiras e que ao promover o tombamento da parte física estamos também nos envolvendo profundamente com toda a parte intangível que aí está (IPHAN, 2012, p. 127)

O Relator informa que em sua visita à cidade teve contato com pessoas relacionadas a algumas dessas manifestações culturais que tem sua expressão na área a ser tombada. Um dos eventos mais importantes é a homenagem ao Senhor

Bom Jesus dos Passos, realizada na quaresma, demandando o envolvimento de pessoas durante todo o ano em sua preparação. Trata-se de uma procissão realizada no Centro Histórico, passando por cinco Passos, que são pequenas capelas distribuídas na malha urbana, além da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e da Catedral de Nossa Senhora dos Passos. Cada um desses sete pontos representa dois dos catorze estágios da tradicional Procissão Via Sacra. O cuidado dos Passos é atribuído a determinadas famílias, com a responsabilidade passando entre as gerações.

FIGURA 02 – PROCISSÃO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS EM OEIRAS, PIAUÍ



FONTE: MAIS OEIRAS (2017)

Outra manifestação realizada na Quinta-feira Santa é a Procissão do Fogaréu, quando são apagadas as luzes da cidade e os homens carregam tochas pelo centro da cidade, num evento que reúne milhares de romeiros que vêm até o local. Também existe na cidade a Associação dos Congos de Oeiras, sendo a Congada uma herança cultural relacionada aos negros escravizados nas fazendas de gado. De acordo com o Relator, em anos recentes houve um renascimento dessa cultura em Oeiras, e o grupo do município participa dos encontros nacionais de Congada. Além dessas, são citadas outras manifestações como a Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora da Conceição e a existência do grupo Bandolins de Oeiras. Ainda dentro do campo das tradições populares, a poligonal de entorno do tombamento abarca um sítio arqueológico denominado Pé de Deus/Pé do Cão. Esse local tornou-se um ponto de devoção com a atribuição da população a

sinais na pedra representando as pegadas de Jesus, seguidas pelas pegadas do Diabo. No lugar as pessoas mantêm uma cruz de pedra sempre enfeitada com flores, e um buraco no chão ao lado, que é apedrejado como forma de rejeição ao “Cão” (IPHAN, 2012). Dessa forma, as poligonais de tombamento e entorno foram definidas abrangendo locais não somente pelo seu valor material, mas sim como o lugar onde a população estabelece relações de identidade definidoras de Oeiras como patrimônio cultural nacional.

FIGURA 03 – PROCISSÃO DO FOGARÉU



FONTE: MARREIROS (2019)

O caso de tombamento mais recente, do Conjunto Histórico de Pelotas em 2018, é ilustrativo das permanências e transformações ocorridas nas formas de conduzir os processos. O pedido inicial foi realizado em 2003 por Andrey Schlee, que na época era professor universitário e anos depois viria a ser Diretor do DEPAM. Em 2013, uma análise do DEPAM concluiu que o processo necessitava ser aprofundado, pois a abordagem utilizada em 2003 já não era suficiente. Entre períodos paralisados e revisões, o processo de Pelotas durou vários anos e o grande impulso para a sua finalização decorreu do patrimônio imaterial, com a solicitação do Registro da Tradição Doceira de Pelotas. Quando a Conselheira Márcia Sant’Anna se debruçou sobre a tarefa de realizar o parecer sobre o Registro da Tradição Doceira de Pelotas, entrou em contato com o Diretor do DEPAM para

alertar que não fazia sentido registrar a tradição doceira sem tombar o equivalente ao charque, fazendo uma aproximação entre as duas tradições (IPHAN, 2018a).

FIGURA 04 – FEITURA DA CALDA E DOCES DE PELOTAS

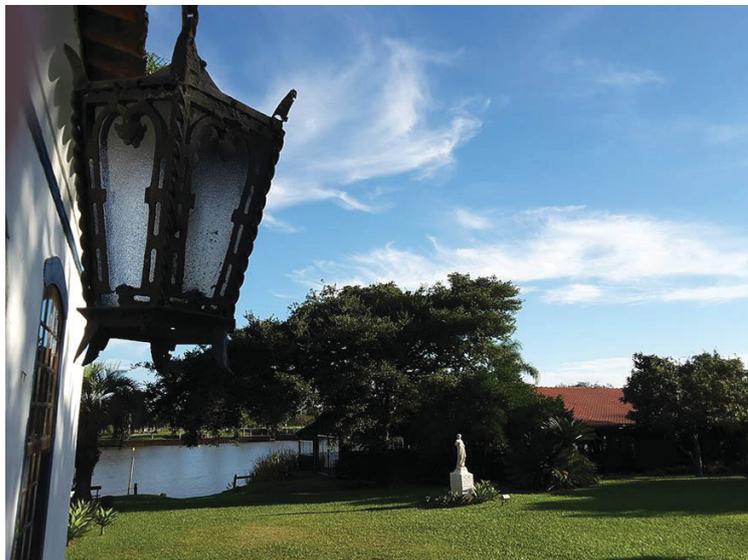


FONTE: IPHAN (2020)

O desenvolvimento de Pelotas baseou-se no Ciclo do Charque. As construções ecléticas que compõem o conjunto da cidade são oriundas da riqueza gerada nesse ciclo econômico. Portanto, na revisão dos bens a serem incluídos na proposta de tombamento foram incluídas as charqueadas, complexos representativos desse período produtivo. O trabalho de produzir charque, realizado com mão de obra escravizada, só podia ser realizado durante os meses quentes do verão. No restante do ano, muitas charqueadas realizavam trabalhos de olaria, produzindo os tijolos utilizados na construção da cidade. Além dessa ligação existiu também uma relação das charqueadas com o açúcar. Navios carregados de carne eram enviados para o Sudeste e Nordeste, e voltavam com carregamentos de açúcar utilizados na produção dos doces. Esse fato suscitou a interpretação da indissociabilidade entre as tradições do charque e dos doces. Dessa forma, na mesma reunião do Conselho Consultivo foram votados em processos diferentes o Tombamento do Conjunto Histórico de Pelotas e o Registro de Tradição Doceira de Pelotas, numa iniciativa que contempla tanto as manifestações materiais como imateriais. Embora tenha ocorrido a convergência dos dois processos, a Conselheira Márcia Sant'Anna alerta que não se tratou de uma experiência completamente integrada de identificação e reconhecimento, visto que as instruções ocorreram de forma dissociada e paralela. Dessa forma, indicou a necessidade da realização de um inventário de referências culturais, para aprofundar ainda mais a integração na

identificação e incorporação das referências importantes que marcam a cidade e a região (IPHAN, 2018a).

FIGURA 05 – CHARQUEADA SÃO JOÃO EM PELOTAS



FONTE: IPHAN (2020)

Outro fator importante relativo ao processo de Pelotas apontado pela Conselheira Relatora é a incorporação de estudos realizados pelo poder municipal e o encaminhamento de um conjunto de diretrizes gerais para a preservação e gestão dos conjuntos propostos para tombamento. Não são apresentados apenas os elementos que justificam o ato, mas também o que é essencial para garantir a preservação. A Relatora também considerou que apesar de avançar no sentido da integração material/imaterial e da gestão pós-tombamento, a proposta ainda é tímida quanto à participação dos segmentos sociais impactados pelo tombamento. Alertou para a essencialidade de buscar formas efetivas de participação sempre que ameaças de destruição iminente não impeçam essa abordagem. Em suas “palavras” o objetivo da patrimonialização é tornar concreto um pacto social de preservação dos bens culturais, e esse pacto é o fator que viabiliza o cumprimento das normas e diretrizes de proteção (IPHAN, 2018a).

A Participação relacionada ao Patrimônio Imaterial é, dessa forma, uma maneira indireta de participação da comunidade, que tem suas práticas reconhecidas como elemento integrante e qualificador do patrimônio material proposto para ser tombado. Embora ocorra essa aproximação, ainda é uma forma de participação indireta, pois não reflete necessariamente uma completa integração

no desenvolvimento da instrução, nem poder real de decisão na delimitação do tombamento.

4.1.3 Participação como Adesão Antecipada

Participação como Adesão Antecipada ocorre quando os responsáveis pelo processo de instrução de tombamento interpretam que preexiste grande aprovação da população em relação ao processo. São casos marcados pela atuação anterior de atores como universidades ou organizações da sociedade civil que se movimentam em prol do patrimônio cultural. Esse grau de envolvimento pode ter diferentes níveis, evidenciados nos processos de Jaguarão e Santa Tereza no Rio Grande do Sul. Nas reuniões esses casos são vistos pelos Conselheiros como processos amenos, pois existe um comprometimento prévio da população. Dessa forma, esses tombamentos seriam uma maneira de reconhecimento da mobilização realizada anteriormente pela comunidade relacionada ao local.

O tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza foi a terceira proposição de tombamento de núcleos diretamente ligados ao processo de imigração ocorrido no Brasil no século XIX. O distrito de Santa Tereza de Bento Gonçalves foi criado em 1916, e o município só foi emancipado em 1992. Segundo o Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, foi um processo cuja proposição derivou da vontade da cidade, havendo intenso engajamento local no processo, cujos estudos iniciaram-se mais de vinte anos antes (IPHAN, 2010b).

Segundo apresentação do Conselheiro Relator Luiz Phelipe Andrés, a Prefeitura Municipal localiza-se numa das edificações históricas restauradas da cidade, e o poder público está afinado com os propósitos de preservação e participa “de um verdadeiro clamor da população pelo tombamento”. O dossiê de tombamento foi realizado por técnicos da superintendência do IPHAN e do DEPAM, e amparado em diversos estudos realizados em anos anteriores. Esses estudos complementares contaram com a contribuição de pessoas ligadas à Universidade Federal de Caxias do Sul e do Escritório Técnico do IPHAN em Antônio Prado. O primeiro volume contém o processo propriamente dito, iniciado em 2001 por pedido da Prefeitura Municipal de Santa Tereza. Em 2005 foram feitos os “Estudos para o Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Santa Tereza, Rio Grande do Sul”. Houve o desenvolvimento de outros relatórios e diagnósticos em conjunto com a EMATER-RS e ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural,

indicando a participação de outras entidades na construção do processo de tombamento. No ano 2000 foram aprovadas no Município uma série de leis referentes ao uso e ocupação do solo, incidindo sobre o patrimônio cultural edificado. Também estão anexados ao dossiê fichas técnicas de inventários realizadas pelo IPHAN em 1988, indicando interesse prévio da instituição pelo município. Segundo o Relator essa profusão de estudos justifica a expectativa da população em relação ao reconhecimento de seu patrimônio (IPHAN, 2010b).

FIGURA 06 – NÚCLEO URBANO DE SANTA TEREZA



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA (2020)

É citada a existência da APHAT-ST (Associação de Proteção ao Patrimônio Histórico e Turístico de Santa Tereza), criada em 2004. Essa Associação realizou campanhas para arrecadação de material para restauração de imóveis, e promoveu cursos relacionados à temática. Em 2008 foi aberto formalmente o processo de tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza. Para tanto foi feita uma reordenação da documentação, adaptando-a às normas vigentes e elaborado o “Parecer Técnico sobre Proposta de Tombamento da Paisagem Urbana de Santa Tereza”. Nesse parecer foi realizada uma proposta de adequação da poligonal de tombamento, e redesenho da poligonal de entorno. Portanto, no entendimento do Relator, a proposta das poligonais é resultante de estudos desenvolvidos ao longo de vários anos. O processo conta também com um livro de atas da Associação de Moradores de Santa Tereza que contém centenas de assinaturas em apoio ao tombamento. O Conselheiro Relator menciona que em sua viagem à cidade para elaboração do parecer observou o alto nível de consciência da população em relação ao acervo de seu patrimônio cultural. Cita um forte protagonismo das

instituições municipais, entidades não-governamentais e sociedade civil na reivindicação da conclusão do processo de tombamento. Na discussão entre os Conselheiros após a apresentação do parecer, a Conselheira Jurema Machado comentou a percepção de que nesse caso o tombamento parece inserido numa estratégia de desenvolvimento que a comunidade vislumbra, desejando visibilidade e presença turística. Uma opinião semelhante foi expressa pela Conselheira Cecília Londres, afirmando que existe grande conforto em relação a esse tombamento, pois “a cidade se tombou sozinha antes de ser tombada pelo IPHAN” (IPHAN, 2010b).

Também localizado no Rio Grande do Sul, o município de Jaguarão está na fronteira com o Uruguai, na Região dos Pampas. O surgimento da cidade está ligado ao processo de ocupação espanhola e portuguesa no sul do continente e às estratégias militares utilizadas para garantia de posse desses territórios. Em 1832 a povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão foi elevada à categoria de vila, e em 1855 a cidade, com o nome de Jaguarão. Nessa época a economia da região recebia impulso a partir da exploração do gado provindo das Missões, contribuindo para a consolidação do local. Desde a década de 1980 surgiram iniciativas de proteção do patrimônio cultural na cidade. Entre elas o pedido de tombamento estadual da Enfermaria Militar, uma das edificações mais destacadas no conjunto. É do mesmo período um movimento denominado Projeto Jaguar, onde foram promovidas vigílias em torno da Enfermaria Militar com o objetivo de chamar a atenção da comunidade para a valorização da edificação em ruínas e reverter o abandono. Além disso, no Projeto Jaguar foram mapeadas e identificadas edificações de interesse cultural na cidade (IPHAN, 2011).

FIGURA 07 – ADESIVO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DA III VIGÍLIA MUSICAL NA ENFERMARIA



FONTE: ZORZI (2012)

Após essas primeiras iniciativas, surgiu o PRIJ (Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão), elaborado a partir de 1991 através de um convênio entre a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Pelotas. Desde então esses estudos sobre o acervo arquitetônico urbano da cidade passaram a guiar as iniciativas de preservação local. Além dos professores e acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas, o desenvolvimento do Programa contou com a participação de representantes da comunidade jaguareense. Outros acordos entre a UFPel e Centro de Integração Empresa-Escola de Jaguarão resultaram em atividades como palestras, exposições e debates sobre a questão do patrimônio cultural, mobilizando a participação da comunidade. Além de apresentar um inventário sobre as edificações existentes, o PRIJ propôs instrumentos urbanísticos e critérios de intervenção nos bens de interesse cultural. Em 2007 foi sancionada a Lei Municipal nº 4.682/2007, chamada Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, cujo texto está em conformidade com o PRIJ. Segundo o Conselheiro Relator fica evidente através destes relatos e de notícias anexadas aos autos do processo que existe considerável nível de consciência da população em relação ao patrimônio cultural. É igualmente evidente o protagonismo das instituições municipais, da sociedade civil e entidades não governamentais. Dessa forma, o trabalho do IPHAN com o tombamento foi complementar as iniciativas que já ocorriam em nível local há décadas (IPHAN, 2011).

A Participação como Adesão Antecipada evidencia que as questões relativas ao patrimônio cultural não dependem exclusivamente da instituição federal. Quando existem iniciativas concretas que partem do nível local, o IPHAN insere-se como mais um entre os demais atores, avalizando um entendimento e expectativas que partem da comunidade.

4.1.4 Participação como Impugnação

Esse tipo de participação baseia-se na apresentação de impugnações à notificação de tombamento provisório de determinado conjunto. É o canal estabelecido pelo IPHAN desde o Decreto-lei nº25 de 1937 para manifestação de insatisfação em relação à proposta de tombamento. Como será evidenciado nos exemplos a seguir, observa-se que em sua maioria as impugnações não representam uma manifestação comunitária, mas sim a rejeição individual de

proprietários preocupados com o impacto gerado em sua propriedade privada. Existem ainda impugnações providas de representações como a Prefeitura Municipal, ou a Procuradoria Estadual. A fragilidade dos argumentos apresentados nas impugnações também denota a dificuldade de comunicação entre os órgãos oficiais de gestão do patrimônio cultural e a sociedade em geral, que muitas vezes não compreende as motivações do tombamento e suas implicações. Essa falta de entendimento gera temor de consequências que não são verídicas, como a perda da propriedade de imóveis em caso de tombamento, ou a impossibilidade de compra e venda. Entre os casos estudados, foram pedidas impugnações aos tombamentos dos conjuntos de Antonina, Manaus, Natal e Fernando de Noronha.

Em Antonina foram apresentadas quatro impugnações. A primeira delas foi feita por um morador alegando que suas propriedades incluídas dentro da poligonal não têm valor histórico e, portanto, não há justificativa para o tombamento. A essa impugnação o IPHAN respondeu que o tombamento foi considerado em conjunto urbanístico, e, portanto, os imóveis receberão tratamento adequado de acordo com o setor em que estiverem incluídos. Dessa forma, esse tipo de argumentação foi considerado inadmissível em relação aos valores estudados e analisados.

As outras duas impugnações foram apresentadas por membros da família Matarazzo. Nos estudos para o tombamento de Antonina, além do núcleo mais central da cidade, foi proposta uma poligonal em área mais distante onde ficavam localizadas as atividades portuárias e industriais da família Matarazzo. Na impugnação a família alega que o estado de abandono das edificações ocasionou a perda das características que justificariam o tombamento. Também argumentam a impossibilidade de venda, pois o tombamento inibiria investidores. Depois das impugnações o IPHAN procedeu com vistoria ao local e apresentou a sua argumentação. De acordo com o Órgão, os imóveis configuram conjunto valorado, e não tombamento individuais, sendo parte importante para a leitura do Conjunto Matarazzo. Essa vila industrial é um dos raros exemplos desse tipo de empreendimento na região, e sua importância histórica está diretamente ligada às motivações que levam ao tombamento do conjunto de Antonina. Além disso, o IPHAN incentiva a retomada das atividades portuárias no local, não havendo contradição entre o tombamento e o funcionamento do Porto. Uma última impugnação foi feita pela Prefeitura Municipal, também questionando a inclusão da

área do Porto no tombamento, receando a inviabilidade da recuperação das atividades portuárias no futuro (IPHAN, 2012).

FIGURA 08 – COMPLEXO INDUSTRIAL MATARAZZO EM ANTONINA



FONTE: IPHAN (2020)

Na discussão sobre estas impugnações a Conselheira Jurema Machado manifestou a necessidade de que as alternativas econômicas não fossem minadas pela preservação. Segundo ela a aparente rejeição à proteção está relacionada à depressão econômica que atinge a cidade, e caso não sejam viabilizadas alternativas econômicas, será muito difícil conscientizar a população sobre a importância da preservação. Nesse ponto o Presidente do IPHAN reiterou que a retomada das atividades portuárias seria possível e compatível com a preservação do conjunto arquitetônico. Além disso, seria desejável por contribuir com a dinamização da cidade. Sobre a questão do uso, o Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses fez um comentário sobre o que denominou a falsa antinomia entre os usos nobres e usos laborais do patrimônio cultural. Essa falsa oposição seria consequência de um entendimento da cultura como um domínio à parte da existência humana, e não um domínio que qualifica todos os outros. Esse entendimento, que em sua opinião deve ser rejeitado, leva a crer que os bens identificados como portadores de valor cultural só podem ser utilizados com fins culturais. Por outro lado, em sua visão os bens podem ser usados de qualquer forma desde que credenciados para tal, e a verdadeira oposição seria entre os usos predatórios e os usos não predatórios. Dessa forma, seria aceitável a utilização do

complexo portuário mesmo que para fins não culturais, desde que o uso não implicasse em uma utilização predatória dos bens (IPHAN, 2012).

FIGURA 09 – CONJUNTO URBANO DE ANTONINA EM PRIMEIRO PLANO, E ÁREA PORTUÁRIA AO FUNDO



FONTE: IPHAN (2020)

Além da questão do uso, os Conselheiros manifestaram desconforto sobre a suposta falta de apoio da população do município em relação ao tombamento. Nesse ponto houve argumentação de que o IPHAN não trabalha de maneira plebiscitária, não ficando dependente do apoio local para tomar providências. Segundo a Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira se o IPHAN levasse em consideração todos os interesses privados o número de tombamentos realizados ao longo do tempo seria muito menor. O Conselheiro Marcelo Azambuja coloca que a instituição não pode ficar refém de uma situação que depende de interesse locais e às vezes ilegítimos. Porém mesmo assim manifesta o desconforto de trabalhar sem uma percepção de apoio. Segundo intervenção do Presidente do IPHAN, as três primeiras impugnações seriam pontuais, representando a manifestação de proprietários particulares. Portanto a questão não seria a inexistência geral de interesse do Município ou dos munícipes. Já a quarta impugnação, apresentada pelo Município de Antonina, não questiona a totalidade do tombamento, pois a mesma Prefeitura Municipal reconhece a importância do conjunto. Contrapõe-se apenas à área portuária. A ausência de representantes da prefeitura seria justificada por

pressões ou anuência às impugnações particulares. Após a discussão dos Conselheiros foram votadas as impugnações, sendo todas rejeitadas (IPHAN, 2012).

No processo de tombamento do Centro Histórico de Manaus, cujos estudos iniciaram-se em 2009, também foi apresentado um pedido de impugnação, por parte do Governo do Estado do Amazonas. Manaus surgiu no século XVII, com a implantação do Fortim de São José do Rio Negro. Permaneceu como uma vila até passar por um período de grande crescimento impulsionado pelo Ciclo da Borracha no final do século XIX e início do século XX. Esse período foi marcado por intervenções urbanas e pela construção da maioria das edificações que compõem a proposta de tombamento.

Após a conclusão da instrução do processo e as notificações, o Prefeito Municipal de Manaus se declarou a favor do tombamento. Por outro lado, a Procuradoria do Estado do Amazonas, se manifestou afirmando que faltavam elementos para demonstrar que os imóveis se vinculam a fatos memoráveis da história do país. Também sugeriu que a área proposta pelo IPHAN estava exageradamente delimitada. Considerando a ação do IPHAN autoritária e unilateral, a impugnação pedia acesso à documentos técnicos e reiterava a necessidade de audiências públicas com a população diretamente afetada pelo tombamento. A Procuradoria Federal se manifestou pela improcedência da impugnação da Procuradoria Estadual, refutando em pormenores cada um dos aspectos levantados. No ponto relativo à consulta a população, a Procuradoria Federal respondeu que se tratando de interesse nacional e difuso não seria suficiente consultar somente a população de Manaus, e sim deveria ser feita uma convocação nacional (IPHAN, 2012).

A Conselheira Relatora Jurema de Souza Machado fez observações sobre as justificativas utilizadas para a impugnação, considerando-as dúbias. Ao mesmo tempo que a Procuradoria do Estado do Amazonas reconhecia o valor das edificações presentes no Centro Histórico de Manaus, questionava o que entendia como a ausência de provas de que o conjunto relaciona-se com fatos memoráveis para a história nacional e sugeria que a delimitação é muito extensa, sem apresentar quais seriam as justificativas para esse entendimento. Nas palavras da Conselheira Relatora:

(...) na questão do mérito, o argumento da impugnação é um pouco dúbio, porque ele reconhece existir valor nos imóveis, tanto é que já foram tombados pelo Estado, mas diz, em seguida, que parece exagerado, que não há elementos técnicos suficientes. Portanto, não é conclusivo quando afirma não haver no conjunto mérito para ser tombado em nível federal. Alegam que faltam elementos para conhecimento e que, aparentemente, está exageradamente delimitado. Alguns trechos que apresentei textualmente permitem observar que são contraditórios, dizem que não, mas que talvez sim, a depender da análise de documentos técnicos. Foi a insuficiência da argumentação que fundamentou a contestação da Procuradoria Federal do IPHAN. Com relação a essa questão de consulta à população, como no caso de Antonina, a Procuradoria respondeu, de forma absolutamente pertinente, que tratando-se de interesse nacional, interesse difuso, na hipótese da realização de audiência pública, não seria suficiente consultar apenas a população de Manaus, deveria ser feita uma convocação nacional (IPHAN, 2012, p.105).

Após as explanações feitas pelo Diretor do DEPAM e pela Conselheira Relatora Jurema de Souza Machado, os Conselheiros votaram pela rejeição da impugnação (IPHAN, 2012).

FIGURA 10 – CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS



FONTE: IPHAN (2020)

Em relação ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal, foram apresentadas duas impugnações. A primeira a partir de uma proprietária de imóvel localizado na poligonal de entorno ao tombamento. Alegava ausência de valor cultural e histórico do bem, interferência do poder público na propriedade, e inaceitabilidade da obrigatoriedade de aprovação prévia de projetos de intervenção no imóvel. Quanto a essa impugnação, levando em consideração o bem estar na área de entorno, o IPHAN considerou não haver fundamento para a impugnação, só admissível para os bens propostos na área de tombamento (IPHAN, 2010c). Foi apresentado também um pedido de impugnação intempestivo em 2011, apesar do tombamento haver sido aprovado em 2010.

Mesmo assim a impugnação foi levada para a reunião, caso houvesse questões que os Conselheiros considerassem relevantes para ser debatidas. A impugnação foi pedida pela CODERN, Companhia Docas do Rio Grande do Norte. A alegação foi de que não havia como tomba a área de um porto organizado, visto que os efeitos do tombamento confrontariam a lei que regulamenta o serviço portuário. Sugeriam ainda a análise individual de valor de cada imóvel, e que as edificações de sua propriedade já teriam perdido suas características. A esses questionamentos o IPHAN respondeu que o tombamento em Natal foi considerado em conjunto, e o argumento das mudanças ocorridas nas edificações não prospera, pois, a heterogeneidade das edificações não foi considerada fator que desmotivasse o tombamento. Além de que nesse caso a organização do traçado urbano e valores paisagísticos prevalecem sobre a arquitetura, que figura como complemento. Dessa forma os Conselheiros votaram pela rejeição da impugnação (IPHAN,2012).

As impugnações são o meio oficial para um tipo de intervenção de representações relacionadas ao lugar objeto do tombamento. Podem ou não representar influências nas decisões, de acordo com o julgamento do IPHAN. Observa-se que é um tipo de participação muito pontual, de contestação ao que foi delimitado pela instituição e não de construção conjunta de uma proposta. Com a análise dos pedidos de impugnação, nota-se que tanto a população envolvida como outros órgãos como a Procuradoria Estadual recebem a notificação do tombamento sem um entendimento claro tanto das motivações como das implicações que a ato gera. Quando impugnações são apresentadas questionando a falta de relevância ou de valores arquitetônicos e homogeneidade de determinado conjunto, como ocorreu em Manaus e Natal, verifica-se a permanência de uma interpretação de patrimônio atualmente ultrapassada. Esse tipo de alegação contraria inclusive a política adotada pelo IPHAN de aumentar a diversificação dos conjuntos tombados, superando as noções de excepcionalidade. Outro ponto é relativo à realização das audiências públicas. O argumento utilizado pelo IPHAN para recusar esse ponto das impugnações é válido, pois o instituto defende interesse nacional e difuso, não atuando de maneira censitária. Porém mesmo que a instituição postergue esse tipo de aproximação, uma vez aprovado o tombamento será necessário uma gestão do local que pode ficar prejudicada pela falta de diálogo anterior. Nos casos de Antonina, Manaus e Natal os argumentos apresentados nas impugnações não foram considerados legítimos e suficientes para levar o Conselho a rever alguma postura,

configurando uma forma de participação pontual e limitada. Apenas no tombamento de Fernando de Noronha, que será abordado em seguida, as impugnações aliadas a outras condicionantes levaram a uma mudança na delimitação da proteção.

4.1.5 Participação com Resolução de Crises

São casos onde ao longo dos estudos e da instrução do processo de tombamento surgem situações que demandam uma maior presença e articulação do IPHAN com os atores locais. Também são experiências onde é forçada a abertura de canais participativos no decorrer dos acontecimentos. As motivações podem ser tanto conflitos anteriores à intervenção da instituição federal, como no caso da Vila Serra do Navio, causados por desastres ambientais, como em São Luís do Paraitinga, ou requisições da população organizada, como em Fernando de Noronha.

O processo de tombamento de São Luís do Paraitinga estava em andamento quando a cidade foi atingida pela catástrofe de enchentes de grandes proporções no início de 2010, destruindo alguns dos principais edifícios da cidade. O município já era estudado pelo IPHAN pelo menos desde a década de 1960, devido ao fato de ser um núcleo ligado ao projeto pombalino do século XVIII de fundar povoações ordenadas e regulares. Esses estudos de parceria entre o IPHAN e órgão de gestão do patrimônio do estado de São Paulo (Condephaat), contribuíram para o tombamento estadual em 1982. Em 2007 começou a preparação do dossiê visando a proteção federal. Tal dossiê se beneficiou de um número relevante de pesquisas feitas ao longo das últimas décadas. Quando a documentação se encontrava praticamente pronta ocorreu a enchente de 2010. No perímetro previsto para o tombamento, foram afetados por volta de 140 imóveis e 18 foram totalmente destruídos, gerando prejuízos para o cotidiano e vida econômica da cidade (IPHAN, 2010c).

FIGURA 11 – CAPELA DAS MERCÊS, EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA, DESTRUÍDA COM AS ENCHENTES DE 2010



FONTE: ALLUCCI (2016)

Depois das enchentes o processo foi tomado pelo IPHAN em regime de urgência, como forma de reafirmação da significância cultural da cidade no contexto cultural brasileiro. São Luís do Paraitinga possui um centro histórico com edifícios de grande valor, tanto histórico como arquitetônico, e a cidade é marcada com intensa atividade cultural, incluindo festas tradicionais. Considerando que a legibilidade do conjunto edificado e do traçado da cidade foi mantida mesmo após a enchente, prosseguiu-se com o Tombamento Provisório. Dessa forma o IPHAN passou a contar com maior embasamento legal para aplicação de recurso públicos na recuperação, e maior controle frente ao grande volume de reformas e reconstruções. Segundo a Conselheira Relatora Jurema Machado, após as chuvas o trabalho do IPHAN adquiriu legitimidade pelas respostas rápidas dadas aos desafios da recuperação, através de experiências anteriores, soluções técnicas e gerenciais e recursos financeiros (IPHAN, 2010c). O fator relevante nesse caso é que as enchentes propiciaram uma aproximação do IPHAN com o município que não havia ocorrido antes numa situação de normalidade.

FIGURA 12 – ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS EM FRENTE A CAPELA DAS MERCÊS NO DIA DA ENTREGA DO EDIFÍCIO RECONSTRUÍDO PELO IPHAN



FONTE: ALLUCCI (2016)

A preexistência de questões conflituais e a desconfiança da população em relação ao pedido de tombamento também representaram o estímulo para o IPHAN buscar uma maior articulação com os órgãos e comunidade locais. É o caso da Vila da Serra do Navio, no Amapá. A vila surgiu em função da concessão, em 1953, do direito de exploração por um período de cinquenta anos de jazidas de manganês encontradas no local. A vencedora da concorrência foi a empresa ICOMI, que ficou responsável pela construção do complexo industrial, sistema de transporte e duas vilas para moradia, projetadas pelo escritório de Oswaldo Bratke. A ICOMI manteve-se em atividade até 1998, retirando-se antes do prazo estipulado. No mesmo ano foi iniciado o processo de tombamento, estimulado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. A saída da ICOMI gerou uma série de incertezas para os moradores do local, e outras empresas mineradoras passaram a atuar na região. Inicialmente era previsto que passados os cinquenta anos, ou seja, a partir de 2003, as benfeitorias e construções deveriam passar à propriedade da União. Entretanto, quando a lei da concessão foi criada ainda não existiam nem o Estado do Amapá, que na ocasião era considerado território, e nem o município de Serra do Navio. Dessa forma surgiu o questionamento sobre a qual instância governamental caberiam as propriedades. Somado a isso estava correndo o processo de tombamento, o que segundo relatado na reunião do Conselho

Consultivo, gerava temor na população que acreditava que o tombamento poderia ocasionar a sua expulsão das moradias (IPHAN, 2010a).

FIGURA 13 – EDIFICAÇÃO MODERNISTA DA VILA SERRA DO NAVIO



FONTE: FRACALLOSSI (2015)

Nesse contexto, em 2003 a 2º SR/IPHAN enviou ofício ao Governador do Amapá, comunicando sobre os estudos para tombamento e já alertando para a necessidade de realização de um seminário na cidade com a presença de autoridades, onde fossem definidas as atribuições e compromissos de cada agente. Quatro anos depois o IPHAN sinalizou novamente para a necessidade de se convocar para o debate também as empresas mineradoras que entraram em ação após a saída do ICOMI. Em 2007, através de audiência pública, o IPHAN constatou o forte sentimento de rejeição da população ao tombamento, temendo sua retirada das casas, e a insatisfação com o poder público devido aos problemas de infraestrutura surgidos após a saída do ICOMI. Em função disso o IPHAN realizou na sequência uma reunião no município com instituições públicas estaduais, federais, municipais, empresas de mineração e sociedade civil organizada envolvidas no tombamento da Vila da Serra do Navio. O objetivo desse encontro foi apresentar as principais implicações do tombamento e ouvir as reivindicações da comunidade. Em seguida o Governo do Estado do Amapá criou através da lei nº 1161 a Fundação Serra do Navio, com o intuito de apoiar a restauração,

manutenção e gestão do patrimônio de Serra do Navio. Em 2008 a sub-regional do IPHAN no Amapá enviou ofício para a Prefeitura Municipal com a proposta de tombamento para maior conhecimento e discussão com a comunidade, conforme havia sido acordado na reunião anterior. Encaminhou também ofícios para a Procuradoria Geral da República no Amapá, solicitando embargo de todas as obras realizadas na vila até a delimitação do tombamento e área de entorno, como forma de conter a descaracterização do local. Nessa mesma comunicação o IPHAN também esclareceu que o processo de tombamento era impedido de ser finalizado devido as disputas e pendências judiciais ocorridas com a saída do ICOMI.

Somente ao final de 2008 foi reconhecido judicialmente que o domínio dos bens deveria ser atribuído à União. Com a resolução da questão do domínio, o IPHAN pode finalmente dar prosseguimento ao processo de tombamento. Em 2009 foi encaminhado pelo DEPAM o parecer onde constam os estudos que a instituição fez para adequar a cidade às condições atuais. Foram realizadas entrevistas com os moradores buscando encontrar soluções para adaptar o patrimônio construído aos dias de hoje, e ao mesmo tempo reverter modificações inadequadas preservando o urbanismo e arquitetura típica da vila industrial. Com os estudos finalizados, o Gerente de Proteção do IPHAN recomendou ainda que fossem constituídas duas comissões simultaneamente ao tombamento. A primeira sendo uma Comissão Técnica Interinstitucional, comandada pelo IPHAN com função de análise da condição de cada imóvel e encaminhamentos para cada caso, como restauração, demolição, substituição e adaptação. A segunda sendo uma comissão com profissionais ligados ao planejamento urbano, com participação também de representantes do IPHAN, do Governo do Estado do Amapá, da Prefeitura Municipal, e da sociedade civil, para acompanhamento da elaboração de um plano de preservação compatível com o Plano Diretor Municipal e outras legislações urbanas. Ainda em 2009 houve uma reunião de conciliação onde a União cedeu provisoriamente para o Estado do Amapá e para o município de Serra do Navio a guarda dos imóveis para utilização. Em abril de 2010 foi aprovado o tombamento da Vila Serra do Navio pelo Conselho Consultivo (IPHAN, 2010a). Nota-se nesses relatos que o processo de tombamento federal se iniciou inserido em um ambiente de conflito, que impedia o andamento do processo. Assim como ocorreu em São Luiz do Paraitinga, na Vila Serra do Navio a situação desfavorável impulsionou uma

aproximação do IPHAN com os entes ligados ao local. Caso não houvesse essa mediação, o tombamento poderia tornar-se inviável.

Em processos desenvolvidos de maneira pouco participativa, pode ocorrer que o grau de mobilização da população force a instituição a estabelecer canais de diálogo. Foi o que ocorreu no tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco, aprovado em 2017. A instrução foi desenvolvida ao longo de vários anos, até que em 2015 foi expedida a notificação de tombamento e o tema estava na pauta para a reunião do Conselho Consultivo em junho daquele ano. Entretanto, em visita do Conselheiro Relator Luis Phelipe Andrés e outros técnicos ao arquipélago, constatou-se uma relação conflituosa dos moradores com o tombamento, sua delimitação e motivações, e com o fato de o IPHAN não haver aprofundado a discussão com a população. Foram apresentadas ainda duas impugnações: uma a partir da aeronáutica, questionando a inclusão do aeroporto na área a ser tombada; e a segunda da Administração de Fernando de Noronha, pedindo cópia do processo e conhecimento das motivações. O Relator ao narrar sua viagem a Fernando de Noronha informa que se deparou com uma população unida e ativa, sendo que em vários locais estavam presentes panfletos convocando para a audiência pública que seria realizada no dia seguinte com o IPHAN. Nessa reunião realizada na Câmara Distrital estavam presentes os sete Conselheiros Distritais, a representante do ICMBio, a representante da Administração da Ilha e numerosas pessoas da comunidade, ocupando todo o espaço disponível na sala de reuniões. Iniciada a seção, todos os Conselheiros se manifestaram contrários ao tombamento nos termos da notificação. Lideranças e moradores que se inscreveram para falar também repudiaram o tombamento. Entre os motivos citados para justificar a rejeição estava a surpresa com a notícia do tombamento, com a publicação sem uma consulta prévia aos interessados. Além disso grande parte dos moradores interpretou o tombamento provisório, que é a publicação protocolar realizada trinta dias antes, como um tombamento definitivo. A população também manifestou preocupações quando à extensão do tombamento, que na proposta apresentada abrangia todo o arquipélago. Argumentavam que já existiam limitações impostas pelo ICMBio, pela Aeronáutica e pela Administração Distrital, temendo que o tombamento implicaria ainda mais restrições em questões como potencial construtivo e instalação de estruturas (IPHAN,2017a).

FIGURA 14 – PROPOSTA INICIAL DO IPHAN PREVIA O TOMBAMENTO DE TODO O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA



FONTE: IPHAN (2020)

Dessa forma o processo foi retirado da pauta da reunião do Conselho Consultivo em 2015, procurando-se em seguida discutir com a população o porquê do interesse do IPHAN na preservação. Buscou-se também redefinir o que seria tombado, visto que a proposta anterior previa uma poligonal com abrangência de todo o arquipélago, com sobreposição a áreas já protegidas por órgãos ambientais. Segundo o Diretor do DEPAM, Andrey Schlee, foi realizada uma série de reuniões tanto na Superintendência de Pernambuco, como em Fernando de Noronha. Entre esses encontros houve uma reunião entre representantes do IPHAN, integrantes do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) e do Conselho do Parque Nacional Marinho (PARNAMAR). Nessa ocasião foi discutido se esses conselhos queriam que o IPHAN prosseguisse com o tombamento ou não. A conclusão foi de que o tombamento era possível desde que renegociado e rediscutido com a população. Na sequência, com uma proposta mais definida houve uma reunião de apresentação para a Administração e para o Conselho Distrital de Fernando de Noronha, que funciona como uma espécie de Câmara de Vereadores. Em seguida a nova proposta foi apresentada também para a população em geral. Dessa forma, após ser pressionado a abandonar a ideia de tomar todo o arquipélago, o IPHAN passou a concentrar-se em alguns setores mais marcados pela presença de referências culturais apropriadas pela população (IPHAN,2017a).

E, como chegávamos nisso? Identificando, através da cartografia, aqueles bens de referência na Vila dos Remédios, seja o próprio palácio São Miguel ou da Administração, a Igreja, o Reduto. Ou seja, a sequência de bens, hoje arruinados, que eu chamei de sítios arqueológicos, eles fazem parte do dia a dia da população, que os visita, que vai tirar fotografia, que vai ver o pôr do sol, junto com os visitantes e turistas da ilha. Foi esse material que apresentamos e trabalhamos com a população. Um segundo núcleo de interesse, que seria essa ponta de Santo Antônio, que pegaria o prédio da Air France, a capela de São Pedro e o Fortim de Santo Antônio, pelo menos, o que eu estava chamando, e sempre chamo, de um testemunho desses iglus. Ou seja, a área inteira da vila dos americanos, hoje, muito modificada. A identificação, para cada um desses bens que estamos apontando também, a identificação do bem, e a definição das áreas de entorno, para que ficasse muito claro onde seria a atuação, ou a área de atuação do IPHAN na ilha. A Capela de Nossa Senhora da Conceição, e o Terreiro de Quixaba. De maneira que, com esses bens, pudéssemos garantir, através da preservação do patrimônio material, a manutenção. vamos dizer, do patrimônio imaterial, bastante presente na ilha e, diz respeito aos moradores, aos ilhéus, e não aos turistas, um conjunto de festas, sobretudo religiosas, que acontecem e, seja com o calendário de dia de pescador, ou seja um outro universo a explorar na ilha, mas que, de certa forma, a preocupação também era fazer uma leitura um pouco mais além da "casinha" do Depam", concluiu Andrey Schlee (IPHAN, 2017^a, p. 8).

Dessa forma a proposta de tombamento ficou limitada a seis áreas: 1- Vila dos Remédios; 2- Vila dos Americanos/Boldró; 3- Vila do Quixaba; 4- Conjunto do Forte de Santo Antônio, Air France e Capela de São Pedro; 5- Fortim de São Pedro do Boldró; 6- Fortim de Nossa Senhora da Conceição. Para essas áreas foram definidas suas respectivas poligonais de entorno. Na revisão, além de redefinir as áreas a ser tombadas, já foram previamente definidas as diretrizes de gestão de cada conjunto. O objetivo desses diretrizes é garantir que as ações de preservação dos bens tombados sejam objetivas, facilitando o conhecimento por parte dos gestores locais e da comunidade. De acordo com o Conselheiro Relator após os dois anos de tratativas e negociações, aliadas ao trabalho técnico da equipe do DEPAM, reverteu-se uma situação que numa primeira vista era um impasse de difícil solução. O protagonismo da população foi um alerta ao IPHAN, levando a instituição a rever a forma de conduzir o processo. Após as alterações o plano passou a ter maior apoio dos moradores (IPHAN,2017a).

FIGURA 15 – ÁREA DO FORTE DOS REMÉDIOS, MANTIDA NA REVISÃO DA PROPOSTA DE TOMBAMENTO DE FERNANDO DE NORONHA



FONTE: IPHAN (2020)

Analisando os três casos, nota-se que as situações críticas levaram o IPHAN a adotar uma postura de maior interlocução com os agentes locais. São Luiz do Paraitinga foi um processo de tombamento desenvolvido de maneira tradicional, sem a participação mais efetiva da comunidade antes na elaboração do processo de tombamento. A atuação do IPHAN após o desastre das enchentes propiciou uma aproximação da instituição federal com o local, e quando foi aprovado o tombamento definitivo já haviam sido estabelecidas relações mais sólidas. Na Vila Serra do Navio, todos os impasses em relação a regularidade e domínio dos bens geravam uma situação de tensão que dificultava a discussão sobre o patrimônio cultural. Caso não fosse adotada pelo IPHAN uma postura de mediação, o tombamento se tornaria inviável. Por último, a experiência de Fernando de Noronha chama atenção pelo protagonismo da comunidade no rumo que o processo tomou. Diferente de outros casos onde são apresentadas impugnações pontuais, em Fernando de Noronha além das impugnações foi notável a presença da população, seja organizando-se de forma prévia, sendo participando presencialmente das reuniões. Também chama atenção a posição do IPHAN de reconhecer que, mesmo com os estudos finalizados, as poligonais deveriam ser reestudadas, postergando em dois anos a conclusão do processo para elaboração de uma nova proposta em comum acordo com as representações de Fernando de Noronha.

4.1.6 Participação como Presença

Um dos principais desafios do IPHAN está em estabelecer uma conexão constante com os municípios alvo das políticas de valorização do patrimônio cultural. Entre os fatores que justificam essa dificuldade estão o fato de muitas cidades estarem afastadas das capitais onde ficam localizadas as superintendências estaduais, e o número limitado de profissionais técnicos para o desempenho de todas as funções. Se existe dificuldade na gestão de conjuntos urbanos já reconhecidos como patrimônio cultural, essa limitação se apresenta ainda maior em lugares que se encontram em uma situação anterior à aprovação da salvaguarda. Esse fator dificulta que os tombamentos sejam desenvolvidos como um processo realmente participativo, com a presença da instituição federal já no momento anterior para diálogo com a população e identificação dos valores que justificarão o tombamento. Dessa forma, aqui a presença não é entendida apenas como presença física institucional, e sim como um constante fomento a questões que envolvem o patrimônio cultural, seja através de ações de educação patrimonial, interlocução com agentes locais, ou até mesmo com investimentos em intervenções no patrimônio edificado. Um ponto a ser observado é que a existência de tombamentos individuais, ou da superintendência estadual em um local onde venha a ser proposto o tombamento de conjunto, não são garantias do estabelecimento de um processo mais inclusivo. Embora a presença de bens tombados individualmente possa gerar um conhecimento maior da população em relação às questões patrimoniais, não há garantias de que será adotada uma postura de estabelecimento de canais efetivos de participação pelos responsáveis pela elaboração do processo. Por outro lado, pode ocorrer que o IPHAN estabeleça conexões e atue em determinado local em momentos anteriores à salvaguarda, influenciando no desenvolvimento do tombamento.

Apesar de não ser um caso onde fica tão evidente a inclusão da comunidade no processo, cabe um comentário sobre São Félix, na Bahia, que foi indiretamente influenciada pela atuação do IPHAN na vizinha Cachoeira. O município localiza-se às margens do rio Paraguaçu, e faz fronteira com a cidade que lhe deu origem, Cachoeira, fundada no século XVII durante o ciclo da cana de açúcar. O processo de tombamento de São Félix tramitou desde 1987 por um pedido da Prefeitura do Município, com ações de retomada em 1993 e 1997. Ficando parado até 2008, foi

retomado com a solicitação de estudos complementares. Segundo os Conselheiros a presença no IPHAN em Cachoeira na outra beira do rio Paraguaçu foi fundamental para a retomada dos estudos de tombamento de São Félix. Cachoeira possui o conjunto tombado desde 1971, e de acordo com o Conselheiro Relator Eugênio de Ávila Lins, o tombamento de São Félix é uma maneira de corrigir o erro cometido ao não tomar as duas cidades em conjunto. Afirmou ainda que São Félix sempre ficou relegada a um segundo plano em relação à Cachoeira, por ser uma cidade industrial, do tabaco, dos tropeiros, enquanto na vizinha viviam a nobreza e as autoridades eclesiásticas.

FIGURA 16 – RELAÇÃO ENTRE SÃO FÉLIX E CACHOEIRA NAS MARGENS DO RIO PARAGUAÇU



FONTE: IPHAN (2020)

A conselheira Jurema Machado ressaltou que o processo de tombamento de São Félix ressurgiu num contexto de mudanças na região, devido ao ‘renascimento’ de Cachoeira impulsionado pelas ações do programa do IPHAN chamado MONUMENTA. Entre as diversas ações desse programa esteve a instalação da Universidade do Recôncavo, numa ação conjunta com o Ministério da Educação, e que na visão da Conselheira Cecília Londres foi essencial para a revitalização de Cachoeira. Segundo o Relator, São Félix também recebeu atuação do programa MONUMENTA por ser entorno imediato de Cachoeira. Outra questão é a presença do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira, que facilita a comunicação da população com a instituição, que na ausência do Escritório Técnico teria que se remeter à Superintendência Estadual localizada em Salvador. De acordo com fala do

Diretor do DEPAM, desde a instalação os profissionais do Escritório Técnico de Cachoeira interagem também com São Félix. Ainda em suas palavras, o tombamento de São Félix foi uma construção constante com a população, e foi a partir de uma audiência do Prefeito com o IPHAN em 2008, já no contexto da atuação do programa MONUMENTA, que o processo foi retomado.

Ao passo que São Félix foi impactado de maneira indireta, em Iguape as ações prévias tomadas pelo IPHAN são mais evidentes. O Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape em São Paulo teve seu tombamento aprovado na 62ª reunião do Conselho Consultivo em 2009 (IPHAN, 2009b). As características de Iguape remontam ao período da exploração aurífera e ocupação do território no século XVI, atividades de construção naval no século XVIII e cultivo do arroz no século XIX. Está inserido no contexto do Vale do Rio Ribeira, local marcado pela presença de população caiçara, ribeirinha, quilombola e imigrante, além de ser a região do estado que apresenta os menores índices de desenvolvimento econômico.

Os estudos para o tombamento foram realizados entre junho de 2008 e fevereiro de 2009, numa colaboração entre os técnicos da superintendência do Iphan em São Paulo, a Prefeitura Municipal de Iguape e o Departamento de Patrimônio Material do Iphan. O tombamento foi proposto em três setores, sendo o Núcleo Urbano, o Setor do Morro da Espia, e o Setor Portuário. O documento enfatiza que a proteção federal deveria ser implementada numa lógica que incorporasse o sítio natural e as influências culturais presentes como aspectos interligados, guardando interligação com os valores históricos e urbanísticos. A presença prévia da instituição na cidade é evidenciada nas ações de educação patrimonial desenvolvidas em Iguape simultaneamente ao processo de tombamento. De acordo com o Conselheiro Relator essa iniciativa envolveu a comunidade, o instituto do tombamento passou a ser mais bem compreendido e aceito, e verificou-se a valorização e orgulho da população em relação ao patrimônio. A oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” foi realizada em dezembro de 2008, numa iniciativa da Superintendência do IPHAN como parte do projeto “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural do Vale do Ribeira”. O objetivo da oficina foi envolver a população na construção de estratégias de preservação e na identificação daquilo que a própria comunidade compreendia como seu patrimônio cultural. Os bens elencados pela população durante a oficina contribuíram posteriormente para a delimitação da poligonal de tombamento (IPHAN, 2009b).

FIGURA 17 – VISTA A PARTIR DA TORRE DA IGREJA DE IGUAPE



FONTE: IPHAN (2020)

O Conselheiro Relator enfatiza que o ato do tombamento incide práticas que devem ser constantemente aperfeiçoadas, e que este foi um caso especial onde processos metodológicos foram aperfeiçoados e houve a oportunidade de consolidar conceitos, como o de paisagem cultural. Além da realização das ações de educação patrimonial, foi instalada a Casa do Patrimônio, considerada uma experiência pioneira pelo fato de ter sido implementada antes mesmo da conclusão do processo de tombamento. O relator salientou a necessidade de reforçar a Casa do Patrimônio. Esse fortalecimento contribuiria para permitir uma verdadeira integração com a comunidade, favorecendo trabalhos conjuntos entre o IPHAN e órgãos estaduais e municipais. Ainda sugeriu que além da Casa do Patrimônio fosse instalado no futuro um Escritório Técnico do IPHAN na cidade, como forma de trabalhar mais próximo da realidade do local, facilitando a comunicação e aumentando a rapidez e eficiência das ações (IPHAN, 2009b).

O grande diferencial do tombamento em Iguape foi que as ações de educação patrimonial foram realizadas já no momento anterior ao tombamento, diferente dos outros casos onde primeiro tomba-se e as ações de educação patrimonial vêm depois. A realização da oficina Mapa do Patrimônio, onde pessoas da comunidade puderam indicar referências culturais que depois contribuíram na delimitação das poligonais indica uma participação mais efetiva, com influência de decisão e compartilhamento na construção dos valores a serem protegidos.

4.2 O TOMBAMENTO ENTRE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Percebe-se através do estudo dos casos que houve variedade na forma como a instrução de cada processo foi conduzida. Observando a questão através dos níveis de análise propostos por Lefebvre, pode-se entender que o IPHAN representa o nível G, o nível institucional. Embora orientado por uma postura geral, de ampliação e diversificação do acervo nacional tombado, o desenvolvimento de cada processo de tombamento de conjunto assumiu características diversas e até mesmo contraditórias. Tombamentos derivados de estudos de um mesmo macroprocesso, como Antonina, Paranaguá e Iguape tiveram abordagens destoantes entre si. Essa divergência ficou ainda mais evidente levando em conta que as votações para os tombamentos de Paranaguá e Iguape foram realizadas em sequência na mesma reunião do Conselho Consultivo. Enquanto o primeiro caso teve uma abordagem mais tradicional, o segundo foi desenvolvido incorporando a participação comunitária. Essa heterogeneidade pode ser observada também dentro de uma mesma superintendência, comparando-se por exemplo, o já citado tombamento de Iguape com São Luiz do Paraitinga, da Superintendência Estadual de São Paulo. Embora não seja identificável uma unidade de atuação no nível G, ele ainda é predominante em relação às tomadas de decisão. Quando o processo é desenvolvido sem a inserção efetiva da comunidade, ocorre um processo de cima para baixo, com o nível G sobrepondo-se ao nível P, do cotidiano. Essa sobreposição pode ocorrer mesmo quando são acionados canais aparentemente participativos, mas que não representam uma real delegação de poder. As impugnações, que são o canal oficial para manifestação dos agentes envolvidos, são uma forma muito pontual de participação, não representando um envolvimento consistente. Além disso, essa atuação através de meios legais, que requer embasamento e termos técnicos, pode inibir a atuação de parcelas da população não habituadas a esses procedimentos.

O nível P, o “habitar como poeta”, é levado em conta em casos onde as práticas sociais e as manifestações intangíveis influenciam, mesmo que de forma indireta, a delimitação das referências culturais a ser tombadas. A ênfase na comunidade que vivencia o patrimônio cultural fica ainda mais evidenciada nos casos de adesão antecipada. Considerados exceções, esses processos trazem alento para a instância institucional. Por outro lado, o fato dessa mobilização coletiva

prévia ser considerada excepcional, aponta que o envolvimento da comunidade almejado na Constituição está distante de ser a regra. Explicita-se dessa forma a inversão apontada por Lefebvre, do nível P subordinado ao nível G, quando deveria ser o contrário. Essa lógica é invertida quando a sociedade se organiza em função do patrimônio cultural. Em Jaguarão ocorreu um exemplo do trânsito entre os espaços inventados e convidados discutidos por Mirafab. Quando parte da população promove vigílias em torno de uma edificação de valor cultural, utiliza-se de um espaço inventado, e da mesma forma pressiona os espaços convidados, incitando a utilização de um instrumento legal como o tombamento para a proteção dos bens.

O movimento de baixo para cima evidencia-se também quando a coletividade expressa seu desconforto com determinada situação, solicitando modificações. O caso de Fernando de Noronha é elucidativo dessa questão. A qualidade da argumentação apresentada passa pelo nível de conscientização, entendimentos e domínio prévio da comunidade sobre o assunto. Por outro lado, está a instituição e seus técnicos que irão acatar ou não às requisições. Como abordado anteriormente, não existe homogeneidade em relação a essa questão, podendo haver casos mais ou menos favoráveis ao diálogo. No processo de tombamento do arquipélago o IPHAN adotou uma postura de acatar a argumentação da comunidade, revendo a forma de proceder. Trata-se de um caso onde o diálogo entre técnico e leigo, apontado por Motta, convergiu na elaboração de uma nova proposta.

Em síntese, em relação a participação, o período estudado transita entre permanências e transformações. Coexistiram estudos desenvolvidos de maneira tradicional, outros que buscaram uma leitura mais integrada com o patrimônio imaterial, e aqueles onde houve uma inclusão da população, seja de maneira voluntária ou conquistada. Os Conselheiros reconhecem, ao longo das discussões, a necessidade de incluir as comunidades envolvidas com os bens culturais na construção dos processos de tombamento. Porém abordam também as dificuldades em incorporar essa postura, o temor quanto a demolições que as notícias anteriores à proteção podem causar, e limitações de ordem técnica e financeira. Em regra, há concordância com a ideia da participação, porém questionam sobre a forma de colocá-la em prática. Desse modo, embora exista a intenção, na prática as comunidades envolvidas ainda possuem pouco poder de decisão. Com exceção dos

casos considerados de adesão antecipada, apenas em Fernando de Noronha e Iguape ficaram evidentes a influência da população na determinação do que foi tombado.

Ao passo que neste capítulo foram estudadas quais as formas de participação ocorridas nos processos de tombamento, no próximo capítulo serão estudadas possíveis metodologias utilizadas para inclusão das comunidades. Serão analisados três estudos de caso onde foram aplicadas metodologias participativas, sendo um relativo ao tombamento, um à chancela da paisagem cultural, e um ao inventário participativo.

5 PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: TOMBAMENTO, CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

Neste capítulo serão analisadas experiências realizadas em anos recentes que tenham utilizado metodologias participativas em processos de identificação ou patrimonialização. Através da análise de relatórios, dossiês e referências bibliográficas sobre o tema, busca-se captar quais foram as metodologias utilizadas, os atores envolvidos, o alcance da participação, e as potencialidades e limitações dessas experiências já realizadas. Entre os objetos de estudo estarão o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape, onde utilizou-se a cartografia social como método participativo de construção de mapas do território ; a Chancela da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco, onde foi utilizada a aplicação de entrevistas com agentes relacionados aos bens culturais; e o Inventário Participativo Minhocão contra Gentrificação, onde foi utilizada a metodologia dos inventários participativos.

5.1 O TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE IGUAPE

Como já foi abordado parcialmente no Capítulo 4, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape teve seu tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2009. A iniciativa de começar um processo de patrimonialização através do tombamento surgiu como um desdobramento do projeto-mãe “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento de Bens Culturais no Vale do Ribeira”. Desse modo, o tombamento em Iguape foi pensado tendo como pressuposto entender o sítio urbano como parte dos processos históricos e culturais do Vale do Ribeira.

Além do traçado urbano e das características arquitetônicas, outros dois aspectos relevantes em Iguape são a relação com o Morro da Espia e a relação com as águas. Ademais de ser um marco na paisagem, a existência do Morro da Espia foi a razão para a implantação adjacente do núcleo urbano de Iguape, pela necessidade de água potável e proteção contra piratas no século XVII. Essa planície onde construiu-se Iguape também apresenta uma relação singular com os corpos d’água que a rodeiam. O núcleo urbano fica protegido pela Ilha Comprida e pelo Mar Pequeno. Na beira deste último foram instaladas as atividades portuárias marítimas da cidade. Outro elemento importante é o chamado Valo Grande, um canal de águas

artificial criado para ligar o porto marítimo ao porto fluvial do Rio Ribeira na época da produção do arroz. Apesar de ter sido uma obra pioneira de engenharia hidráulica, a abertura do Valo Grande no século XIX revelou-se com o tempo uma ação desastrosa. A mudança do curso do rio levou à erosão das margens e consequente assoreamento do Mar Pequeno. Esse fator provocou a decadência da função portuária da cidade, e contribuiu para sua decadência econômica. No desenvolvimento do tombamento os profissionais envolvidos na elaboração do estudo buscaram uma leitura que contemplasse todos esses aspectos, e estivesse mais alinhada com as transformações do campo do patrimônio cultural, inserindo, entre outras medidas, a participação da comunidade no processo de patrimonialização (IPHAN, 2009d; NASCIMENTO e SCIFONI, 2015).

Na tentativa de aproximação com a população de Iguape, destacam-se ações como a abertura de uma Casa do Patrimônio, em parceria com a Prefeitura Municipal, e a realização de oficinas de escuta sobre o patrimônio do local, cujo estudo será aprofundado nesse capítulo. Essas oficinas, denominadas Mapa do Patrimônio, foram realizadas com um público variado, abrangendo professores, técnicos da prefeitura, alunos de escolas públicas e agentes culturais da cidade. A proposta foi de que os moradores contribuíssem na construção coletiva de um mapa onde fossem apontadas as histórias, memórias e lugares de acontecimentos especiais para a história da cidade. Como metodologia das oficinas foi utilizada a cartografia social, ou seja, buscou-se um mapeamento participativo onde os moradores pudessem indicar o que deveria ser incluso na proposta de tombamento. A experiência com os moradores serviu para evidenciar locais além daqueles já consagrados e reconhecidos pelo saber técnico dentro do Centro Histórico, evidenciando outros lugares representativos da memória coletiva. Dessa forma, a equipe técnica teve o desafio de elaborar uma proposta de tombamento que contemplasse também as informações colhidas, partindo do princípio de que o processo só é participativo quando se torna instrumento de decisão compartilhada (IPHAN, 2009d; NASCIMENTO e SCIFONI, 2015).

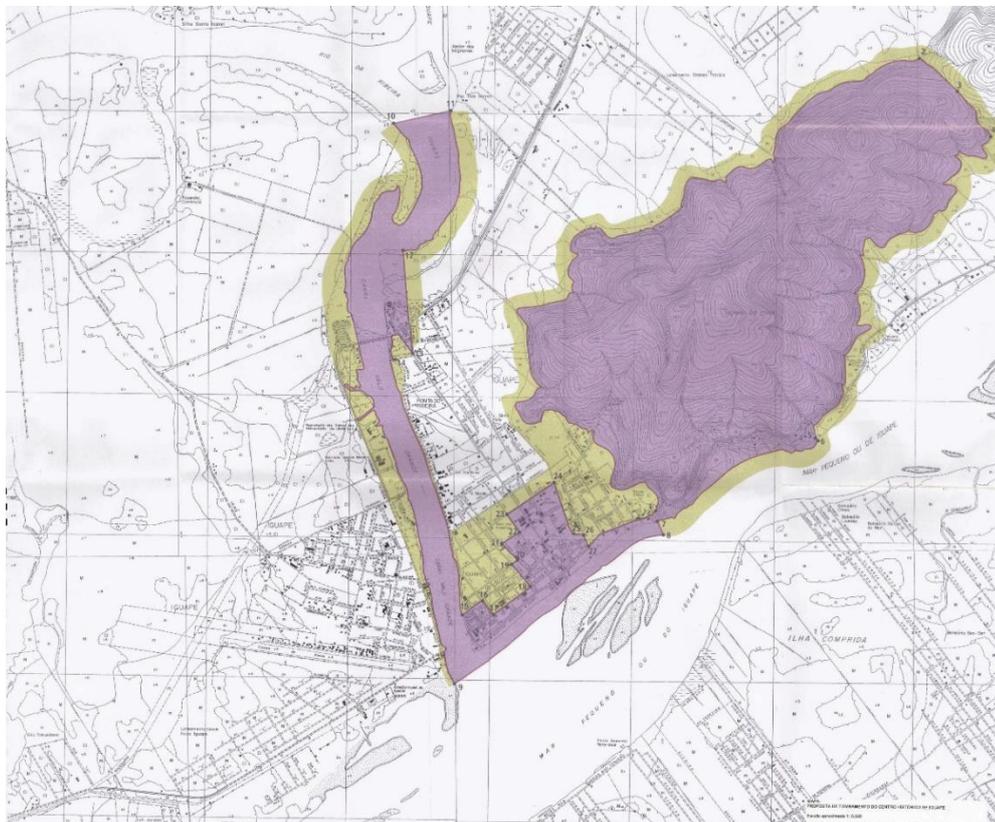
FIGURA 18 – NÚCLEO URBANO DE IGUAPE



FONTE: IPHAN (2009d)

Antes de abordar a oficina, para facilitar o entendimento é necessária uma explanação sobre a delimitação das poligonais de tombamento (em roxo) e entorno (em amarelo) aprovadas em 2009.

FIGURA 19 – POLIGONAIS DE TOMBAMENTO E ENTORNO

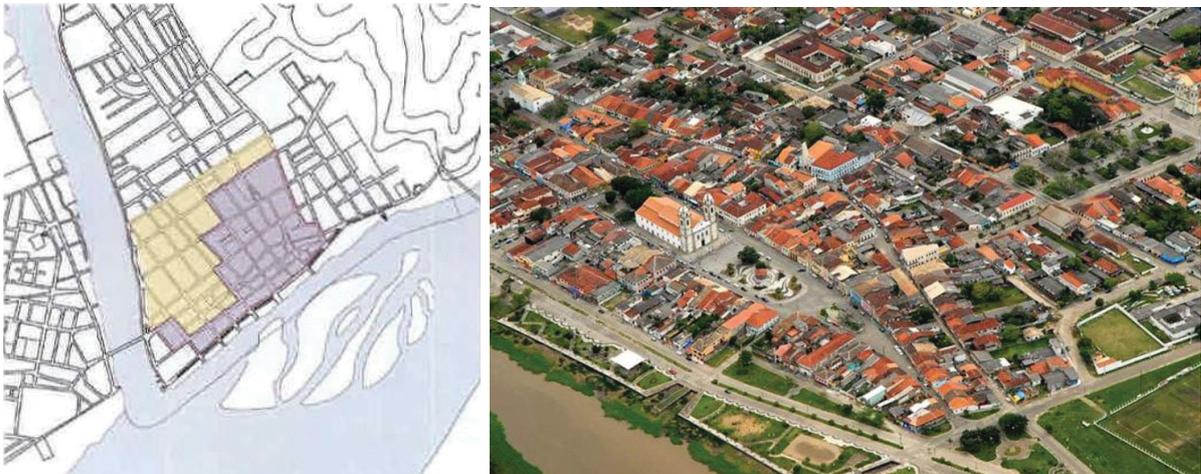


FONTE: IPHAN (2009d)

A poligonal de tombamento foi dividida em três setores, tendo em vista as especificidades de cada área e a necessidade de normatização adequada para cada uma delas. Os setores são: a) Setor Núcleo Urbano; b) Setor do Morro da Espia; c) Setor Portuário.

O Setor Núcleo Urbano engloba a área da cidade que corresponde às diversas etapas de ocupação, abrangendo variadas manifestações arquitetônicas e urbanísticas. Nesse perímetro estão localizados sobrados de uso comercial e residencial, edificações de uso institucional, e as construções de uso religioso, como as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito e a Basílica do Bom Jesus de Iguape. Essa delimitação teve por objetivo salvaguardar o quadro variado que representa as várias fases de desenvolvimento econômico e urbano de Iguape. Todas as edificações constantes dentro da poligonal são abrangidas pela proposta de tombamento, além de características como o desenho urbano, malha e ocupação das quadras. O Setor Núcleo Urbano é semelhante a poligonal já tombada em nível estadual pelo Condephaat em 1975 (IPHAN,2009d).

FIGURA 20 e FIGURA 21 – SETOR NÚCLEO URBANO

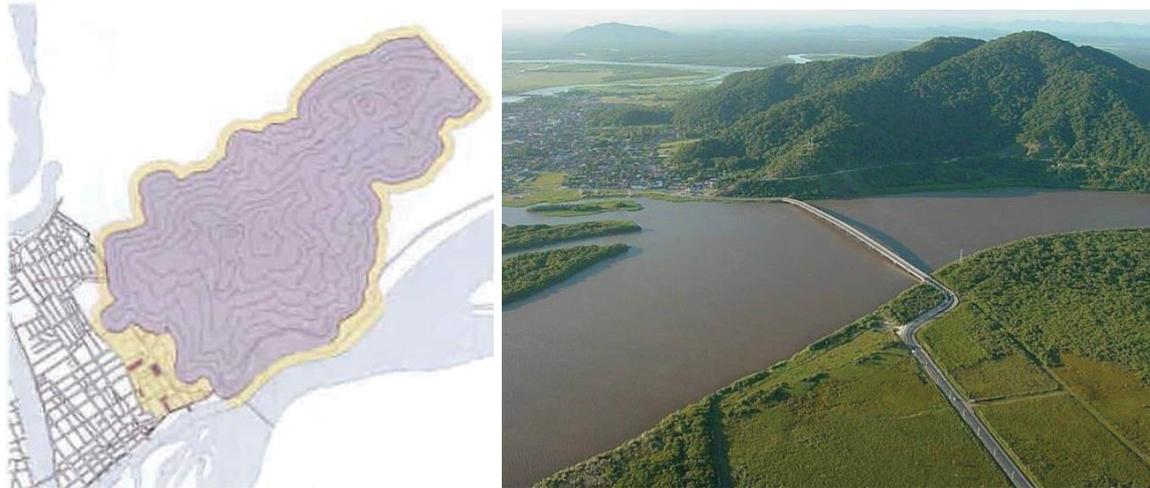


FONTE: IPHAN (2009d) e IPHAN (2020)

O setor do Morro da Espia trata-se de área proposta a partir da cota altimétrica 10 metros, que é o limite entre a planície arenosa e a encosta do morro. Neste setor também estão incluídas a Fonte do Senhor, e as Ruínas do Engenho Itaguá, onde o limite do tombamento desce para a cota altimétrica 0 metros. O objetivo da delimitação desse setor foi proteger as encostas e áreas florestadas do morro, além das nascentes e cursos d'água da área. Para as construções existentes

dentro do perímetro do morro não é prevista a necessidade de consulta ao IPHAN para intervenções como reforma e demolição, com exceção daquelas catalogadas como sítio arqueológico. O setor do Morro da Espia se liga ao Setor Portuário pelo costão próximo à área do Setor Núcleo Urbano (IPHAN,2009d).

FIGURA 22 E FIGURA 23 – SETOR MORRO DA ESPIA



FONTE: IPHAN (2009d)

O Setor Portuário compreende o conjunto do antigo sistema portuário de Iguape, protegendo assim a relação da cidade com as águas. Estão incluídas no Setor Portuário a área do porto fluvial e da Capela de São João Batista, a área do porto marítimo, avançando 100 metros em sentido ao Mar Pequeno, o Canal do Valo Grande e os trechos do meandro do Rio Ribeira até alcançar o curso principal (IPHAN,2009d).

FIGURA 24 – SETOR PORTUÁRIO E FIGURA 25 – RELAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO COM O VALO GRANDE E O MAR PEQUENO



FONTE: IPHAN (2009d)

As oficinas foram realizadas em dezembro de 2008, e os seus resultados organizados no “Relatório da Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape”. Esse relatório compõe o Dossiê de Tombamento de Iguape, incluído na documentação como o Anexo 3. O trabalho foi realizado através de Termo de Referência elaborado pelo IPHAN-SP, no bojo do projeto “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento do Vale do Ribeira”. Além do relatório síntese sobre as oficinas, a empresa contratada PeabiruTCA ficou responsável também pela elaboração de dois conjuntos de postais de educação patrimonial. O primeiro conjunto, abrangendo os bens culturais do Vale do Ribeira de maneira mais ampla. O segundo, sobre os bens culturais apontados durante as oficinas (IPHAN,2009d).

FIGURA 26 – OFICINA EM IGUAPE



FONTE: IPHAN (2009d)

Conforme descrito no relatório síntese, a intenção da realização das oficinas foi complementar a pesquisa sobre o patrimônio cultural de Iguape e estreitar as relações do IPHAN com a população moradora do município e detentora do patrimônio cultural cuja salvaguarda estava em estudo à época. Buscava-se inverter a lógica de educação patrimonial como uma atividade a ser realizada após o tombamento, como uma forma de divulgação. O objetivo era de que a comunidade trouxesse relatos, histórias, fotos antigas, e indicasse e mapeasse lugares representativos que deveriam ser alvo das políticas públicas. Dessa forma, o chamamento para participação do evento foi realizado através de jornais e rádios

locais, e a oficina foi incluída na programação de comemoração de 470 anos do município (IPHAN, 2009d).

FIGURA 27 – DIVULGAÇÃO DA OFICINA

Mapa do Patrimônio de Iguape **OFICINA IPHAN**

A proposta da Oficina é construir coletivamente um mapa de Iguape que reúna suas histórias, as memórias de seus moradores e pontue os lugares dos acontecimentos especiais que marcaram a construção da nossa cidade.

O que você tem para contribuir com a construção deste mapa?

Estudantes, professores e moradores, tragam sua contribuição: uma foto, um documento, um recorte de jornal ou desenhos. Venha contar as histórias de sua família que fazem parte da construção da cidade!

**A oficina acontecerá dia 5 de dezembro - 6ª feira
no CineArte Iguape
no Largo da Basílica, n. 15
uma oficina às 15hs e outra às 19hs.**



APOIO



REALIZAÇÃO



Ministério
da Cultura



FONTE: IPHAN (2009d)

A oficina foi realizada em espaço cedido no Cine Arte da cidade, e contou com duas sessões, sendo uma à tarde e outra à noite. Os trabalhos foram conduzidos pela empresa Peabiru e houve a presença de representante do IPHAN. A primeira sessão ocorreu com a participação dos alunos do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape (Oficina POEAO), voltado para estudantes do ensino médio em formação promovida pela Secretaria da Cultura. Nessa sessão participaram vinte pessoas, além de técnicos da Secretaria de Obras e da Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal e de representante do Condephaat. A sessão realizada à noite foi voltada a professores da rede pública e agentes que trabalham na área cultural da cidade. Estiveram presentes doze pessoas, além dos técnicos das secretarias municipais e da Prefeita Municipal (IPHAN,2009d).

Durante a oficina foram identificadas mais de quarenta edificações e lugares, além de manifestações imateriais reconhecidas pelos participantes como representativas da história e cultura do local (Quadro 08).

QUADRO 08 – BENS IDENTIFICADOS DE FORMA GERAL NAS OFICINAS

Patrimônio Material	Bens na cidade de Iguape, dentro do tombamento já realizado pelo Condephaat: Correio Antigo; Praça São Benedito e Chafariz; Antigo prédio do Hotel São Paulo; Sobrado dos Toledo; Palacete Francês; Palacete dos Lima ou Castelinho; Museu de Iguape ou antiga Casa de Fundação e Cadeia Velha; EMEF Vaz Caminha; Sede da Banda Municipal; Imóvel à rua XV de Novembro com fachada de azulejos portugueses; Casa dos Jesuítas; Largo e Igreja do Rosário/ Museu de Arte Sacra; Oficina Cultural; Funil.
	Bens na cidade de Iguape, fora do tombamento já realizado pelo Condephaat: Fábrica Única ou Fábrica Matarazzo; Sobradão da Pirá; Orla e Antigo Porto Grande; Porto do Ribeira; Valo Grande; Cemitério; Igreja São João; Cristo Redentor; Fonte do Senhor e Capela; Hospital Feliz Lembrança ou Santa Casa; Antiga propriedade da família Carneiro Muniz; Chácara Yanaguisawa; EMEF Benedito Rosa; Colégio Eulália; Ruínas Porcina – antiga sede de fazenda de arroz e cachoeira; Sambaqui do Rocio; e Morro do Espia.
	Bens fora da cidade de Iguape Ruínas do engenho Itaguá; Fazenda Cambixo; Colônia Jipovura; Casarões dos engenhos no KM 51; Vila de Icapara e Farol; Barra do Prelado; Trilha do Imperador; Imagem de Nossa Senhora de Guadalupe; Cachoeira do Guilherme
Patrimônio Imaterial	Tapetes de serragem de Corpus Christi; Festa de Nossa Senhora do Rocio (procissão naval no Valo Grande); Festa de Agosto ou Festa do Bom Jesus de Iguape; Carnaval, com ênfase nos blocos antigos; Panelas de barro do Jairê; Fandango; Festa do Robalo; concentração de pescadores, rabequeiros, fandangueiros e violeiros no Rocio; e Festa de São Miguel Arcanjo.

FONTE: IPHAN (2009d)

Segundo o relatório da oficina, embora não tendo ocorrido uma participação massiva da população, o resultado alcançado junto aos participantes foi satisfatório qualitativamente. Enfatiza-se a importância que teve a participação dos mais jovens, e o interesse destes em continuar participando das discussões que levariam ao tombamento em nível federal. Como consta no relatório, este grupo circula bastante pela cidade, conhecendo lugares, imóveis e manifestações culturais de Iguape. Um fator relevante é que os jovens que participaram da oficina não residem no centro histórico da cidade, sendo que muitos deles vivem no bairro do Rocio, do outro lado do Valo Grande. Dessa forma, esse grupo apontou que comunidades ligadas a algumas referências culturais características do Vale do Ribeira e de Iguape residem também fora do centro histórico. Entre essas manifestações estão os grupos de fandango, os rabequeiros, pescadores e escolas e grupos tradicionais de carnaval (IPHAN,2009d).

A maioria dos bens e manifestações apontadas na Oficina não possuía algum tipo de proteção pública/estatal até então. Havia expectativa por parte dos oficiais de que os bens indicados se concentrariam no Centro Histórico, visto que proteções já existentes como o tombamento estadual, poderiam evidenciar esse patrimônio. Embora tenha sido apontada a importância do conjunto já protegido, os participantes da Oficina indicaram uma parcela significativa de bens localizados além da área já tombada e até mesmo fora do núcleo urbano de Iguape. Nesse grupo estão a Vila de Icapara, local da primeira ocupação de Iguape, e o Porto da Ribeira, que dista dois quilômetros do Centro Histórico. Fora do núcleo histórico tombado pelo Condephaat foram citadas também chácaras, localizadas próximas ao Morro da Espia, e fábricas desativadas inseridas na malha urbana, como a Fábrica Única e o Sobradão do Pirá (IPHAN,2009d).

FIGURA 28 – OFICINA MAPA DO PATRIMÔNIO



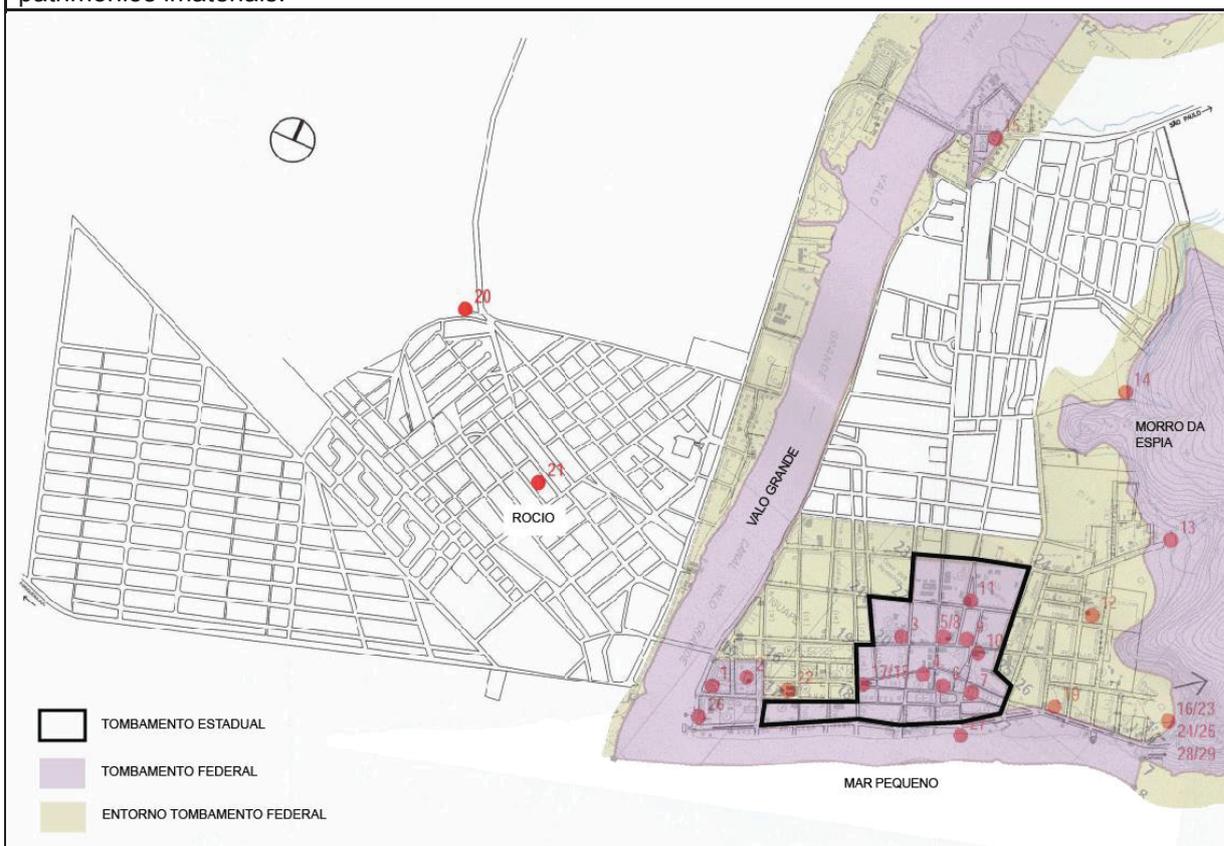
FONTE: IPHAN (2009d)

Durante as oficinas os participantes foram divididos em grupos, resultando em cinco diferentes mapas de bens identificados. Esses mapas podem ser visualizados nos quadros a seguir (Quadro 09 a Quadro 13). Para auxiliar o entendimento de quais desses bens foram posteriormente integrados à proposta de tombamento, os mapas foram adaptados pelo autor, com a demarcação das poligonais de tombamento e entorno.

QUADRO 09 – BENS IDENTIFICADOS PELO GRUPO 1 – SESSÃO DA TARDE

1- Fábrica Única; 2- Capela do Cemitério; 3- Colégio Vaz Caminha; 4- Casa dos azulejos portugueses; 5- Hotel São Paulo; 6- Palacete Lima; 7- Casa de Fundação; 8- Correio Velho; 9- Chafariz; 10- Sobrado dos Toledo; 11- Casa dos Jesuítas; 12- Santa Casa; 13- Fonte do Senhor; 14- Ruínas Porcina; 15- Igreja de São João; 16- Icapara; 17- Igreja do Rosário; 18- Oficina Cultural; 19- Pirá; 20- Sambaqui/Rocio; 21- Rocio (Concentração de grande parte do patrimônio imaterial, como violeiros, rabequeiros e pescadores); 22- Colégio Eulália; 23- Ruínas do Itaguá (Caverna do Ódio); 24- Trilha do Imperador; 25- Imagem de Nossa Senhora de Guadalupe; 26- Antigo Porto da balsa; 27- Porto Grande; 28- Farol de Icapara; 29- Morro da Espia

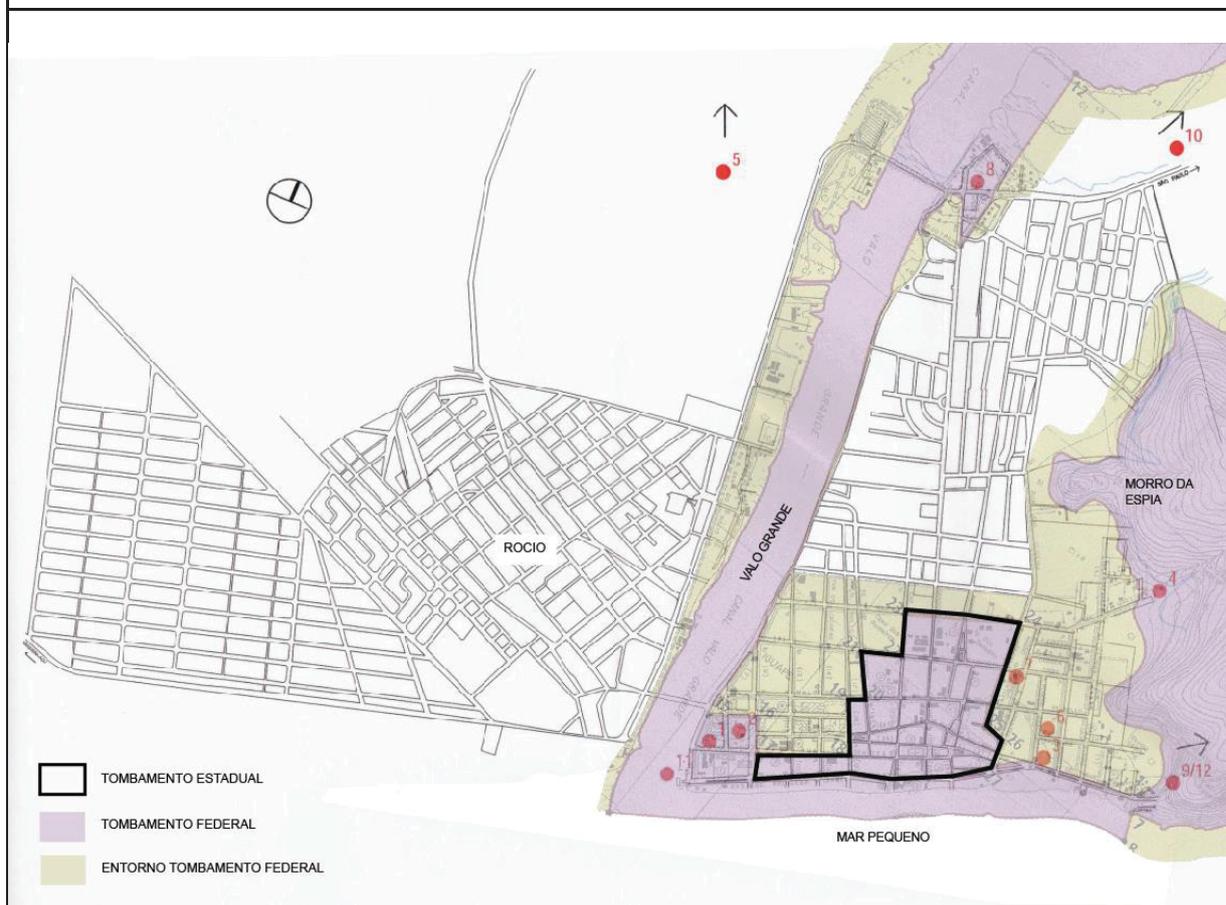
* Foram citados também a Festa do Bom Jesus de Iguape, o Fandango e a Festa do Robalo como patrimônios imateriais.



FONTE: IPHAN (2009d), adaptado pelo autor

QUADRO 10 – BENS IDENTIFICADOS PELO GRUPO 2 – SESSÃO DA TARDE

1-Fábrica Única; 2- Cemitério; 3- Pirá; 4- Fonte do Senhor; 5- Jipovura; 6- Chácara Yanaguisawa;
7- Antiga propriedade da família Carneiro Muniz; 8- Igreja São João; 9- Ruínas do Itaguá;
10- Cambixo; 11- Antigo Porto da balsa; 12- Cristo Redentor

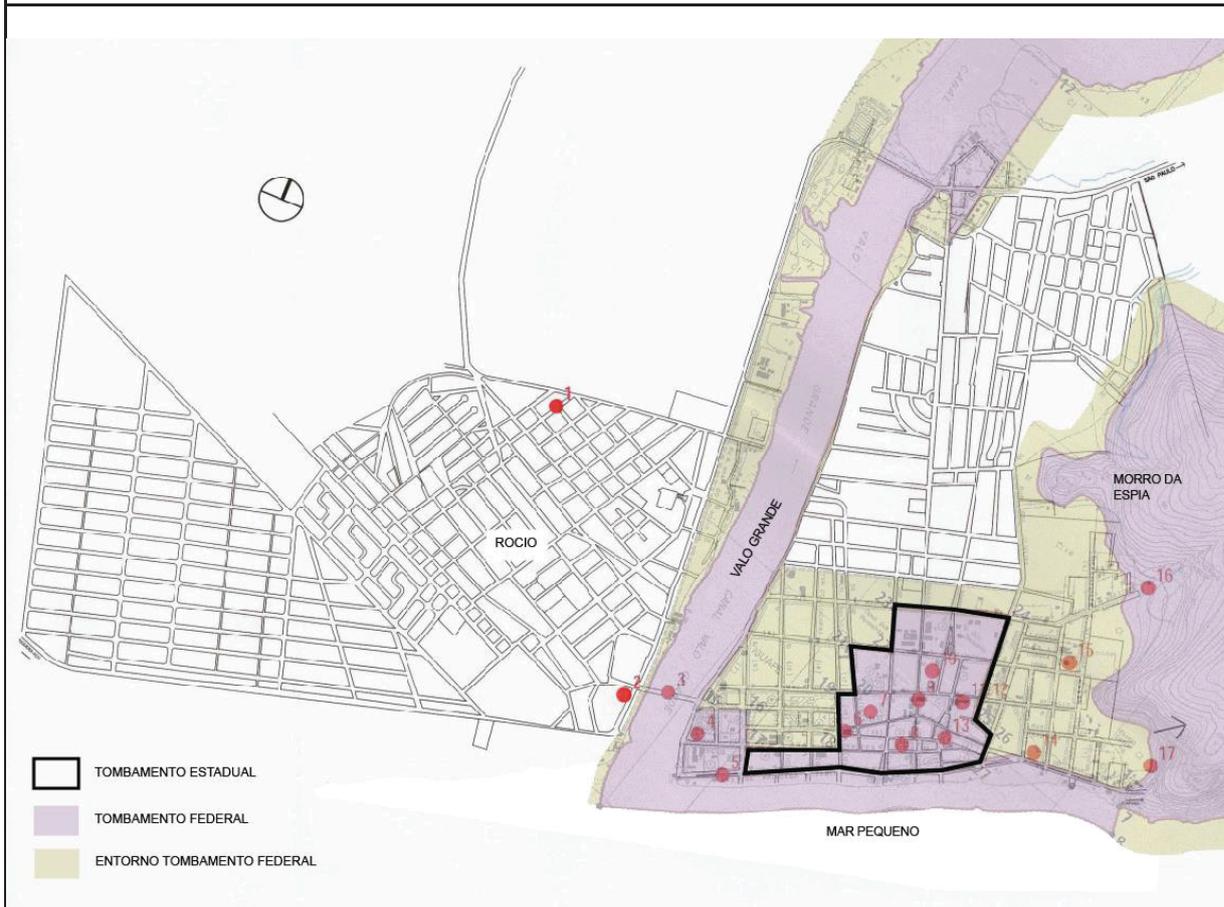


FONTE: IPHAN (2009d), adaptado pelo autor

QUADRO 11 – BENS IDENTIFICADOS PELO GRUPO 3 – SESSÃO DA TARDE

1- Tapete de Serragem (Corpus Christi); 2- Festa de Nossa Senhora do Rocio; 3- Passarela para pedestres no Valo Grande; 4- Fábrica Única; 5- Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape; 6- Oficina Cultural; 7- Casas restauradas pela Oficina Escalo nas ruas XV de Novembro e Sete de Setembro; 8- Carnaval; 9- Hotel São Paulo; 10- Correio Antigo; 11- Sobrado dos Toledo; 12- Sede POA/ Programa Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape; 13- Palacete Lima; 14- Pirá; 15- Santa Casa; 16- Capela restaurada; 17- Cristo Redentor

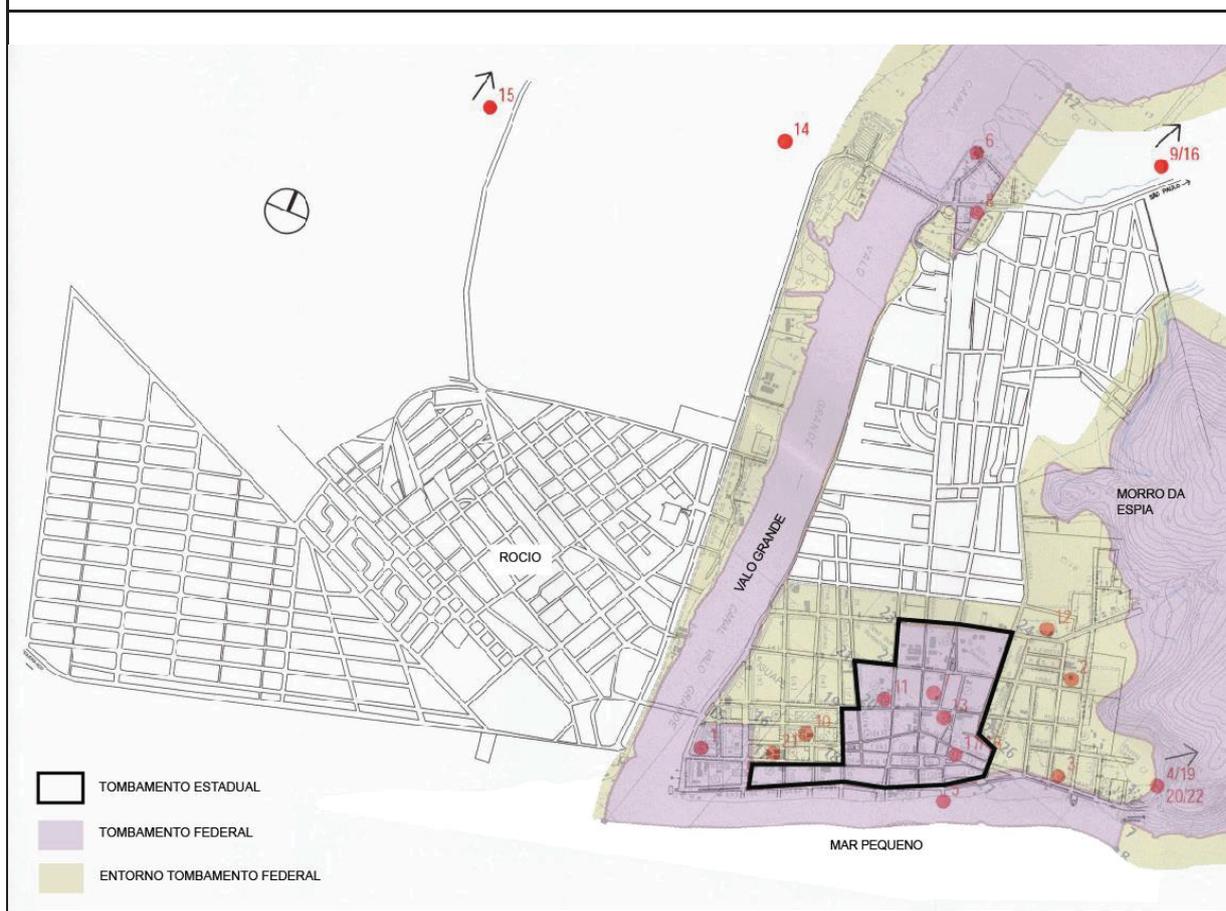
*Foram citados também blocos e escolas de carnaval.



FONTE: IPHAN (2009d), adaptado pelo autor

QUADRO 12 – BENS IDENTIFICADOS PELO GRUPO 1 – SESSÃO DA NOITE

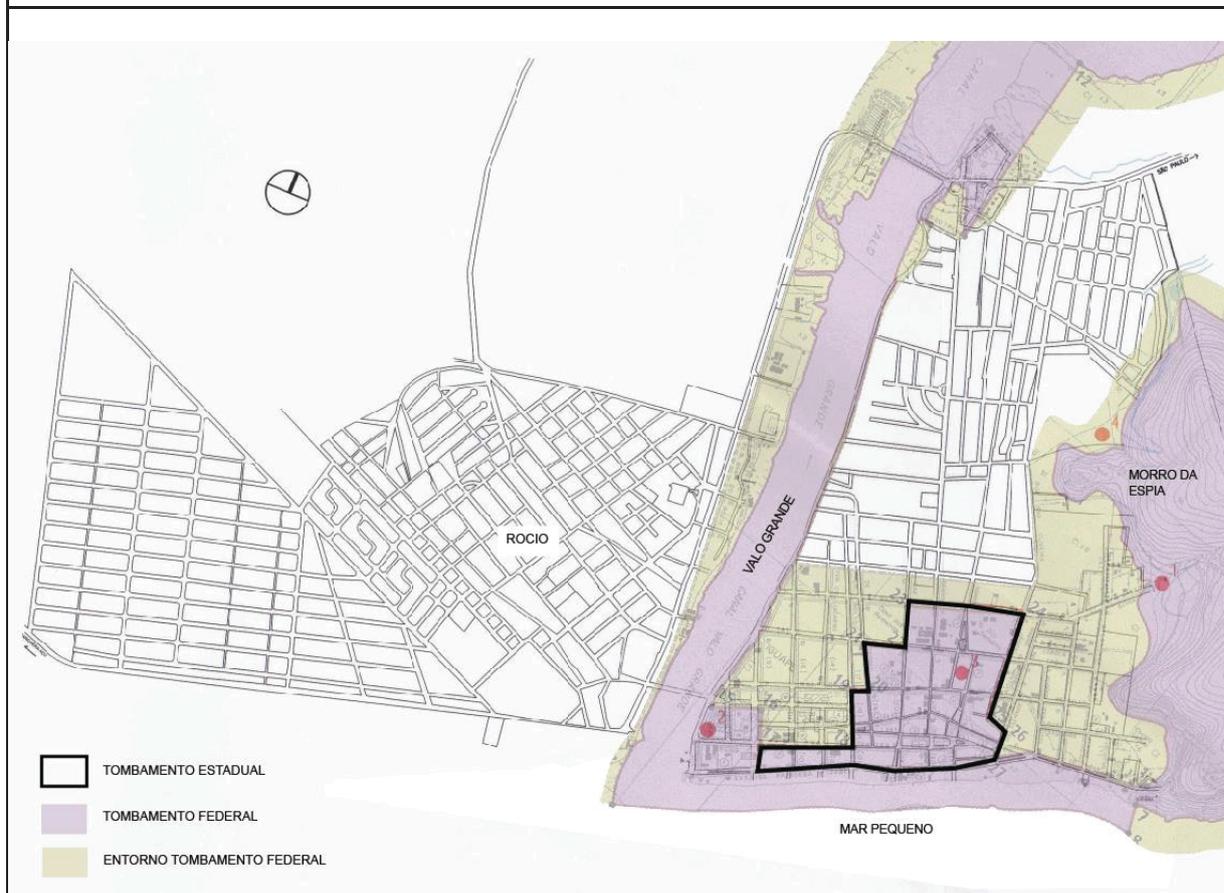
1- Fábrica Única; 2- Santa Casa; 3- Pirá; 4- Ruínas de Itaguá; 5- Porto Grande; 6- Porto do Ribeira;
 7- Correio Antigo; 8- Igreja de São João; 9- Casarões dos Engenhos; 10- Fórum; 11- Colégio Vaz
 Caminha; 12- Sedes de Chácaras; 13- Prédio da Banda; 14- Jipovura; 15- Jairê (painéis pretas);
 16- Cambixo; 17- Casa de Fundição/ Atual Museu de Iguape; 18- Câmara Municipal; 19- Icapara;
 20- Barra do Ribeira/ Prelado; 21- EMEF Benedito Rosa; 22- Cachoeira do Guilherme



FONTE: IPHAN (2009d), adaptado pelo autor

QUADRO 13 – BENS IDENTIFICADOS PELO GRUPO 2 – SESSÃO DA NOITE

1- Fonte do Senhor; 2- Fábrica Única; 3- Praça de São Benedito; 4- Ruínas Porcina



FONTE: IPHAN (2009d), adaptado pelo autor

Comparando o tombamento realizado pelo IPHAN com o existente previamente pelo Condephaat, percebe-se que bens culturais que não estavam incluídos no tombamento estadual e que foram apontados na oficina foram incorporados ao tombamento federal. O Setor Núcleo Histórico é em sua maior parte coincidente com a poligonal estadual. A mudança ocorrida foi a inclusão da quadra referente ao cemitério, citado por duas vezes durante a oficina pelos grupos como referência cultural da cidade.

As diferenças entre o tombamento estadual e federal ficam ainda mais evidentes com a inclusão do Setor do Morro da Espia e do Setor Portuário. O Morro da Espia em si foi apontado como bem cultural durante a oficina. A Fonte do Senhor e as Ruínas do Itaguá, locais incluídos no Setor do Morro da Espia também foram citados na oficina, indicando a relevância cultural que o Morro e seu contexto representam junto aos participantes.

Os bens integrantes do Setor Portuário também foram indicados de forma recorrente pelos grupos na oficina. Podem ser citadas a Fábrica Única, a Capela de São João Batista, o Porto Fluvial, e o Porto Marítimo. Percebe-se dessa forma que houve a inclusão de diversas referências culturais apontadas pelos participantes durante a oficina na proposta de tombamento federal aprovada posteriormente. Enquanto o tombamento estadual existente previamente era focado num patrimônio cultural mais consagrado por suas características artísticas e arquitetônicas, o tombamento federal foi além ao incluir outras formas de bens culturais, especialmente no que se refere ao Setor do Morro da Espia e ao Setor Portuário.

Outro ponto a ser observado é que mesmo que o tombamento tenha por objeto os bens materiais, o conhecimento colhido nas oficinas sobre as manifestações imateriais subsidia o tombamento. Por exemplo, a Procissão Naval da Festa de Nossa Senhora do Rocio, é uma manifestação imaterial que ocorre no Valo Grande, área inserida no tombamento. O Valo Grande, apesar de ter sido uma obra equivocada e prejudicial para a economia da cidade, incorporou-se como aspecto relevante histórica e culturalmente.

Nem todos os bens indicados na oficina foram assimilados ao tombamento, ficando alguns na poligonal de entorno, e outros em áreas sem proteção. Tal fato expõe a característica desse tipo de participação, não como uma incorporação imediata daquilo que é apontado na oficina, mas sim como uma construção conjunta (MOTTA, 2017) ao saber técnico.

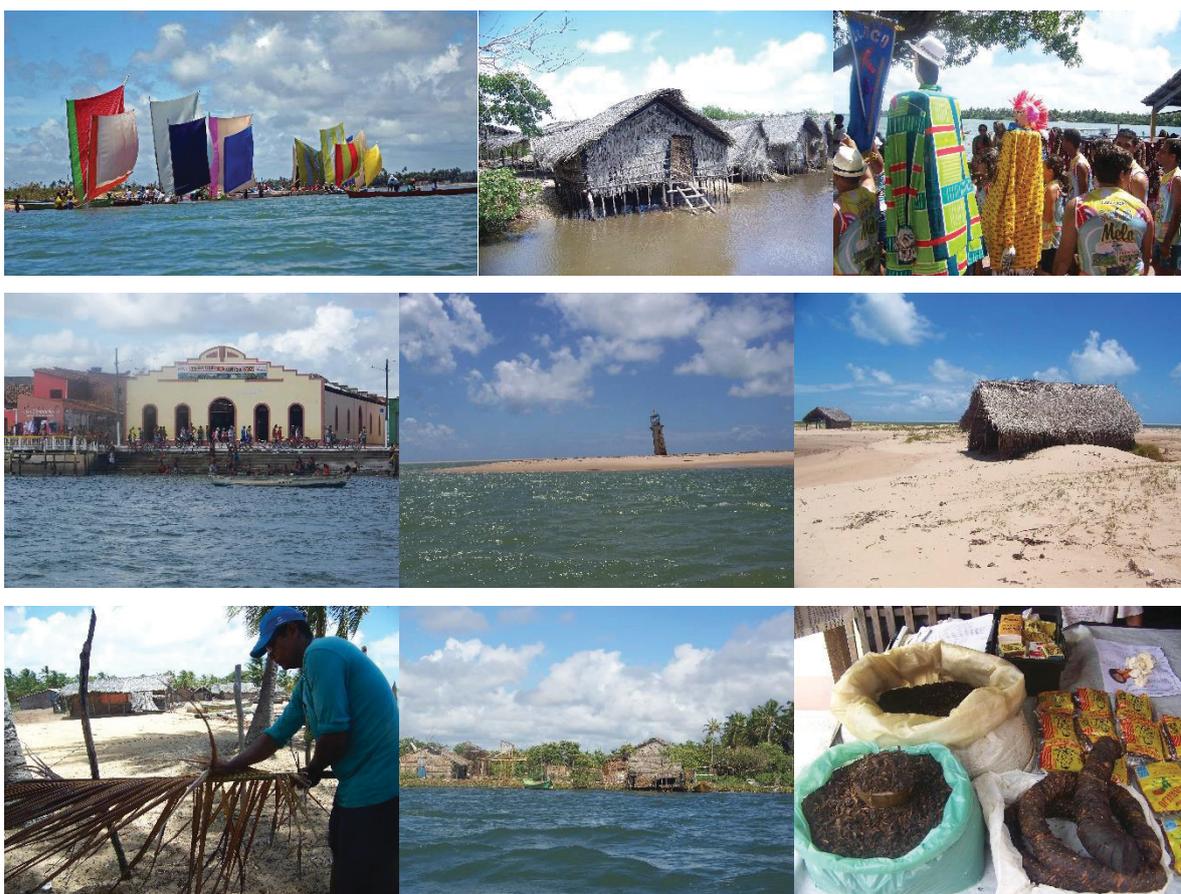
Cabe destacar que apesar das oficinas analisadas terem sido realizadas em um único dia, não se tratou de uma medida isolada. Desde os estudos sobre a paisagem do Vale do Ribeira ao período imediatamente posterior ao tombamento foram realizadas outras ações de educação patrimonial e aproximação com a população, como o “IPHAN Conversa” e as “Rodas de Memória”, além da já abordada abertura da Casa do Patrimônio no Capítulo 4.

Quanto aos participantes nas oficinas, percebe-se que os diferentes grupos identificaram referências variadas. O fato de muitos jovens da oficina realizada durante a tarde morarem no bairro Rocio fez com que apontassem referências presentes naquele local. Caso esse grupo não tivesse sido ouvido, esse patrimônio cultural poderia passar despercebido. Nota-se dessa forma que o envolvimento de grupos variados nas oficinas, contribui para uma leitura mais abrangente da cultura no território.

5.2 CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO

Visando a Chancela da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco, o IPHAN contratou um inventário abrangendo os municípios de Brejo Grande/SE, Pacatuba/SE e Piaçabuçu/AL, com a finalidade de verificar a viabilidade de aplicação da chancela, e formular o dossiê para reconhecimento. A iniciativa partiu do DEPAM, com participação das superintendências estaduais do IPHAN em Sergipe e Alagoas, e do DPI (Departamento de Patrimônio Imaterial). Foi solicitado pela instituição que a empresa ganhadora da licitação contasse com uma equipe multidisciplinar, em função da complexidade do objeto do inventário, e dispusesse de tempo suficiente para ficar em campo para reconhecimento e aproximação com o objeto.

FIGURA 29 – PAISAGEM CULTURAL DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO



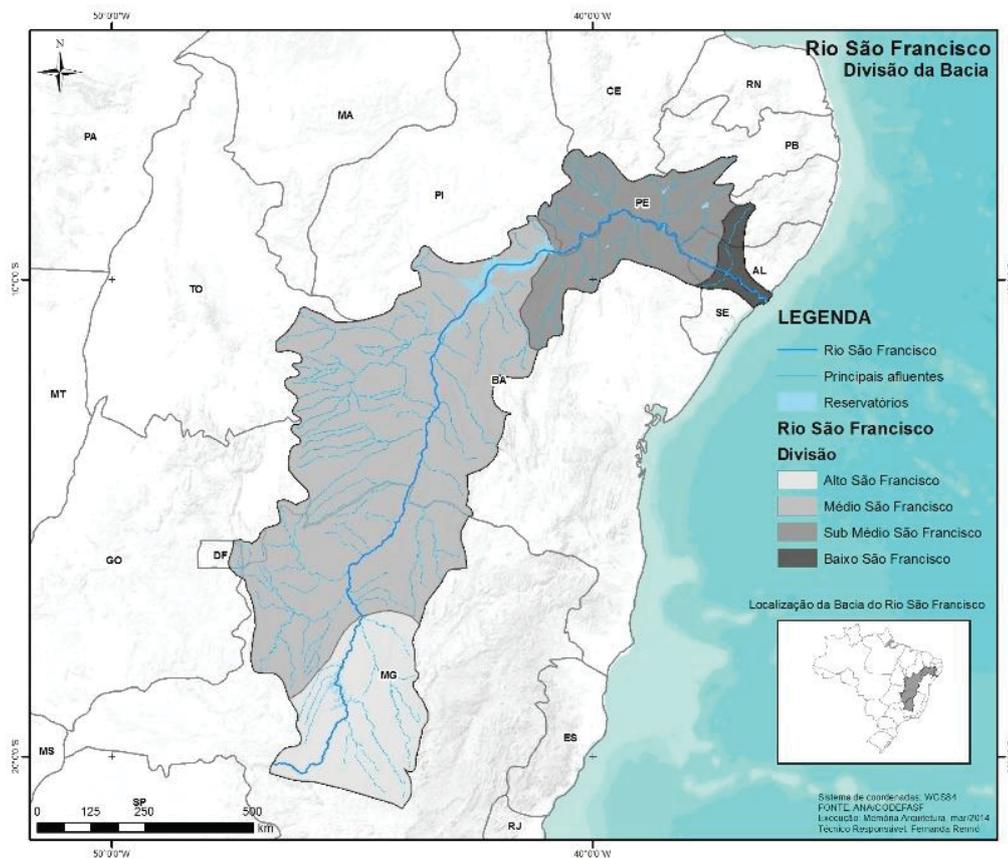
FONTE: IPHAN (2014)

Entre os processos metodológicos, definiu-se a aplicação de entrevistas com pessoas relacionadas à paisagem cultural em questão. Essas entrevistas foram

feitas através de um roteiro estabelecido previamente e sempre mediadas pelos profissionais, a fim de decodificar as respostas sob a ótica do patrimônio. Além disso, levantou-se a necessidade de aplicar as entrevistas com um número de sujeitos sociais variados, com diferentes formas de vivenciar a paisagem. As informações levantadas durante as entrevistas contribuíram para a compreensão da relação dos moradores com a paisagem cultural, e consequentemente nas definições tomadas no relatório final de proposta da chancela (IPHAN, 2014; MONGELLI, 2016).

Apesar da pesquisa sobre a Foz do Rio São Francisco ter sido feita nos anos de 2013 e 2014, o interesse do IPHAN pelas paisagens culturais do rio já era notável em anos anteriores. Entre 2008 e 2010 foi realizado o Inventário do Patrimônio Material das localidades existentes na Calha do Rio São Francisco, numa pesquisa que abrangeu cerca de 90 localidades em cinco estados da federação (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas).

FIGURA 30 – RIO SÃO FRANCISCO E SUAS DIVISÕES

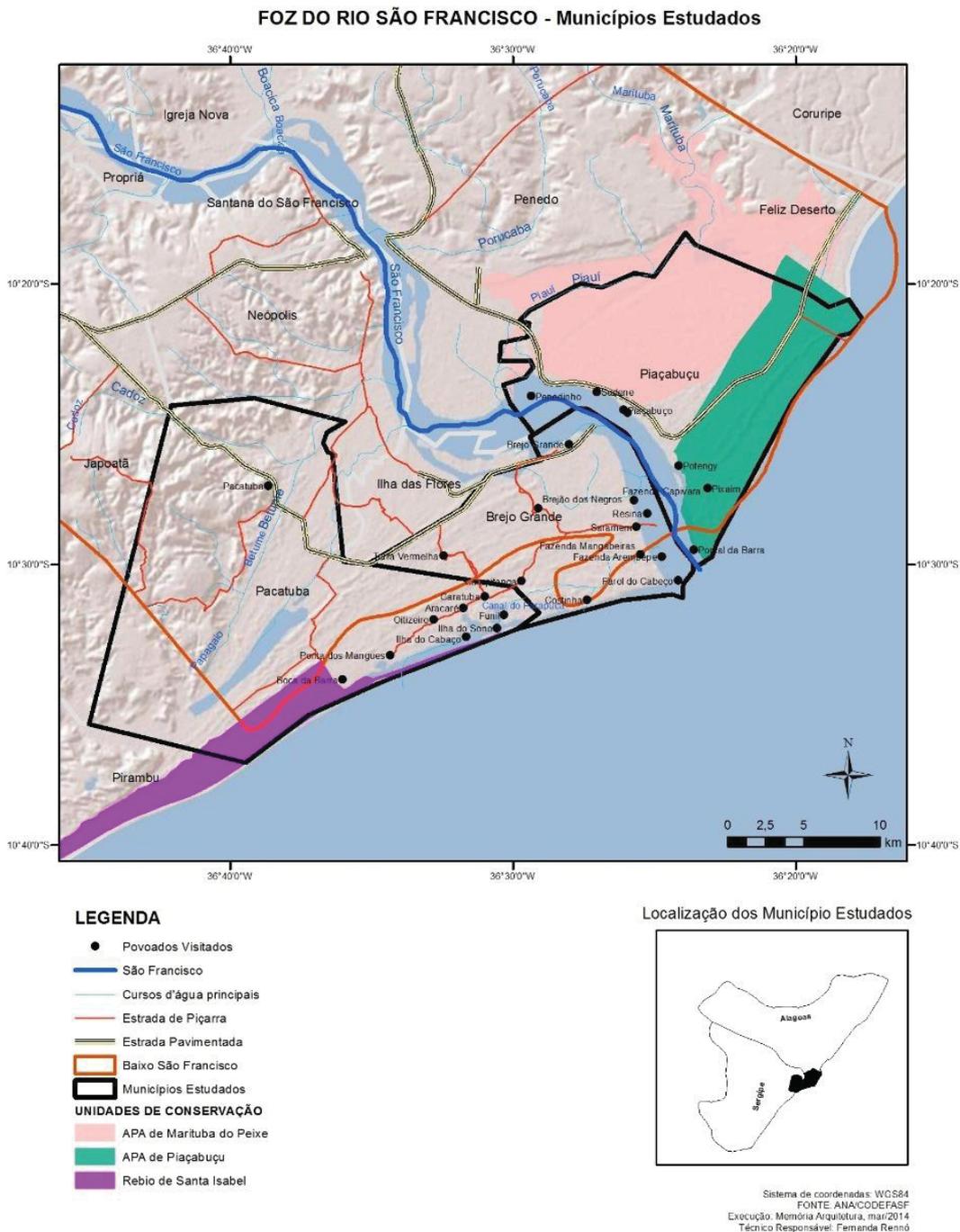


FONTE: IPHAN (2014)

A partir desse estudo, nos anos seguintes surgiram outras reuniões e iniciativas, como a Portaria IPHAN nº450 de dezembro de 2011, que instituiu os grupos de trabalho para tratar da Paisagem Cultural do Rio São Francisco. Foram criados quatro grupos de trabalho divididos por cada estado, com exceção de Alagoas e Sergipe que ficaram juntos no mesmo grupo. No caso específico desses dois estados, foi realizado em 2012 na cidade de Penedo, nos dias 16 e 17 de maio o Seminário Patrimônio Natural do Baixo São Francisco, numa parceria entre o IPHAN, a organização Canoa de Tolda, e a Universidade Federal de Alagoas. Nesse evento estiveram presentes representantes de diversos setores do IPHAN, de universidades, secretarias municipais e organizações da sociedade civil. Ao final do evento foi redigido um documento conjunto onde era apontada a urgência da proposição de um pacto de gestão para a preservação do Baixo São Francisco, seguindo os moldes da Chancela da Paisagem Cultural ao envolver as diferentes esferas de governo e demais setores da sociedade (IPHAN, 2016b).

Segundo Mongelli (2016) nessa mesma oportunidade representantes do IPHAN fizeram uma visita de campo na área da Foz do rio, passando pelos municípios de Piaçabuçu e Brejo Grande. Este reconhecimento do local teria influenciado a elaboração do Termo de Referência do Inventário, e enfatizado a necessidade de ser requerida uma equipe multidisciplinar para a elaboração do trabalho, envolvendo arquitetos e urbanistas, geógrafos, cientistas sociais e historiadores, tendo em vista a complexidade da paisagem cultural. Dessa forma, ao final de 2012 o IPHAN começou a elaborar o Termo de Referência para contratação de estudo sobre o patrimônio cultural da Foz do Rio São Francisco, com a intenção de contar com subsídios para o estabelecimento da chancela. O Inventário fruto desse Termo de Referência foi executado entre o segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014 pela empresa Memória Arquitetura.

FIGURA 31 – ÁREA ESTUDADA



FONTE: IPHAN (2014)

Os resultados do trabalho foram apresentados pela empresa ao IPHAN na forma de quatro produtos, sendo: 1- Estudo do Objeto e Plano de Trabalho; 2- Levantamento de dados em campo e preenchimento das fichas SICG dos módulos de Conhecimento e Cadastro, e Relatório Síntese Interpretativo a partir da elaboração de entrevistas; 3- Relatório sobre legislação incidente na porção territorial da Foz do Rio São Francisco e preenchimento das fichas SICG do módulo

de gestão; 4- Relatório síntese contendo subsídios para o Plano de Preservação da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco; Apontamentos, recomendações e listagem de medidas a serem tomadas entre os pactuantes (MONGELLI, 2016). Os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se no estabelecido no Termo de Referência de contratação elaborado pelo IPHAN, e por orientações complementares disponibilizadas através de referências bibliográficas e material documental levantado previamente. O objetivo foi aferir a memória dos grupos e as relações entre as identidades culturais e a paisagem. A metodologia utilizada buscou compreender o universo cultural e social de cada município, e sua relação com um universo maior, no caso a Paisagem Cultural do Rio São Francisco. Dessa forma, o espaço de estudo incorpora por um lado similaridades, e de outro, especificidades (IPHAN, 2014).

A etapa 1 foi a aproximação inicial da contratada com o objeto de estudo. O produto compreende o detalhamento da metodologia que seria utilizada, a logística durante as visitas de campo, pesquisa bibliográfica inicial e divisão das tarefas na equipe. Nesse momento foi feita uma listagem de instituições com potencial acervo a ser pesquisado, e procedeu-se com uma viagem precursora para reconhecimento do território. Essa viagem também teve o objetivo de estabelecer contato com as instituições e lideranças comunitárias locais. A empresa solicitou para os interlocutores que fossem apontadas pessoas chave que pudessem contribuir com as entrevistas. Buscando a diversidade de agentes sociais, foram listados gestores públicos, lideranças comunitárias, pessoas ligadas às atividades econômicas de cada localidade, moradores antigos e agentes envolvidos com manifestações culturais (MONGELLI, 2016).

A etapa 2 foi a pesquisa de campo propriamente dita, quando foram realizadas as entrevistas. O trabalho partiu do pressuposto que diferentes grupos sociais possuem diferentes apreensões sobre as paisagens. Dessa forma, direcionou-se a identificação e reconhecimento institucional da paisagem cultural a partir da percepção de grupos sociais que habitam essas porções do território (IPHAN, 2014).

A empresa definiu hipóteses para guiar o desenvolvimento do trabalho.

1. Os atores locais constroem sentimentos de pertencimento e de reconhecimento de si mesmos e das próprias comunidades em relação à Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco, atribuindo valores às paisagens a partir de suas experiências individuais e coletivas;
2. Através de uma análise detalhada desse território, seria possível revelar a existência de múltiplas paisagens que conformariam a Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco;
3. A diversidade física e cultural e as diferentes apropriações desses territórios pela população local permitiriam a existência de uma pluralidade de atributos culturais relevantes para a conformação dessas singularidades;
4. O Rio São Francisco seria um elemento referencial para todas as comunidades da porção territorial da Foz do Rio São Francisco (IPHAN, 2014, p.9).

As entrevistas, complementadas por observações dos pesquisadores e fontes bibliográficas, audiovisuais e fotográficas, permitiram apreender os valores associados pelos moradores às paisagens, e identificar referências tanto materiais como imateriais. As entrevistas foram fundamentais na identificação das referências culturais, inclusive devido à escassez de referências bibliográficas disponíveis sobre o contexto cultural específico do território (IPHAN, 2014).

De maneira prévia à viagem aos três municípios foi realizado levantamento em acervos públicos e privados, e em instituições de memória de Sergipe. Com exceção do site do IBGE e da Associação da Canoa de Tolda, a equipe teve dificuldade em acessar documentos por meio digital. Quanto à pesquisa in loco, especialmente em Aracaju, foi feita a consulta a obras que abordavam a Foz do Rio São Francisco e os grupos habitantes do local. Embora tenha sido feita a pesquisa em diversas instituições que em tese poderiam possuir material de interesse, notou-se que os acervos e dados referentes ao objeto de estudo eram limitados. Foram consultadas a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Arquivo do Estado de Sergipe, o Museu da Gente Sergipana, o Memorial de Sergipe, o Arquivo da Capitania dos Portos de Sergipe, e o CODEVASF (IPHAN, 2014).

Após essa pesquisa de acervo, os profissionais fizeram uma incursão nas localidades da Foz do Rio São Francisco durante doze dias. Essa parte do trabalho foi realizada entre os dias 30 de janeiro e 11 de fevereiro de 2014. A equipe dirigiu-

se inicialmente de Aracaju para Pacatuba e seus povoados. Em seguida Brejo Grande, e por último Piaçabuçu e suas respectivas ilhas e povoados no Alagoas. Nessas localidades, a equipe empreendeu busca de acervos locais. A procura junto a acervos públicos foi infrutífera. Os materiais obtidos, como registros fotográficos e documentários, foram concedidos por moradores e representantes de entidades da região (IPHAN, 2014).

Nesse momento ocorreram as entrevistas, que foram articuladas a partir de contatos prévios realizados em trabalho de campo anterior, ocorrido em dezembro de 2013. Buscou-se entrevistar uma multiplicidade de integrantes dos grupos locais, num entendimento de que a paisagem cultural é construída coletivamente e por diversos atores. Foram entrevistados representantes de comunidades quilombolas, pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo, carpinteiros navais, agricultores familiares e tiradores de coco, fazedores de muros de lagos, de redes, covas e pilões, artesãos, doceiras, entre outros, como pode ser visto no Quadro 14. Observou-se um cuidado em relação à diversidade de gênero e de localização onde a pessoa exercia seu ofício (IPHAN, 2014).

QUADRO 14 – ENTREVISTADOS

INFORMANTE	RELAÇÃO COM A PAISAGEM
1. Antônio Francisco dos Santos (Chide)	Pescador e morador de Resina, povoado quilombola de Brejo Grande
2. Luciano Santos Caete (Pintinho)	Pescador e medidor de atividade pesqueira, morador de Ponta dos Mangues, povoado de Pacatuba
3. Adalto do Carmo (Joinha)	Rezador, Mestre de Maracatu e antigo morador de Brejão dos Negros
4. Adriene Lúcia e Geilma Feitosa	Gestoras Públicas / Secretaria Municipal de Turismo de Piaçabuçu e Secretária de Meio Ambiente de Piaçabuçu
5. Ailton José Pinheiro de Oliveira (Zé do Amarelo)	Presidente da Associação de Pescadores de Aracaré, pescador, marisqueiro e criador de camarão, antigo morador de Aracaré, povoado de Pacatuba
6. Antônio Fernandes e Raimundo Fernandes:	Moradores de Penedinho, povoado de Piaçabuçu
7. Antônio Paulo dos Santos (Tonho)	Pescador, marisqueiro dedicado ao cultivo de ostra
8. Arisvaldo Viera Mello	Responsável pelo Memorial da Cidade de Pacatuba
9. Carlos Eduardo Ribeiro Júnior	Diretor da Sociedade Sócio-Ambiental Canoa de Tolda.
10. Cícero Cruz da Silva (Mestre Ferrêncio)	Mestre carpinteiro, proprietário de estaleiro de Piaçabuçu.
11. Clesivaldo	Presidente da Associação Assentamento Quilombola de Resina;
12. Dalva de Castro e Jasiel Martins	Diretores da ONG Olha o Chico, de Piaçabuçu.
13. Francisco de Oliveira Caete (Seu Tito):	Presidente da Associação de Pescadores de Ponta dos Mangues, proprietário de antiga embarcação.

14. Geilma	Secretária Municipal de Meio Ambiente de Piaçabuçu.
15. Generson dos Santos	Tartarugeiro do Projeto Tamar e morador da Ilha Funil.
16. Genivaldo dos Santos –	Ex-Pescador e fabricante de redes, morador de Ponta dos Mangues, povoado de Pacatuba
17. Genivaldo dos Santos (Vado) e Francisco Assis	Gestores Públicos / Secretário de Turismo de Pacatuba e Assessor da Secretaria de Turismo de Pacatuba
18. Gerson Júnior:	Morador de Resina, povoado de Brejo Grande
19. Iara Calisto	Moradora de Pixaim, povoado de Piaçabuçu
20. Iraci	Pequena produtora de coco, moradora de Terra Vermelha, povoado de Brejo Grande
21. Izaias Luiz dos Santos	Proprietário da casa de farinha de Terra Vermelha, pequeno agricultor, piscicultor, morador de Terra Vermelha, povoado de Brejo Grande
22. Jaqueline Dias Pereira	Comerciante, filha de antiga integrante do Reisado e do Maracatu, moradora de Brejão dos Negros, povoado de Brejo Grande
23. Jorge dos Santos Rosa	Presidente da Associação de Pescadores de Boca da Barra, – antigo morador de Boca da Barra.
24. José Geraldo dos Santos (Mestre Galego)	Mestre carpinteiro naval de Sudene, povoado de Piaçabuçu
25. José Gomes Barboza (Galeguinho da Praia)	Pescador, compositor e cantor, morador de Brejo Grande
26. José Henrique Teles dos Santos	Pescador, antigo morador do Povoado Cabeço, proprietário de uma das barracas do farol do Cabeço
27. José Milton (Zé da Veia)	Artesão de miniaturas de embarcação em Piaçabuçu
28. Luzinete Vítor dos Santos (Dona Nete)	Comerciante, moradora de Penedinho, povoado de Piaçabuçu
29. Manoel Calisto	Ex-pescador e ex-agricultor, morador da comunidade quilombola de Pixaim
30. Maria Orlando dos Santos (Dona Maí)	Presidente da Associação das Artesãs e Doceiras de Saramém, povoado de Brejo Grande
31. Luiz Evangelista Cruz da Silva (Mestre Lula)	Pescador e Mestre carpinteiro naval de Piaçabuçu
32. Milton Severino dos Santos	Integrante da Cooperativa dos Catadores de Coco do Baixo São Francisco, apicultor, pequeno agricultor, morador de Potengy, povoado de Piaçabuçu
33. Neusa Sérgio Pinheiro	Cozinheira, proprietária de restaurante, antiga moradora de Brejo Grande
34. Poliana Barreto dos Santos	Pescadora, marisqueira, moradora de Carapitanga, povoado de Brejo Grande
35. Thatiana Carvalho dos Santos	Bióloga responsável pelo Projeto Tainha de Turismo de Base Comunitária em Ponta dos Mangues, povoado de Pacatuba.
36. Valmir dos Santos	Antigo morador do extinto povoado de Costinha; morador de Brejão dos Negros, tartarugeiro do Projeto Tamar.

FONTE: IPHAN (2014)

As entrevistas foram feitas através de perguntas semiestruturadas. Essas entrevistas não se basearam em critérios estatísticos, de forma que as informações coletadas não dizem respeito à totalidade da população moradora na região. Trata-se, desse modo, de uma parte de possíveis representações simbólicas que o rio tem junto à comunidade, numa análise qualitativa e não quantitativa. Buscou-se localizar

significados atribuídos à paisagem e apreender a memória individual e coletiva, passando pelas trajetórias históricas e simbólicas dessa população junto ao rio. A interação com os agentes, conversas informais, e a observação da paisagem também foram um ponto importante para os pesquisadores na compreensão do contexto cultural (IPHAN, 2014).

FIGURA 32 – ALGUNS DOS ENTREVISTADOS



FONTE: IPHAN (2014)

Nem todos os contatos realizados foram registrados digitalmente, pois alguns moradores não se sentiram a vontade de relatar determinadas situações ao saber que a entrevista estava sendo gravada. Apesar de existir um roteiro pré-estabelecido, as entrevistas foram adaptadas de acordo com o entrevistado e à dinâmica da entrevista. Houve casos em que não foram questionados todos os pontos do roteiro, e em outros a entrevista ficou focada em um ponto específico que seria de maior contribuição por parte do entrevistado. Quanto à duração, os encontros foram variados, entre 15 minutos e 1 hora e 40 minutos. Essa variação de tempo ocorreu tanto em função da quantidade de informações que o entrevistado possuía para contribuir, como de sua disponibilidade de tempo (IPHAN, 2014).

O roteiro de entrevista começa com a identificação do informante, passando por informações como o nome, apelido, idade, telefone, e-mail, endereço e ocupação. Depois o roteiro é separado em quatro seções, sendo a primeira referente a história pessoal do informante no território.

QUADRO 15 – HISTÓRIA PESSOAL NO TERRITÓRIO

1. Há quanto tempo reside no local?
2. A sua família residia no local?
3. Quando e por quais motivos você e a sua família vieram para o local?

4. Como é viver no local?
5. O que mais gosta da vida no local?
6. Quais são as principais dificuldades da vida no local?
7. O que, na opinião do informante, deveria ser mudado?

FONTE: IPHAN (2014)

Após esse contato inicial, o segundo grupo de perguntas diz respeito à percepção da paisagem. Passa por questões gerais, como o entendimento do que é paisagem por parte do entrevistado, até perguntas mais específicas, como a relação com o rio e o mar.

QUADRO 16 – PERCEPÇÃO DA PAISAGEM

8. O que é paisagem para você?
9. Quando se fala em Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco, o que isso significa para você? Que imagens aparecem na sua mente?
10. Quais os elementos existentes na paisagem que se destacam para você, e por quê?
11. Quais são as mudanças na paisagem que você tem percebido ao longo do tempo e quais fatores têm causado essas mudanças?
12. Qual é a importância do rio São Francisco para você, para os outros moradores da localidade e da região?
13. Qual é a importância do mar para você, para os outros moradores da localidade e da região?
14. Como as pessoas se relacionam com o lugar? (indagar quais práticas de lazer, de subsistência, de religiosidade e de trabalho são importantes para o informante e para outros grupos da comunidade).
15. Se você tivesse que se mudar amanhã, e pudesse levar uma fotografia de alguma paisagem que do seu ponto de vista representa sua região, qual seria? (representatividade)

FONTE: IPHAN (2014)

O terceiro grupo de perguntas se refere mais diretamente às referências culturais, questionando sobre celebrações, grupos culturais e tradicionais, comidas, histórias, lugares, entre outras manifestações.

QUADRO 17 – REFERÊNCIAS CULTURAIS

16. Quais são as festas/celebrações que você conhece ou participa na região? Quais as épocas

dela?

17. Quais são as músicas, danças, encenações que você considera típicas da região? Quando elas são realizadas?
18. Existem grupos culturais na região? (perguntar também sobre grupos relacionados a atividade de outra natureza, tais como religião ou atividades de subsistência).
19. Você participa de algum desses grupos?
20. Você acha que há um jeito de falar próprio da região? Como é esse jeito?
21. Conhece alguma manifestação cultural da região que existia antigamente e hoje não tem mais?
22. Quais são as histórias que existem sobre o rio São Francisco ou sobre a localidade? (considerar narrativas de eventos históricos e mitos ou lendas).
23. Quais são as principais comidas? Elas têm preparos ou receitas especiais?
24. Quais são os lugares mais importantes da região e por quê? (entre os lugares construídos/modificados pela ação do homem, os paisagísticos ou naturais, e os sagrados).
25. Existem comunidades tradicionais, grupos étnicos e grupos indígenas?
26. Cite os principais grupos culturais e suas lideranças existentes no município/no povoado.

FONTE: IPHAN (2014)

O final da entrevista traz questionamentos sobre a preservação da paisagem, passando pelos cuidados que a população tem em relação à paisagem, os atos que a prejudicam, e ações que poderiam ser feitas para a preservação.

QUADRO 18 – PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

27. Você acha que as pessoas cuidam ou se preocupam com a paisagem?
28. O que mais destrói ou causa problemas à paisagem?
29. Você gostaria de fazer alguma coisa para preservar a paisagem? O que você acha que poderia ser feito?
30. Você conhece órgãos públicos ou instituições que trabalham com a preservação da paisagem?

FONTE: IPHAN (2014)

A partir da pesquisa de campo foram preenchidas fichas utilizando o modelo SICG (Sistema Integrado de Controle e Gestão). Foram feitas a ficha de contextualização geral e fichas de contexto imediato referentes a cada município. As fichas de contexto imediato levaram em conta aspectos geográficos, econômicos, culturais e históricos de cada município, sempre abrangendo tanto os aspectos

gerais como particulares de cada grupo social. Desse modo, possibilitou-se a leitura dos grupos dentro do aspecto geral de cada município. Foram também preenchidas fichas específicas de aprofundamento em determinadas manifestações culturais integrantes da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco (Quadro 19).

QUADRO 19 – MANIFESTAÇÕES COM FICHAS ESPECÍFICAS

Patrimônio Material	Farol do Cabeço; Casa de Farinha; Canoa de Taparica; Canoa de Tolda; Canoa de Corrida; Casa de Taipa; Casa de Palha; Foz do Rio São Francisco
Patrimônio Imaterial	Arquitetura Vernacular Praieira (Modo de Fazer); Artesanato de Palha Ouricouri e Palha de Taboa (Modo de Fazer); Carpintaria Naval (Ofício); Corrida de Canoas (Forma de Expressão); Culinária (Modo de Fazer) Cultura do Coco (Modo de Fazer/ Ofício) Festa de Bom Jesus dos Navegantes (Celebração) Pesca Artesanal (Modo de Fazer/Ofício)

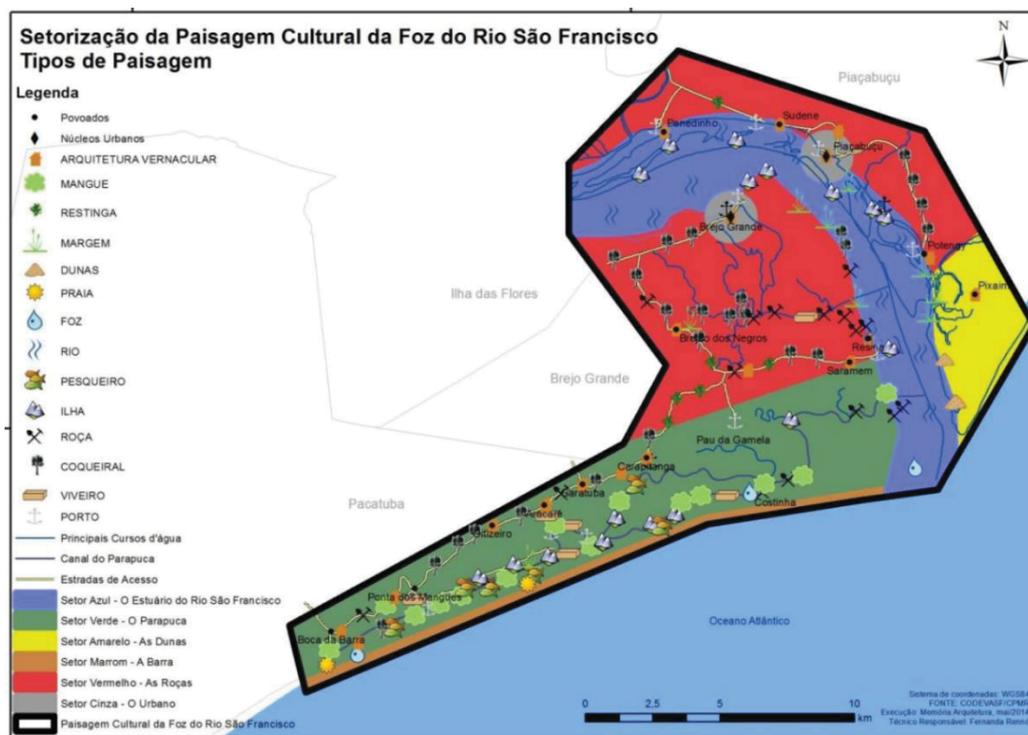
FONTE: IPHAN (2014)

Finalizada a pesquisa de campo, partiu-se para a Etapa 3. Esse momento buscou qualificar os levantamentos realizados nas duas etapas anteriores, produzindo a delimitação do território a ser acutelado e gerando subsídios para um plano de gestão. Para tanto foram produzidas as fichas do SICG do Módulo de Gestão, M201-Pré Setorização e M202- Caracterização dos Setores. Esse exercício envolveu a identificação de cada porção do território com suas características, questões de risco, demandas e potencialidades, além da proposta de diretrizes de planejamento estratégico (MONGELLI, 2016).

Embora todo o território tenha sido historicamente transformado pela ação humana, na pré-setorização foram identificadas áreas com características mais 'naturais' e outras onde a intervenção humana fica mais evidente. A pré-setorização também considerou aspectos históricos, socioeconômicos, físicos e de uso do solo, a presença de bens materiais e imateriais de interesse de preservação, e a apropriação e os reconhecimentos que os agentes locais têm das paisagens. Nesse ponto as narrativas orais recolhidas durante as entrevistas foram a base para a interpretação das atribuições de valor das paisagens culturais de cada setor feitas

pelas populações ribeirinhas. Segundo interpretação da equipe, o elemento água foi o aspecto comum que interligada todos os setores na narrativa dos entrevistados. A água foi citada como elemento de fartura, de construção e modificação da paisagem, e o fator que gera o uso e ocupação do território (MONGELLI, 2016).

FIGURA 33 – SETORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURA DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO



FONTE: IPHAN (2016b)

QUADRO 20 – SETORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURA DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO

Setor	Síntese
Azul- O Estuário do Rio São Francisco	Uso e dinâmica das águas
Verde- O canal do Parapuca	Manguezais e os usos que sem fazem deles
Amarelo- As Dunas	Dunas, ponto de final para onde se dirigem vários roteiros turísticos
Marrom- A Barra	Formação que ocorre nas desembocaduras dos canais, estuários e demais cursos d'água, com influência do encontro do rio com o mar.
Vermelho- As roças	Propriedades rurais típicas de agricultura familiar, sendo também o setor que abrange as comunidades quilombolas.
Cinza- O urbano	Os núcleos urbanos dos municípios de Brejo Grande-SE e Piaçabuçu-AL.

FONTE: MONGELLI (2016)

Para cada setor foram apontadas medidas necessárias para preservação, levando-se em conta também um plano de gestão integrado numa perspectiva continuada. A formulação dessas medidas amparou-se na pesquisa da legislação

incidente na área, e nas formas de gestão adotadas pelos agentes públicos, privados e pela sociedade civil.

A quarta e última etapa serviu para refinar e aprofundar os produtos gerados nos períodos anteriores. Nesse momento foi elaborada a proposta do dossiê para a Paisagem Cultural do Rio São Francisco, baseada nos conhecimentos organizados previamente nas fichas SICG, interpretação das entrevistas e revisão sobre as legislações incidentes. Nesse período de fechamento da pesquisa houve recomendação do IPHAN em que a empresa contratada evitasse gerar expectativa quanto ao estabelecimento da chancela. Com o tempo essa preocupação da instituição mostrou-se coerente, pois realmente não houve a efetivação da chancela após o término da pesquisa. Também estavam previstas, na etapa final, oficinas no território com as comunidades ribeirinhas, representantes do IPHAN e da empresa contratada, porém essas oficinas acabaram não ocorrendo (IPHAN, 2016b).

Diante do exposto, nota-se que no caso do Inventário da Paisagem Cultural do Foz do Rio São Francisco a inclusão da população no processo provém do próprio conceito de paisagem cultural. Sendo a paisagem cultural entendida como resultado da interação humana com o meio, não faria sentido um estudo que não considerasse os grupos sociais envolvidos. Além disso, por se tratar de um patrimônio cultural não 'consagrado', eram escassas as fontes bibliográficas existentes sobre o patrimônio cultural do local, enfatizando a essencialidade do contato e trabalho de campo. Percebe-se que a iniciativa de aproximação com os grupos locais e produção de conhecimento, além da finalidade principal de embasar a chancela, tem também a função de evidenciar a importância histórica de locais ao inseri-los nas narrativas oficiais e acadêmicas, de onde estiveram à margem por muito tempo.

Nesse caso a metodologia utilizada foi a aplicação de entrevistas com representantes de determinados grupos sociais presentes no recorte de estudo. Realizadas em um período de doze dias, as entrevistas foram o momento de culminação de um processo que começou antes, tanto de pesquisa e entendimento de quais questões deveriam ser observadas nesse contato com a população, como de articulação prévia para abranger agentes estratégicos nas leituras sobre a paisagem cultural.

A audição das entrevistas realizadas nesse momento revela que apesar de existir um roteiro pré-estabelecido com perguntas específicas, as entrevistas não

foram uma sequência de perguntas e respostas, mas sim tiveram um caráter de conversa onde eram aos poucos reveladas as informações aos profissionais. A sequência pré-estabelecida no roteiro começando com perguntas relacionadas à vida pessoal do entrevistado contribuiu para a construção de uma ponte entre entrevistador e entrevistado. Nota-se também o esforço em manter o diálogo (MOTTA, 2017) de forma compreensível para o entrevistado, traduzindo os termos técnicos para linguagem mais próxima do cotidiano. Caso houvesse a aplicação direta das perguntas os conceitos que já são de difícil entendimento poderiam trazer ainda maior confusão ao entrevistado. O fato de ter sido realizado um considerável número de entrevistas, e a habilidade da equipe para dialogar com esses agentes, contribuiu para uma coleta satisfatória de informações e do entendimento da paisagem cultural a partir da visão dos grupos sociais atuantes no território.

Enquanto observa-se que o período de entrevistas e aproximação com as populações da Foz do Rio São Francisco foi frutífera, os passos seguintes apresentaram deficiências. Em primeira análise porque oficinas que ocorreriam na etapa final envolvendo o IPHAN, a empresa contratada e atores locais não ocorreram. Partindo do entendimento de participação como poder de decisão (ARNSTEIN, 1969), se as entrevistas realizadas não levaram a ações concretas, deixam de ter um caráter de ações participativas, restringindo-se a um papel de identificação do patrimônio cultural. Por fim, o fato de que após a conclusão do estudo, a Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco não foi chancelada e não foi firmado um pacto de gestão. Portanto, o conhecimento construído não se converteu na ação que motivou o fazimento do inventário. Mesmo considerando que apesar disso a própria elaboração da pesquisa possa ter fomentado questões sobre o patrimônio cultural no local, um fator de risco é a frustração gerada nos grupos do território com a não concretização da chancela.

Uma observação final é que as questões problemáticas apontadas ao final da experiência não estão relacionadas apenas a esse caso, mas sim a um contexto maior. Apesar do empenho da empresa contratada e dos variados setores do IPHAN que estavam trabalhando em conjunto, os processos de chancela em geral foram sobrestados. Casos como o da Foz do Rio São Francisco incitaram o debate interno no IPHAN sobre as dificuldades na aplicação da chancela e seu pacto de gestão. Debate esse que contribuiu para desencadear as propostas de alteração no instrumento da chancela que estão em curso.

5.3 O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO MINHOCÃO CONTRA GENTRIFICAÇÃO

O inventário foi uma proposta de identificar e mapear de maneira participativa as referências culturais do entorno do Minhocão, nome popular atribuído ao Elevado Presidente João Goulart, inaugurado na década de 1970 no centro de São Paulo. Foi realizado como uma ação educativa da Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial) em parceria com o grupo Baixo Centro. A Repep é um coletivo de educadores relacionado à memória social, cultura e patrimônio, e o Movimento Baixo Centro busca a ocupação criativa dos espaços públicos, atuando no centro da cidade (REPEP, 2019).

FIGURA 34 – TEATRO DE JANELA, UMA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO MINHOCÃO IDENTIFICADAS NO INVENTÁRIO

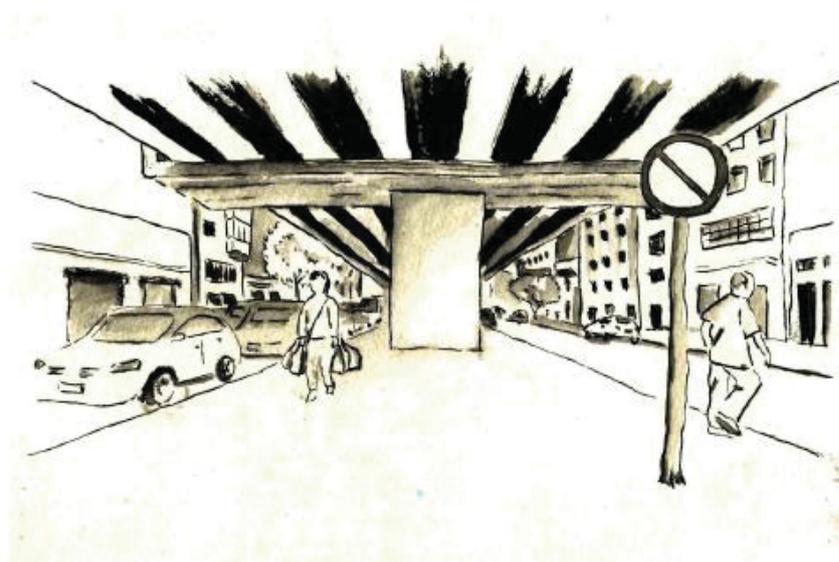


FONTE: REPEP (2019)

O trabalho, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar teve como objetivo levantar uma discussão crítica sobre o processo de gentrificação em curso no local, fruto de políticas públicas de revalorização imobiliária da região. Após a inauguração do Minhocão na década de 70 ocorreu uma depreciação da qualidade de vida nas quadras lindeiras, devido ao tráfego intenso e poluição sonora e atmosférica. Aos poucos a região foi passando por uma desvalorização imobiliária e sendo reocupada

por populações mais pobres. Da ocupação desses grupos populares durante décadas decorreram as práticas urbanas e culturais identificáveis nos dias de hoje. Na atualidade o entorno do Minhocão é local de referências para grupos de trabalhadores e moradores pobres do centro, grupos LGBTQ+, imigrantes que chegaram recentemente à cidade, população em situação de rua, e trabalhadores relacionados com a área cultural. Sendo realizado desde 2016 através da metodologia desenvolvida e disponibilizada pelo IPHAN, o inventário participativo mapeou 45 referências culturais, distribuídas entre as categorias de saberes, formas de expressão, celebrações, lugares, edificações e objetos. Tais referências culturais, que representam um patrimônio da vida cotidiana paulistana encontram-se em risco de desaparecimento, visto que estão em grande parte relacionadas a grupos sociais vulneráveis ao processo de expulsão causado pela gentrificação. O dossiê final foi disponibilizado em 2019 pelo site da Repep (NITO e SCIFONI, 2017; REPEP, 2019; SCIFONI, 2019).

FIGURA 35 – CAPA DA DOSSIÊ DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO MINHOCÃO CONTRA GENTRIFICAÇÃO



FONTE: REPEP (2019)

No Inventário do Minhocão, as categorias das referências culturais seguiram o proposto no Manual de Aplicação dos Inventários Participativos do IPHAN de 2016, porém houve uma adaptação com a inclusão de uma nova categoria chamada Edificações. Como pode ser observado no Quadro 21, as categorias dos Inventários Participativos de 2016 foram baseadas e adaptadas a partir de uma metodologia

anterior, o Inventário Nacional de Referências Culturais⁸ (INRC). No Inventário do Minhocão foi adotada uma adaptação entre as categorias propostas nas duas metodologias tendo em vista as especificidades do estudo (REPEP, 2019)

QUADRO 21 – COMPARATIVO ENTRE A CATEGORIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Categorias		
Inventários Participativos	Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)	Inventário do Minhocão
Celebrações	Celebrações	Celebrações
Formas de Expressão	Formas de Expressão	Formas de Expressão
Saberes	Ofícios e Modos de Fazer	Saberes
Não há essa categoria	Edificações	Edificações
Lugares	Lugares	Lugares
Objetos	Não há essa categoria	Objetos

FONTE: REPEP (2019)

O trabalho foi dividido em três etapas: Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação. O inventário foi realizado durante quatro anos, de forma voluntária, implicando na entrada e saída de novos integrantes ao longo do processo (REPEP, 2019).

Quanto à formação da equipe, na etapa Levantamento Preliminar, entre 2015 e 2016, foi composta por membros da Repep, e do Movimento Baixo Centro. Também contribuíram professores e alunos da Universidade de São Paulo, Universidade São Judas Tadeu e Universidade Presbiteriana Mackenzie. Para a etapa de Identificação foi necessário aumentar o número de voluntários envolvidos. Dessa forma foi lançada uma chamada pública em 2016 por meio das redes sociais. Em seguida realizou-se uma formação de 4 horas como maneira de preparar a nova equipe para o desenvolvimento do inventário. A formação foi feita em parceria com o

⁸ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa disponibilizada pelo IPHAN no ano 2000. Seu objetivo é identificar e documentar bens culturais de qualquer natureza buscando abranger a pluralidade e diversidade dos grupos que formam a sociedade; e apreender os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores dos sítios tombados, tratando-os como parceiros legítimos e preferenciais na preservação (IPHAN, 2000).

Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, contando com a participação de 46 pessoas interessadas. Durante a atividade foram explicitadas as motivações do trabalho, o conceito de referência cultural e a metodologia a ser utilizada. Empreendeu-se ainda um exercício prático para compreensão e problematização das categorias. Também foram apresentadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados durante as entrevistas e contato com os grupos sociais. Ao final os voluntários foram divididos em grupos coordenados por um profissional responsável (REPEP, 2019).

Em fevereiro de 2017 foi necessário realizar uma nova chamada, tendo em vista a desistência de um número significativo de pesquisadores do grupo inicial. Essa nova chamada também foi vista como uma oportunidade de rever o papel dos pesquisadores, visto que era esperada uma atuação autônoma que não estava ocorrendo na prática. Dessa forma foi feita uma nova formação com o grupo, esclarecendo que se buscava um envolvimento de maior autonomia como pesquisador, superando a atuação como estagiário cumpridor de tarefas. A revisão de posturas incitou o envolvimento dos voluntários como corresponsáveis pelo inventário. Ao longo do trabalho voluntário ainda houve desistências, entendidas como resultado da necessidade de busca de estágio remunerado por parte dos estudantes (REPEP, 2019).

FIGURA 36 – FORMAÇÃO REALIZADA EM 2017 COM OS NOVOS PESQUISADORES



FONTE: REPEP (2019)

Como já mencionado, o desenvolvimento do inventário foi feito em etapas com atividades específicas em cada uma delas. A etapa do Levantamento Preliminar teve o objetivo de juntar informações, organizando-as e sistematizando-as de forma a possibilitar uma leitura do território e sua dinâmica cultural. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico inicial, passando por temas como referência cultural, gentrificação, e a metodologia dos inventários participativos. Foram feitos também levantamentos temáticos, abrangendo temas como a construção do Minhocão, legislação incidente, história dos bairros, iconografia e mapas antigos, e dados socioeconômicos (REPEP, 2019).

Os trabalhos de campo configuraram-se como aproximações iniciais com o território como forma de entender sua realidade. A dinâmica do Minhocão e seu entorno adquire características próprias dependendo do período observado, seja no dia-a-dia em horário comercial, à noite quando a via elevada é fechada para o trânsito após determinados horários, ou aos fins de semana, quando também fica fechada. Outros processos realizados durante essa etapa foram a organização de uma rede de contatos para futura aproximação; levantamento e mapeamento de novos empreendimentos imobiliários na região, fomentando a discussão sobre a gentrificação; e a disseminação do uso da metodologia dos inventários participativos apresentando resultados parciais através de produção de artigos e participação em eventos. Outra frente foi a confecção de mapas, entrevistas com moradores e levantamentos sobre o uso do solo desenvolvidos em 2015 e 2016 por alunos do curso de Geografia Urbana I da Universidade de São Paulo (REPEP, 2019)

Nessa etapa do trabalho foi definido de forma clara pela equipe que o estudo das referências culturais deveria ser entendido como estratégia de mobilização e luta contra a gentrificação. Nessa linha, o inventário foi elaborado com o pressuposto da oportunidade de construir uma narrativa em contraposição ao processo de gentrificação, fomentando a defesa do direito dos mais pobres de permanecer no centro. A partir desse entendimento procedeu-se com a delimitação do território. Inicialmente adotou-se como recorte as quadras lindeiras à via elevada. Contudo, o início dos trabalhos de campo demonstrou que nem todas as quadras lindeiras estavam vulneráveis à gentrificação. Dessa forma as quadras dos bairros Pacaembu, Higienópolis e Consolação foram excluídas do recorte. Como pode ser observado na Figura 37, à medida que o território avança em direção noroeste (vermelho), diminui a vulnerabilidade ao processo de gentrificação. Já as áreas em

laranja e amarelo são mais afetadas. Ainda, estendeu-se o território a leste de forma a incluir quadras da República e do Arouche, por apresentarem a mesma característica de vulnerabilidade que motiva o inventário (REPEP, 2019).

FIGURA 37 – DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO INVENTARIADO



FONTE: REPEP (2019)

Finalizada a primeira fase, com a aproximação ao território e aos grupos sociais, já foi possível identificar referências culturais de forma preliminar. Essas referências foram elencadas sempre levando em consideração sua relação com os grupos sociais vulneráveis ao processo de gentrificação atuantes no território, buscando lançar luz sobre questões que eram invisibilizadas nos debates e projetos que discutiam o futuro do Minhocão. Esses grupos são os trabalhadores e moradores mais pobres do centro, a comunidade LGBT+, imigrantes, trabalhadores da cultura, e moradores em situação de rua. A segunda etapa, de Identificação, consistiu no aprofundamento das questões levantadas preliminarmente, selecionando e qualificando as referências culturais. Assim sendo, foi elaborada uma

lista preliminar (Quadro 22), que posteriormente modificou-se com o avanço dos trabalhos (REPEP, 2019).

QUADRO 22 – REFERÊNCIAS CULTURAIS PRELIMINARES

Categorias	Referência Cultural
Celebrações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Festa de Santa Cecília 2. Festival Baixo Centro 3. Terreiro (Candomblé) Barão de Tatuí
Formas de Expressão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rodas de Samba (largo de Santa Cecília) 2. Bloco Carnavalesco Filhos da Santa 3. Arte Urbana (grafite, pixo, outras formas) 4. Teatro Político – Galpão do Folias 5. Teatro – Esparrama pela Janela 6. Teatro Paiol 7. Teatro de Confraria (Centro de Cultura Popular) 8. Teatro de Arena (Eugênio Kusnet) 9. Ocupação de Edifícios – FLM 10. Vocabulário LGBT
Saberes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Samba no Gogó (Rodas de Samba) 2. Gastronomia Internacional 3. Capoeira – Mestre Suassuna
Lugares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Largo do Arouche 2. Baixo Minhocão 3. Danger Dance Club (Balada LGBT) 4. Espaço Cultural Matilha 5. Sindicato dos Jornalistas 6. Geledés – Instituto Mulher Negra 7. Chilli Pepers 8. Cine Arouche 9. Estação Metro República
Edificações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Castelinho da Rua APA 2. Galpões da Funarte 3. MEC 4. Ocupação Frente de Luta por Moradia 5. Vila Adelaide 6. Casas Rua Frederico Steidel 7. Casa Amarela 8. Igreja da Consolação 9. IAB 10. Colégio de Aplicação da USP
Objetos	Nenhuma

FONTE: O AUTOR BASEADO EM REPEP (2019)

Levando em consideração que muitas referências culturais se mesclavam em diferentes grupos sociais, ou não ficava clara suficientemente a ligação com um grupo específico, tomou-se a decisão de dividir o trabalho em Eixos. Essa

concepção buscou agregar as referências culturais a partir de elementos que lhe são comuns. Os cinco eixos definidos estão resumidos no Quadro 23 (REPEP, 2019)

QUADRO 23 – EIXOS

Eixo	Definição
Arte Urbana	Cidade como local de diálogo e experiências coletivas de arte, além das instituições tradicionais. A Arte Urbana se insere no cotidiano, dialogando com o espaço e as pessoas que o frequentam numa forma de arte efêmera por natureza. No contexto da Minhocão a arte urbana produziu a sua ressignificação, tornando-o local de contestação da realidade.
Cultura LGBT+	Práticas ligadas à cultura da diversidade sexual, cujas manifestações ocorrem no Largo do Arouche, Praça da República e proximidades. Referências culturais ligadas a uma comunidade em constante readequação e reapropriação dos espaços como forma de expressão de gênero e sexualidade.
Cultura Política	Práticas culturais cuja expressão ocorre associada com lutas sociais e políticas, buscando a transformação da realidade e superação das injustiças sociais e dominação política. Essas referências culturais estão relacionadas às lutas pelos direitos humanos e das minorias representativas, lutas contra repressões políticas, ditadura militar e violência policial, e as lutas por direito à cidade e moradia.
Cultura Popular	Eixo relacionado à presença das populações mais pobres residentes no centro, incluindo suas formas de morar, como cortiços e pensões. Essas habitações muitas vezes apresentam condições de insalubridade, mas representam a possibilidade de moradia no centro próximo a oportunidades de trabalho. A intenção deste eixo não foi defender condições precárias de moradia, mas sim o direito destes grupos sociais de permanecer vivendo no centro, além da precisão de ações públicas para melhoria das moradias, sem que isso acarrete a expulsão.
Multiculturalismo	Referências culturais ligadas à presença dos migrantes e suas formas de organização para permanência e resistência à xenofobia e racismo. Manifestações que derivam das influências de origem dos grupos e das reelaborações ocorridas no novo ambiente de vida. Tais grupos reelaboram constantemente seu pertencimento social e cultural em relação ao novo lugar e aos outros grupos sociais.

FONTE: O AUTOR BASEADO EM REPEP (2019)

Dessa forma, o quadro das referências culturais preliminares foi revisto e reordenado de acordo com os eixos.

QUADRO 24 – REFERÊNCIAS CULTURAIS PRELIMINARES POR EIXO

Eixo	Referência Cultural
Arte Urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Festival Baixo Centro (Celebração) 2. Arte de Rua: Grafite e outras expressões (Expressão) 3. Pixo (Saberes/Expressão) 4. Baixo e Pilares Minhocão (Lugar)

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Espaço Cultural Matilha (Lugar) 6. Empenas Cegas (Lugar) 7. Teatro Esparrama pela Janela (Expressão)
Cultura LGBT+	<ol style="list-style-type: none"> 1. Largo do Arouche (Lugar) 2. Praça da República (Lugar) 3. Banheirão (Edificação) 4. Pajubá – Vocabulário LGBT+ (Expressão) 5. Circuito do Prazer (Lugar) 6. Parada Gay (Celebração) 7. Estação de metrô República (Lugar) 8. Montagem das Drags (Saberes) 9. Banda do Fuxico (Expressão) 10. Museu da Diversidade (Lugar)
Cultura Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colégio de Aplicação da USP (Edificação) 2. Cine Miami (Lugar) 3. Sede do Programa Trancidania (Lugares) 4. Galpões da Funarte (Edificação) 5. Ocupação Lord Hotel Palace – FLM (Saberes/Edificação/Expressão) 6. Galpão do Teatro Folias (Expressão) 7. Satesdsp – Sindicato dos Artistas (Lugar) 8. Geledés (Saberes) 9. IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil (Edificação) 10. Sindicato dos Jornalistas (Lugar) 11. Teatro de Arena Eugênio Kusnet (Expressão/Edificação) 12. Baixo Minhocão (Lugar) 13. Teatro Paiol (Expressão/Edificação) 14. Igreja de Santa Cecília (Lugar/Edificação) 15. Largo de Santa Cecília (Lugar) 16. Apeoesp (Lugar) 17. Edifício Pirineus ou Conjunto Santa Cecília A (Edificação/Saberes) 18. Edifício Santa Cecília C (Edificação/Saberes)
Cultura Popular	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casas Vila Adelaide (Edificação) 2. Castelinho da Rua Apa (Edificação) 3. Festa de Santa Cecília (Celebração) 4. Terreiro Candomblé Barão de Tatuí (Expressão) 5. Rodas de Samba (Expressão) 6. Bloco carnavalesco Filhas da Santa (Expressão/Saberes) 7. Grupo de capoeira Cordão de Ouro (Expressão/Saberes) 8. Samba no Gogó (Saberes) 9. Feira de Santa Cecília (Lugar) 10. Carnaval de Rua (Celebração) 11. Casa Amarela (Edificação) 12. Teatro a Confraria (Expressão)
Multiculturalismo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Culinária Internacional (Expressão/Saberes) 2. Associativismo Comunitário (Saberes)

FONTE: O AUTOR BASEADO EM REPEP (2019)

Uma vez compreendidos os grupos sociais locais, os pressupostos do inventário, e listadas as referências preliminares por eixos, pôde-se proceder com as entrevistas e conversas, que foram realizadas ao longo dos anos de 2017 e 2018. Estabeleceram-se procedimentos que os voluntários deveriam seguir ao realizar

essas entrevistas. Entre esses procedimentos estavam estudar de maneira aprofundada a referência cultural preliminarmente, começar a entrevista abordando a trajetória de vida do entrevistado e em seguida sua relação com a referência cultural, e enfatizar a importância das informações disponibilizadas pelo entrevistado para o desenvolvimento do trabalho. Essa fase da pesquisa evidenciou a dificuldade em abordar grupos sociais variados e em explicitar de forma compreensível a temática do inventário. De acordo com o dossiê final do inventário, essa etapa mostrou a necessidade de “traduzir” os termos da metodologia para algo de fácil compreensão para o interlocutor. Também deveria ocorrer um processo de tradução das informações que o entrevistador coletou na tarefa de campo para a metodologia do inventário. Desse modo o pesquisador se acerca das representações simbólicas do entrevistado, e busca compreender a referência cultural a partir da forma que o entrevistado alude a ela em sua linguagem cotidiana (REPEP, 2019).

QUADRO 25 – ENTREVISTAS E APROXIMAÇÕES REALIZADAS

Eixo	Interlocutores
Arte Urbana	Dia do Graffiti; Frente Nacional Mulheres no Hip hop; Movimento Baixo Centro; coletivo Imargem; Movimento 90º; Grupo Esparrama; Coletivo APRAÇA; A Próxima Companhia; participantes do Slam da Resistência; Buraco da Minhoca; artistas cênicos e visuais; artistas do corpo e performers; pesquisadores sobre pixo e graffiti em São Paulo; representantes de grupos de pixo; ativistas culturais.
LGBT+	Entrevistas no Largo do Arouche; entrevistas na Praça da República; Centro de Referência da Diversidade; Drag queens
Cultura Política	Galpões da Funarte, Galpão Folias, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Geledés (Instituto da Mulher Negra); religiosos e voluntários da Paróquia Santa Cecília; moradores de rua presentes no Café do Padre (Paróquia Santa Cecília); voluntários do Centro de Crianças e Adolescentes (Paróquia Santa Cecília); Sindicato dos Jornalistas; Sindicatos dos Artistas; Moradores e militantes de movimento de moradia do Edifício Pirineus; moradores e lideranças da Ocupação Lord Palace Hotel e da Frente de Luta por Moradia; morador e militante do movimento de moradia do Edifício Santa Cecília C.
Cultura Popular	Casas Vila Adelaide, Feira de Santa Cecília, Castelinho da rua Apa, Grupo de Choro, Roda de Samba, Bloco Filhos da Santa, Carnaval de rua e Teatro da Confraria das Ideias.
Multiculturalismo	Restaurantes senegaleses, nigerianos, de Camarões e funcionária de estabelecimento comercial nigeriano. Restaurantes latino americanos e do oriente médio.

FONTE: REPEP (2019)

Os interlocutores contactados para a elaboração do inventário caracterizam-se pela sua variedade. Integrantes de grupos sociais com formação profissional e

envolvidos com movimentos políticos apresentaram uma abertura maior para a aproximação. Por outro lado, pessoas ligadas a grupos sociais mais vulneráveis como imigrantes, moradores de rua e pichadores foram mais reticentes em relação à participação no inventário (REPEP, 2019).

Após a realização das entrevistas e trabalhos de campo, procedeu-se com a Maratona de Referências Culturais. Durante um dia inteiro, os pesquisadores reuniram-se para avaliar os resultados, passando por questões como as denominações das referências e justificativas para sua permanência ou exclusão do inventário. Nesse dia algumas referências culturais receberam novos títulos, e outras tiveram sua categoria alterada, de acordo com o conhecimento mais aprofundado. Nesse momento foram excluídas referências que haviam sido identificadas preliminarmente, devido à falta de interesse ou resposta por parte dos interlocutores, ou impossibilidade de marcar entrevista. Entre estas estão a Ação Educativa, Espaço Cultural Matilha, Festa de Santa Cecília, Terreiro de Candomblé Ile De Oba Dessami, Museu da Diversidade Sexual, Colégio de Aplicação da USP, Teatro Paiol, e Casa Amarela. Também foi excluído o Samba de Gogó, pois a entrevista com o interlocutor não o confirmou como uma referência cultural (REPEP, 2019).

FIGURA 38 – MARATONA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS



FONTE: REPEP (2019)

A aplicação do Inventário foi vista pela equipe como uma forma de criar novas ferramentas para sua realização, a partir das recomendações disponíveis no

Manual de Aplicação. Dessa forma foi idealizada a Mandala de Referências Culturais, atividade realizada no Festival CoCidades em 2016, no Fórum Aberto Mundaréu da Luz em 2017, e em atividade da Frente de Proteção à Diversidade no Largo do Arouche, também em 2017. Com variações de escala em cada evento, na Mandala de Referências Culturais são dispostas em círculo representações das Categorias, que são ligadas ao centro onde fica a palavra Cultura. Os participantes são convidados a pendurar nos fios das Categorias referências previamente sugeridas, ou indicar outras referências que não constam nas opções prévias (REPEP, 2019).

FIGURA 39 – MANDALA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS



FONTE: REPEP (2019)

Na avaliação da equipe do Inventário, a atividade da Mandala de Referências Culturais realizada no Largo do Arouche apontou questões devolutivas em relação do desenvolvimento da pesquisa. Entre essas questões, a necessidade de rever a forma como eram denominadas certas referências culturais, pois algumas eram de difícil compreensão para os participantes da atividade. Outro ponto percebido foi que houve assimilação dos participantes com as referências culturais disponibilizadas como opção de escolha, desde as referências mais populares até aquelas mais específicas. Dessa forma, concluiu-se que a melhor função da Mandala é como atividade devolutiva, de avaliar aquilo que já foi identificado

previamente. Como exercício exclusivo de identificação a Mandala apresenta limitações, pois caso os participantes não sejam instigados pode ocorrer a indicação somente daquilo que já é consagrado ou de manifestações da cultura hegemônica. Outra observação foi a importância de realizar a Mandala com diferentes grupos sociais. No caso da atividade no Largo do Arouche, a especificidade do público frequentador fez com que referências consideradas importantes por outros grupos sociais não fossem apontadas (REPEP, 2019).

A etapa final do inventário foi a Documentação, consistindo na elaboração do produto final registrando todo o processo percorrido. Enquanto o Manual de Aplicação dos Inventários Participativos do IPHAN sugere campos específicos a serem preenchidos segundo a Categoria da referência cultural, no Inventário do Minhocão optou-se por simplificar as fichas. Dessa forma adotou-se um mesmo padrão para ser usado em todas as Categorias, como modo de deixar mais fácil a sua elaboração. Os itens presentes na ficha estão listados no Quadro 26.

QUADRO 26 – CAMPOS DAS FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Denominação da referência e número da legenda no mapa
Imagem	Foto da referência ou equivalente
O que é	Texto sintético explicando a referência e sua categorização
Onde está	Endereço
Informações complementares	Conjunto de informações disponíveis pesquisadas
Bibliografia	Utilizada para qualificação da referência, quando necessário
Entrevistas realizadas	Nome dos entrevistados, quando relacionados diretamente
Responsável pelo preenchimento e data	Pesquisador

FONTE: O AUTOR BASEADO EM REPEP (2019)

A fase de Documentação foi desenvolvida durante os anos de 2018 e 2019, e consistiu na preparação de um produto que pudesse ser socializado e publicizado. Foram elaborados o Dossiê Final, o mapa de referências culturais e material de

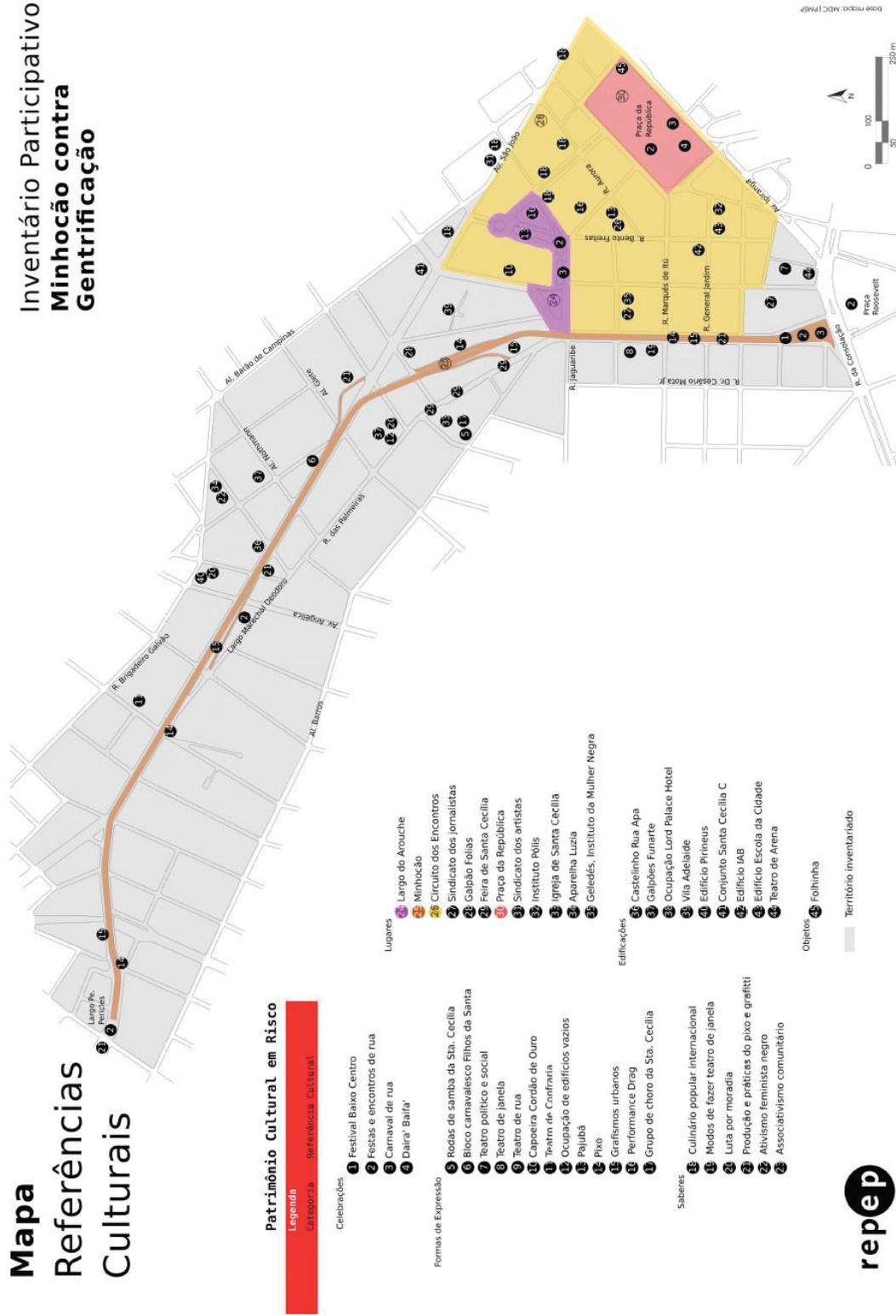
divulgação (REPEP, 2019). A lista final das referências culturais elencadas pode ser vista no Quadro 27, e sua localização na Figura 40.

QUADRO 27 – RELAÇÃO FINAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

Categorias	Referência Cultural
Celebrações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Festival Baixo Centro 2. Encontro e festas de rua 3. Carnaval de rua 4. Daira Baifá
Formas de Expressão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rodas de Samba no Largo de Santa Cecília 2. Bloco Carnavalesco Filhos da Santa 3. Teatro político e social 4. Teatro de janela 5. Teatro de Rua 6. Capoeira Cordão de Ouro 7. Teatro de Confraria 8. Ocupação de edifícios vazios 9. Pajubá 10. Pixo 11. Grafismo urbanos 12. Performance Drag 13. Grupo de Choro de Santa Cecília
Saberes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Complexo da gastronomia internacional 2. Modo de fazer o Teatro de Janela 3. Luta por moradia 4. Conhecimentos do Grafite e do Pixo 5. Ativismo feminista negro 6. Associativismo comunitário
Lugares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Largo do Arouche 2. Minhocão 3. Circuito dos Encontros 4. Sindicato dos Jornalistas 5. Galpão Folias 6. Feira de Santa Cecília 7. Praça da República 8. Sindicato dos Artistas 9. Instituto Pólis 10. Igreja de Santa Cecília 11. Aparelha Luzia 12. Geledés – Instituto Mulher Negra
Edificações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Castelinho da Rua APA 2. Galpões da Funarte 3. Ocupação Lord Palace Hotel 4. Vila Adelaide 5. Edifício Pirineus (Conjunto Santa Cecília A) 6. Conjunto Santa Cecília C 7. Edifício do IAB 8. Edifício da Escola da Cidade 9. Teatro de Arena Eugenio Kusnet
Objetos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Folhinha

FONTE: REPEP (2019)

FIGURA 40 – MAPA FINAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS



Conforme informações do Dossiê, as referências culturais não são exaustivas, ou seja, podem existir outras que não foram identificadas no momento do trabalho. Quanto a classificação em categorias, ressalta-se que existem referências interligadas com referências em outras categorias, pois a prática cultural em questão não pode ser limitada a apenas uma categoria (REPEP, 2019)

Diante do exposto, nota-se que o desenvolvimento do Inventário do Minhocão teve constantes momentos de problematização e revisão de posturas em relação ao território que estava sendo estudado. Não se procedeu apenas com a aplicação direta do Manual de Inventários Participativos disponibilizado pelo IPHAN, mas sim procurou-se otimizar a metodologia para o caso específico. Essa postura passa tanto pela adaptação das Categorias e pela forma de preenchimento das fichas, quanto pela inserção de novas dinâmicas participativas, como a Mandala das Referências Culturais.

Outro ponto relevante é o protagonismo da sociedade civil para a elaboração do inventário, tanto exercendo o papel de voluntário no desenvolvimento da pesquisa quanto como interlocutor relacionado à referência cultural. O papel da instituição, no caso o IPHAN, ficou restrito ao fornecimento da metodologia base. A execução da pesquisa coube ao trabalho de uma equipe voluntária, onde os pesquisadores tiveram autonomia no desenvolvimento.

Na relação entre pesquisador e interlocutor (MOTTA, 2017), ficou evidenciada a necessidade de 'falar a língua do outro', de estabelecer o diálogo entre o saber técnico e leigo, fazendo com que as informações intercambiadas fossem compreensíveis para ambos os lados. Os interlocutores, por sua vez, são a parte fundamental para a compreensão das referências culturais, pois estas só podem ser entendidas como tal justamente por serem referências para estes grupos sociais. No caso do Inventário, referências que haviam sido listadas preliminarmente pelos pesquisadores e cujo contato com os interlocutores não foi frutífero, foram eliminadas da listagem final. Tal fato é uma evidência desse entendimento, apontado por Fonseca (2000) de que as referências só fazem sentido se de fato são reconhecidas pelos grupos atrelados.

Canclini (1994) faz referência ao processo que chama 'cidade para snobs', quando determinado território passa por intervenções que levam a uma mudança no padrão de seus habitantes, favorecendo grupos de maior poderio econômico. Como

uma das formas de contornar esse tipo de processo, sugere a inserção dos moradores tradicionais nas tomadas de decisão e reconhecimento de suas práticas culturais. Esse mesmo processo de mudança no padrão dos moradores e usuários é considerado eminente nos arredores do Minhocão, motivando o Inventário. É relevante a observação de que o Inventário do Minhocão foi delineado tendo como norte os grupos sociais e o contraponto ao processo de enobrecimento da região e consequente expulsão desses grupos. Esse fator representa uma inversão na forma que tradicionalmente são feitos os estudos sobre o patrimônio cultural. Se na maioria das vezes os estudos partem diretamente para a identificação de edificações, áreas urbanas ou outras manifestações materiais, nesse caso teve-se como partida os grupos sociais atuantes no território, para então identificar as referências culturais a partir da interpretação das suas relações.

5.4 OS CAMINHOS DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS

Os três casos discutidos nesse capítulo apresentaram metodologias de inclusão de atores locais em diferentes contextos e com diferentes finalidades. Em síntese, no processo de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape foram realizadas oficinas de educação patrimonial paralelas à instrução, cujos resultados foram incorporados parcialmente às poligonais de proteção aprovadas posteriormente. No inventário que visava a Chancela da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco foram utilizadas entrevistas e contatos de campo como metodologia de identificação dos valores atribuídos pelas populações à paisagem para elaboração do dossiê de chancela e pacto de gestão, que acabou não se concretizando até o momento. Por último, o Inventário Participativo Minhocão contra Gentrificação utilizou, adaptando e complementado, a metodologia disponibilizada pelo IPHAN dos Inventários Participativos, com o objetivo de incitar o debate e combater o processo de gentrificação em curso, onde grupos sociais mais vulneráveis são excluídos dos processos de decisão.

Há que considerar que são três casos onde a intenção da participação ocorre desde o início do processo. Nos dois primeiros casos, que visavam o tombamento e a chancela, a interlocução com os grupos sociais veio antes do reconhecimento oficial, numa estratégia de leitura conjunta dos valores, e não apenas de promoção posterior das ações institucionais. No caso do Inventário do

Minhocão a equipe também se adiantou ao denunciar um processo de gentrificação que está em curso, porém ainda não atingiu seu ápice. Embora sejam contextos variados, existem tópicos que podem ser observados nos três casos e que contribuem para a discussão sobre a participação dos grupos sociais nas ações patrimoniais.

Um dos primeiros pontos diz respeito à clareza no que se pretende da atividade, seja a partir da elaboração de hipóteses, objetivos, pressupostos. Esses elementos contribuem para a problematização da motivação do trabalho, levantando questões como: Essas ações participativas têm como objetivo principal fomentar o debate ou seus resultados serão inseridos em políticas institucionais? Se sim, de que forma isso será feito? Quais os grupos sociais visados? Por que essa ação é importante? Qual a metodologia mais adequada? As ações podem ser coordenadas por leigos ou é necessário um conhecimento profissional? Nesse caso, quais os profissionais mais adequados? Tendo em mente que a escolha dos patrimônios é um recorte seletivo e socialmente construído por quem valoriza ou não determinadas referências (LUCHIARI, 2005), evidencia-se a importância da clareza quanto aos pressupostos e objetivos da ação.

A partir desses questionamentos pode-se definir qual a metodologia será utilizada. Adotar um método para as ações que visam a participação é essencial para guiar o desenvolvimento do trabalho. Entretanto cada realidade pode apresentar desafios diferenciados que demandem adaptações. Desse modo é importante o exercício de rever se a metodologia utilizada é a mais apropriada para o caso em questão e coerente com os objetivos almejados, tanto antes quanto ao longo da aplicação.

Nota-se que a qualidade da participação também depende da preparação prévia às abordagens. A etapa de interlocução com os grupos sociais é uma das partes de um movimento que se inicia antes, com pesquisas, estabelecimento de contatos prévios e redes de atuação. Dessa forma a participação é entendida não como ação pontual, e sim como processo. É evidente a necessidade de abordar diferentes grupos sociais, pois mesmo que as abordagens sejam qualitativas e não quantitativas, restringir o contato a apenas determinados grupos pode eclipsar referências culturais existentes no mesmo território em questão.

A linguagem é outro ponto chave a ser observado durante o contato com os agentes sociais (MOTTA, 2017). A identificação de referências e valores culturais

de determinado território vai demandar o contato com atores com diferentes formações educativas, profissionais e culturais. Fazer-se compreensível para esses grupos variáveis vai implicar na qualidade da participação. Essa habilidade manifesta-se também no sentido contrário, de transpor os anseios e expectativas dos grupos para as políticas públicas.

Retomando-se Arnstein (1969), considera-se que só a escuta não é suficiente para caracterizar um processo como participação cidadã, que é sinônima de poder cidadão. Para que haja efetividade, as discussões feitas nas atividades devem ser convertidas em ações concretas tendo em vista quais eram os objetivos do contato. A hipótese da não conversão pode gerar frustração nos grupos que participaram, comprometendo as pontes que buscou-se construir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIO PARA QUEM?

Este trabalho discutiu o deslocamento, a partir da Constituição de 1988, da matriz de atribuição de valor ao patrimônio cultural do Estado para a sociedade, e questionou em que medida se concretizou a participação da população na patrimonialização das referências culturais, com enfoque no patrimônio material.

Partindo do conceito de referência cultural, compreendeu-se que determinados bens são considerados como portadores de valor cultural por ser referência para grupos sociais. Nessa leitura, os bens culturais não apresentam valor intrínseco, mas sim são manifestação e suporte das práticas culturais de comunidades. Desse modo, fica evidente a necessidade da participação efetiva dos grupos sociais para quem esses bens culturais são referência nas políticas de patrimônio cultural, adotando-se a interpretação de efetividade de participação como poder de decisão.

Confirmou-se a hipótese de que a participação da população no processo de patrimonialização das referências culturais materiais concretizou-se de maneira parcial, sendo mais intensa nas iniciativas de educação patrimonial e decrescendo nas ações de reconhecimento e proteção. Com os estudos de caso, notou-se que as atividades de educação patrimonial, pelo seu caráter dialógico e se inseridas de forma transversal ao longo do processo, são parte do caminho para a participação efetiva.

Diante do exposto, coube questionar: Qual a importância do envolvimento dos agentes sociais nas ações patrimoniais? Como visto, as ações de salvaguarda são sempre uma escolha, que depende da visão de quem tem o poder de escolher. Embora o poder de decisão não seja sempre compartilhado, quando um patrimônio é escolhido passa a ter um status de herança coletiva. Porém, se a herança é coletiva, o direito de escolher esta herança também é coletivo, e não restrito apenas ao saber técnico.

Mesmo levando em conta que o patrimônio cultural é fruto das relações sociais e não depende de ser instituído pelo Estado, a ação institucional pode valorizar ou marginalizar certas manifestações. Como demonstrado por Canclini (1994), o patrimônio cultural já foi amplamente utilizado como forma de reafirmar o poder de classes dominantes e hegemônicas. No sentido contrário, a participação desponta como alternativa para garantir o direito de classes marginalizadas à cidade

e à cultura. Desse modo, requerer a participação é também requerer a quebra da lógica de instrumentalização do patrimônio pelas classes dominantes.

Tendo em mente a importância da participação, perguntou-se de que forma pode-se evitar cair num 'participativismo', onde práticas aparentemente participativas são esvaziadas de sentido? Quais são as dimensões que influenciam a qualidade da participação?

Analisando o desenvolvimento do IPHAN em seus mais de 80 anos, foi possível perceber que se trata de uma instituição que ao longo do tempo reviu seus conceitos e formas de atuar. A revisão dos instrumentos e políticas avaliza as ações práticas, e pode tanto incentivar como desencorajar a participação, que é a relativa a determinados momentos e contextos da política pública. Além disso, verificou-se que os instrumentos não são capazes sozinhos de promover as práticas participativas ou mudanças drásticas. Porém é claro que se os textos normativos abordarem a questão da participação o caminho a percorrer será mais curto.

Os estudos de caso demonstram que a participação vai além dos instrumentos. Em uma parte, estão os profissionais e a postura que adotam perante o processo. Em outra os grupos sociais, que apresentam diferentes níveis de conhecimento prévio sobre as questões patrimoniais, e diferentes níveis de mobilização prévia. Outro ponto a ser observado é o tempo das ações participativas. Ações realizadas após a conclusão de processos de reconhecimento e atribuição de valor podem ter um caráter apenas de divulgação institucional. Desse modo, nota-se a importância do conceito de transversalidade, onde as ações que envolvem a comunidade devem estar presentes ao longo de todas as etapas.

Não seria exagero dizer também que a qualidade da participação passa por questões que abrangem até mesmo o ensino acadêmico. Até que ponto a formação do profissional técnico valoriza e incentiva as práticas participativas? É possível falar em um patrimônio realmente participativo enquanto as instituições de ensino continuarem reproduzindo uma visão de patrimônio restrita ao hegemônico e consagrado? No caso das escolas de arquitetura e urbanismo, serão formados profissionais que compreendem o protagonismo dos grupos sociais se ao mesmo tempo os exercícios pedagógicos não mencionarem os grupos atrelados, valorizando questões projetuais e formais num resquício da antiga interpretação de patrimônio ligado apenas ao excepcional e artístico?

Apesar do Estado não ser o único ente envolvido nas questões do patrimônio cultural, nota-se que o contexto político e econômico direciona os caminhos trilhados. Mesmo após as mudanças conceituais na Constituição de 1988, o desmonte neoliberal dos órgãos culturais na década de 1990 acarretou o atraso da revisão de posturas. As transformações práticas notadas neste estudo só foram possibilitadas com o incremento financeiro e de pessoal observado no IPHAN nos anos 2000. Por outro lado, o contexto atual é marcado por fatos como a extinção do Ministério da Cultura e cortes de verbas. Tornaram-se recorrentes manifestações de associações da sociedade civil e universidades contra substituições em cargos importantes do Instituto, onde postos tradicionalmente ocupados por profissionais de reconhecida capacidade intelectual e técnica, e contribuição para o campo do patrimônio cultural, são substituídos por outros inexperientes. Essa realidade pode gerar uma nova paralização institucional, postergando renovações práticas e debates que estavam sendo levantados.

Em síntese, conclui-se que a participação nas políticas de patrimônio cultural é essencial pois os bens culturais são referência para grupos sociais, que por sua vez tem o direito de participar nas ações de patrimonialização que dizem respeito a si. Os instrumentos e aparato legal disponíveis, apesar de serem elementos importantes, não são os únicos fatores determinantes para a efetividade da participação. Como demonstrado no decorrer do trabalho, outros elementos como os técnicos, os grupos locais envolvidos, o ambiente político, o período de interlocução, a linguagem utilizada e durabilidade do contato também determinarão a qualidade das ações participativas. Para futuras pesquisas, levando em conta que este trabalho focou ações que vão até a etapa de patrimonialização, podem ser desenvolvidas análises que tenham por objeto a participação nas etapas posteriores, de vigilância e interação. Também considerando que aqui estudou-se a instância federal, podem ser feitas análises que tenham por objeto ações estaduais ou municipais.

A participação dos grupos sociais com efetivo poder de decisão configura-se como a medida para a inversão do lógica do patrimônio cultural instituído 'de cima para baixo'. Ações participativas, tanto quando tem objetivo de reconhecimento oficial, como quando não apresentam essa finalidade, são a base para a garantia do direito à memória, e ao patrimônio cultural. A metodologias participativas permitem alimentar, escutar e compreender a interpretação que as comunidades fazem do

patrimônio cultural e sua pluralidade de significados, levando em conta que este é suporte e manifestação das relações dos grupos sociais. Essas ações abrem o caminho para afirmação do disposto na Constituição Federal, do protagonismo da sociedade em relação ao patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. **Recentralizando a Federação?** Revista de Sociologia Política, Curitiba: UFPR, n.24, p.29-40, jun. 2005.
- ALLUCCI, R. R. (2016). A reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, 6(2), 25-46.
- ARRETCHE, M. **Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira.** Revista de Sociologia Política, Curitiba: UFPR, n.24, p.69-85, jun. 2005.
- ARNSTEIN, Sherry. **A Ladder of Citizen Participation.** Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, jul/1969, pp. 216–214.
- BERNARDES, L. **Política urbana: uma análise da experiência brasileira.** Análise e Conjuntura. North America, 1.1, 13 09 2007. Publicado originalmente em 1986. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseeconjuntura/viewarticle.php?id=8>. Acesso em 23 de novembro de 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 1937.
- BURNETT, F. L. **Da Tragédia Urbana à Farsa do Urbanismo Reformista. A fetichização dos planos diretores participativos.** São Paulo, Anablume, São Luís: Fapema, 2011.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 372 p.
- COUNCIL OF EUROPE. **Convenção Europeia da Paisagem**, Florença, 2000.
- FARIA, J. R. V. de. Os Planos Diretores no Brasil e a Trajetória do Discurso da Politização do Planejamento. In.: RUIZ, J. G. et. all. (org.). **Direito à Cidade e ao Trabalho: olhares de Brasil e Cuba.** Curitiba: Kairós, 2016
- FLORÊNCIO, S. (2019). Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, 14(27esp), 55-89. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>. Acesso em 01/09/2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN, **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN/ Minc/DID. 2000.

_____. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2009. 298 p.

FRACALOSSI, Igor. "Clássicos da Arquitetura: Vila Serra do Navio / Oswaldo Bratke" 23 Ago 2015. **ArchDaily Brasil**. Acessado 14 Jan 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/772335/classicos-da-arquitetura-vila-serra-do-navio-oswaldo-bratke>> ISSN 0719-8906

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986. Da instauração do processo de tombamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, set. 1986.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

_____. **Ata da 61º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2009a.

_____. **Ata da 62º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2009b.

_____. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, abr. 2009c.

_____. **Dossiê de tombamento do Centro Histórico de Iguape**. São Paulo: IPHAN/SP, 2009d.

_____. **Ata da 63º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2010a.

_____. **Ata da 65º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2010b.

_____. **Ata da 66º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2010c.

_____. **Ata da 67º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2011.

_____. **Ata da 69º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN**, Rio de Janeiro. 2012.

_____. **Foz do Rio São Francisco**: subsídios para elaboração de dossiê de chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: IPHAN, 2014.

_____. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos.** Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016a.

_____. **Nota Técnica sobre experiência de trabalho do Rio São Francisco.** Brasília: IPHAN, 2016b.

_____. **Ata da 86° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN,** Rio de Janeiro. 2017a.

_____. Portaria nº 104, de 23 de março de 2017. Institui o Grupo de Trabalho para atualização da política cultural brasileira, a retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, mar. 2017b.

_____. **Ata da 88° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN,** Rio de Janeiro. 2018a.

_____. **Nova Portaria da Chancela da Paisagem Cultural,** Brasília, DF, dez. 2018b.

_____. **Política do Patrimônio Cultural Material,** Brasília: Iphan, 2018c.

_____. **Quadro comparativo entre a Portaria 127/2009 e minuta de Portaria formulada pelo grupo de trabalho,** Brasília, DF, dez. 2018d.

_____. **Relatório Técnico Final do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira - 2018,** Brasília, DF, dez. 2018e.

_____. **Chancela da Paisagem Cultural Brasileira: Um instrumento em revisão,** Brasília, DF, mar. 2019a.

_____. **Dispõe sobre os procedimentos de tombamento e rerratificação de tombamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Brasília, DF, 2019b. Documento em elaboração, não publicado.

_____. **Estrutura e Organograma.** 2019c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Fototeca.** 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/fototeca> Acesso em: jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOEB, R. Aspectos do Planejamento Territorial Urbano no Brasil. Em: LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades. **GEOUSP: Espaço e Tempo,** São Paulo, v. 1, n. 17, p.95-105, mar. 2005.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do Patrimônio Edificado: A questão do Uso**. Brasília: Iphan, 2016.

MAIA, M. C. T.; FARIAS FILHO, J. A. . **O patrimônio como instrumento de planejamento urbano**: proposta de intervenção para o Sítio Alagadiço Novo. *Revista Restauro*, v. 2, p. s/n-s/n, 2018.

MAIS OEIRAS. Procissão do Bom Jesus dos Passos reúne milhares de fiéis em Oeiras. **Mais Oeiras**. Oeiras, p. 1-1. 07 abr. 2017. Disponível em: <https://maioeiras.com.br/noticias/procissao-bom-jesus-dos-passos-reune-milhares-de-fieis-em-oeiras/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MARREIROS, Lucas. Tradição centenária do Fogaréu é passada de pai para filho em Oeiras. **G1 PI**. Oeiras. 18 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/04/18/tradicao-centenaria-do-fogareu-e-passada-de-pai-para-filho-em-oeiras.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. **Revista Sem Terra**, São Paulo, p. 17 - 20, 01 fev. 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Ouro Preto: Iphan/MinC, 2012. p. 25-39.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. Recife, v.18, n.3, p. 363-377, set.-dez. 2016. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/views/5499> .Acesso em 20 jun.2019.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. O Inventário Da Paisagem Cultural Da Foz Do Rio São Francisco: Uma Importante Experiência Institucional. In: ENANPARQ, 4, 2016, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Propar/ufrgs, 2016.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. de. **Planejamento Urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

MOTTA,Lia. O patrimônio Urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Maria Tereza Duarte et. al (Org). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: Identidades, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 89-112.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v.6, n.1, p.x-y, jan./mar. 2015.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 5, p.38-49, set. 2017.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

PISSATO, Catherina Sarantto. **Tombamento e Gestão em Iguape/SP: Políticas do Patrimônio Cultural nos anos 2000**. 2018. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010** / Paula Porta. -- Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.santatereza.rs.gov.br/index.php?site=historico.php>. Acesso em: 14 jan. 2020.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação dos Bens Culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009. 156 p. (Reedições do IPHAN).

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019.

_____. **Princípios da Educação Patrimonial**. São Paulo, 201-. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>. Acesso em: 21/04/2020

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO RELEVANTE PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE.. In: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. **Anais...**Belo Horizonte(MG) Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD2 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/155576-O-INVENTARIO-PARTICIPATIVO-COMO-INSTRUMENTO-RELEVANTE-PARA-A-PRESERVACAO-DO-PATRIMONIO-EM-CIDADES-DE-PEQUENO-PORT>>. Acesso em: 26/08/2019 02:28

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-documento à cidade-monumento**. A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: Oiti Editora, 2015.

SANTOS, Lilian Louise Fabre. **Diálogos entre preservação e urbanismo: o tombamento e a gestão do conjunto histórico e paisagístico de Antonina-PR**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

_____. INTERPRETAR QUAL PATRIMÔNIO? A EXPERIÊNCIA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO MINHOCAO... In: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. **Anais...**Belo Horizonte(MG) Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD2 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/148907-INTERPRETAR-QUAL-PATRIMONIO-A-EXPERIENCIA-DO-INVENTARIO-PARTICIPATIVO-DO-MINHOCAO>>. Acesso em: 26/08/2019 02:21

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2005. 177 p.

VIEIRA FILHO, D. Paisagem Cultural. In: IPHAN, **Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto-2010**. Belo Horizonte, 2017. nº 6, p. 241-250.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio**, v. 5, n. 2, 2012.

WEISSHEIMER, M. R.; MONGELLI, M. M. Paisagem, território e patrimônio: o contexto institucional de 2010. In: IPHAN, **Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto-2010**. Belo Horizonte, 2017. nº 6, p. 235-240.

ZAGATO, José Antonio Chinelato. **Governos locais, participação social e patrimônio cultural: Análise da experiência de Iguape na preservação de seu conjunto urbano tombado**. 2017. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Abc, São Bernardo do Campo, 2017.

ZORZI, Mariciana. **De quem é a Cidade Heróica?** Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982 - 2011). 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.